

INDICADORES ECONÔMICOS do CEARÁ 2016



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE

INDICADORES ECONÔMICOS DO CEARÁ 2016

Fortaleza
IPECE
2018

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE**Diretor Geral**

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

Diretoria Responsável:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Organização:

Alexandre Lira Cavalcante

Autores:

Rogério Barbosa Soares- Panorama Econômico Nacional

Nicolino Trompieri Neto- Contas Regionais

Ana Cristina Lima Maia- Agronegócio e Comércio Exterior

Witalo de Lima Paiva- Indústria

Daniel Cirilo Suliano- Estrutura Produtiva do Setor de Serviços

Evolução do Setor de Serviços

Mercado de Trabalho e Efeitos no Crescimento Potencial
na Economia do Ceará

Alexandre Lira Cavalcante - Análise da Estrutura Produtiva do Setor de Comércio

Desempenho das Vendas do Comércio Varejista Dinâmica do
Emprego Celetista

Colaboração:

Matheus dos Santos Carvalho (Estagiário- IPECE)

Heitor Gabriel Silva Monteiro (Estagiário- IPECE)

Lilian de Sousa Pereira (Estagiário- IPECE)

Indicadores Econômicos do Ceará 2016

IPECE, 2016 - Fortaleza - CE

Autores: Alexandre Lira Cavalcante, Ana Cristina Lima Maia, Daniel
Suliano, Witalo de Lima Paiva, Nicolino Trompieri Neto.

ISBN: 978-85-98664-38-5

1 - Ceará. 2 - Economia. 3 - Indicadores Econômicos. 4 - Agricultura, indústria
e serviços. 5. Comércio Exterior e Serviços. 6 – Mercado de Trabalho.

Tiragem: 1.000 exemplares. 122 páginas.: grafs. tabs.

Copyright © 2018 - IPECE

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta a quinta edição do Livro Indicadores Econômicos do Ceará. Esta nova publicação aborda o desempenho da economia cearense entre os anos de 2012 a 2016, ampliando o leque de produtos e a disponibilidade de informações oferecidas à sociedade.

Como na edição anterior, o livro traz uma avaliação de indicadores selecionados para os grandes setores econômicos, Agricultura, Indústria e Serviços, além de análises sobre as contas regionais, o mercado de trabalho e o comércio exterior.

O Livro Indicadores Econômicos do Ceará 2016 permite uma avaliação de curto e médio prazo para economia cearense a partir dos indicadores selecionados. Análises detalhadas são realizadas para cada um dos setores e áreas abordadas, respeitando a seguinte ordem: Panorama Econômico Nacional, Contas Regionais, Agronegócio, Indústria, Estrutura Produtiva do Setor de Serviços, Evolução do Setor de Serviços, Estrutura Produtiva do Setor de Comércio, Desempenho das Vendas do Comércio Varejista, Comércio Exterior e Mercado de Trabalho. Por fim, têm-se as notas conclusivas.

Os dados utilizados são em sua maior parte originários de fontes oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e Ministério do Trabalho (MTB), dentre outras que serão apresentadas ao longo do texto.

Com mais esta obra, dedicada à sociedade cearense, o IPECE cumpre sua missão contribuindo para uma correta leitura da realidade cearense e para um melhor conhecimento dos avanços conquistados nos últimos anos e dos obstáculos que ainda desafiam o estado em sua trajetória de desenvolvimento. Boa leitura!

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Diretor Geral do IPECE

SUMÁRIO

1 PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL	7
1.1 Desempenho Mundial.....	7
1.2 Desempenho da Atividade Econômica Nacional.....	7
1.3 Desempenho da Atividade Econômica pela Ótica da Despesa.....	9
1.4 Dinâmica dos Preços ao Consumidor.....	12
1.5 Taxa Básica de Juros.....	13
1.6 Evolução da Taxa de Câmbio.....	14
1.7 Considerações Finais.....	14
2 CONTAS REGIONAIS	15
2.1 O Produto Interno Bruto.....	15
2.2 PIB <i>Per Capita</i>	17
2.3 Participação Setorial no Valor Adicionado Bruto Cearense.....	17
2.4 Distribuição Regional do PIB Cearense.....	20
2.5 Considerações Finais.....	20
3 AGRONEGÓCIO	22
3.1 Introdução.....	22
3.2 Produção de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas do Nordeste.....	22
3.3 Principais Produtos Agrícolas do Ceará.....	25
3.3.1 Principais Grãos.....	26
3.3.2 Principais Frutas.....	29
3.3.3 Outras Culturas.....	32
3.4 Produção Pecuária.....	33
3.5 Considerações Finais.....	35
4 INDÚSTRIA	37
4.1 Introdução.....	37
4.2 Indústria Geral e seus Segmentos.....	37
4.3 Indústria de Transformação.....	40
4.4 Considerações Finais.....	43
5 ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE SERVIÇOS	44
5.1 Introdução.....	44
5.2 Comportamento dos Segmentos de Serviços Não Financeiros.....	45
5.3 Segmentos dos Serviços Não Financeiros e Impactos no Mercado de Trabalho.....	48
5.4 Considerações Finais.....	53
6 EVOLUÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS	55
6.1 Introdução.....	55
6.2 Quadro Geral.....	56
6.3 Análise dos Principais Grupos do Setor de Serviços.....	57
6.4 Considerações Finais.....	60
7 ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE COMÉRCIO	61
7.1 Introdução.....	61
7.2 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no País.....	62
7.2.1 Número de Unidades Locais com Receita de Revenda.....	63
7.2.2 Receita Bruta de Revenda de Mercadorias.....	65
7.2.3 Margem de Comercialização em Empresas Comerciais.....	66
7.2.4 Pessoal Ocupado em Empresas Comerciais.....	67
7.2.5 Gastos com Salários, Retiradas e Outras Remunerações em Empresas Comerciais.....	68
7.3 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no Ceará.....	69
7.4 Considerações Finais.....	72

8 DESEMPENHO DAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA	73
8.1 Introdução	73
8.2 Volume de Vendas do Varejo Comum e Ampliado	73
8.3 Análise do Comércio Varejista no Contexto Nacional	74
8.4 Análise do Comércio Varejista por Atividades	75
8.5 Considerações Finais	76
9 COMÉRCIO EXTERIOR	77
9.1 Balança Comercial	77
9.2 Exportações por Produtos	79
9.3 Exportações por Países de Destino	80
9.4 Exportações por Fator Agregado	81
9.5 Exportações por Setores de Contas Nacionais	81
9.6 Importações por Produtos	82
9.7 Importações por País de Origem	83
9.8 Importações por Fator Agregado	84
9.9 Importações por Setores de Contas Nacionais	85
9.10 Considerações Finais	85
10 MERCADO DE TRABALHO E EFEITOS NO CRESCIMENTO POTENCIAL NA ECONOMIA DO CEARÁ	86
10.1 Introdução	86
10.2 Demografia e Mercado de Trabalho	87
10.3 Comportamento da Oferta Potencial Trabalhadores	88
10.4 Evolução da Oferta Efetiva do Trabalho e da Força de Trabalho	91
10.5 Uma Digressão Teórica: Fluxo da Força de Trabalho, Ciclo de Negócios e Seus Reflexos no Desemprego	92
10.6 Evolução do Desemprego	94
10.7 Contabilidade do Crescimento Econômico e Força de Trabalho	96
10.8 Considerações Finais	97
11 DINÂMICA DO EMPREGO CELETISTA	99
11.1 Introdução	99
11.2 Análise dos Empregos Celetistas no Contexto Nacional	99
11.3 Análise dos Empregos Celetistas por Setores na Economia Cearense	102
11.4 Análise Regional dos Empregos Celetistas Cearenses	103
11.5 Considerações Finais	106
12 NOTAS CONCLUSIVAS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXO A – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Segmento	114
ANEXO B – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Grupo	118
ANEXO C – Termos Utilizados no Mercado de Trabalho	121

1 PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL

Rogério Barbosa Soares*

1.1 Desempenho Mundial

Ao analisar o desempenho da economia mundial nos últimos anos verificou-se que o Produto Interno Bruto (PIB) entre 2012 e 2016 cresceu em média 3%. Conforme projeções estimadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial registrou crescimento de 3,1% em 2016, refletindo uma recuperação da economia de países emergentes e em desenvolvimento, como o caso da Índia e a China, com crescimentos do PIB em 2016 de 6,8% e 6,7%, respectivamente (Tabela 1.1.). Já o fraco desempenho dos países pertencentes à América Latina e Caribe, está associado às baixas taxas de investimento e à desaceleração do crescimento da produtividade (IPEA, 2017).

Tabela 1.1: Produto Interno Bruto (PIB) mundo, 2012 a 2016

Região / País	Média 2012-2014	2015	2016
Mundo	3,4	3,2	3,1
Economias desenvolvidas	1,5	2,1	1,7
Países emergentes e em desenvolvimento	4,9	4,1	4,1
América Latina e Caribe	2,4	0,1	-1,0
Oriente Médio e Norte da África	3,3	2,5	3,8
Brasil	1,3	-3,5	-3,6
Índia	6,3	7,6	6,8
China	7,7	6,9	6,7
Estados Unidos	2,3	2,6	1,6
Japão	1,0	1,2	1,0
Reino Unido	1,6	2,2	1,8

Fonte: FMI, IBGE.

1.2 Desempenho da Atividade Econômica Nacional

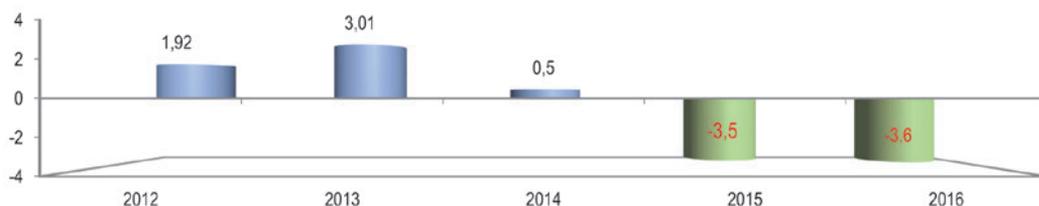
Dentro desta conjuntura econômica internacional, a atividade econômica brasileira seguiu em uma posição de retração no ano de 2016 (-3,6%) (Gráfico 1.1), reflexo ainda da forte recessão verificada em 2015, ano em que o PIB do Brasil decresceu 3,5% em relação a 2014, contra um crescimento de 0,5% registrado em 2014 em relação a 2013.

De acordo com o IBGE, essa sequência, de dois anos seguidos de resultados negativos do PIB de -3,5%, em 2015, e de -3,6% em 2016 (Gráfico 1.1), só foi verificada no Brasil nos anos de 1930 e 1931, quando os recuos foram de -2,1% e -3,3%, respectivamente.

* Mestre em Economia Rural (MAER/UFC) e Técnico da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

O resultado negativo da economia brasileira em 2015 foi puxado pelas atividades da Indústria (-5,8%) e dos Serviços (-2,7%), uma vez que a Agropecuária obteve crescimento de 3,3% em relação a 2014 (IBGE, 2017).

Gráfico 1.1: **Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Brasil, 2012-2016 (%)**



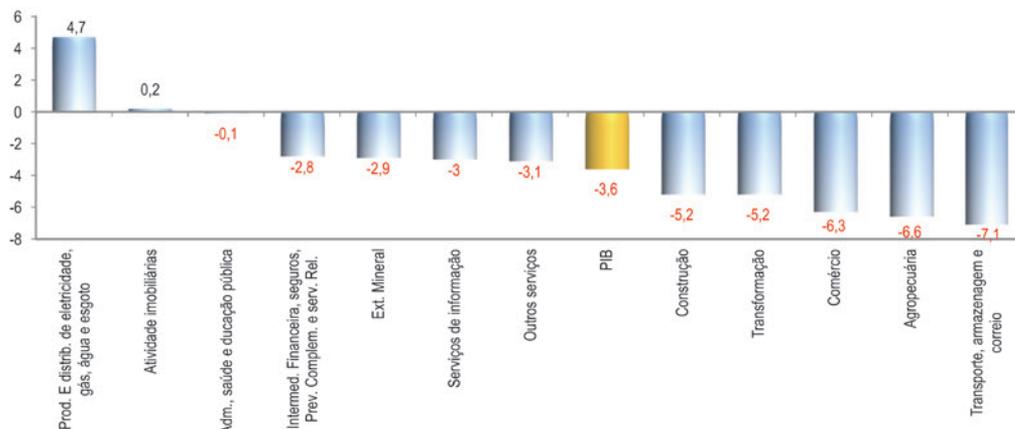
Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Para o ano de 2016, os dados são preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

A queda observada no PIB, em 2016, de 3,6%, foi resultado do recuo no Valor Adicionado Bruto de 3,1% combinado com uma retração na arrecadação de Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios de 6,4%.

Esse recuo dos impostos reflete, principalmente, a redução em volume arrecadado com o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 5,5% e com outros impostos (-5,6%), amplificado pela queda de 16,9% do Imposto de Importação e da redução de 11,2% do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), decorrente, em grande parte, do desempenho negativo da Indústria de transformação e das importações em 2016. Já o resultado negativo do Valor Adicionado Bruto foi resultado da retração do desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (-6,6%), Indústria (-3,8%) e Serviços (-2,7%). O Gráfico 1.2 a seguir apresenta as principais variações por subsetores da atividade econômica nacional para o ano de 2016.

Gráfico 1.2: **Taxas de variação anual do PIB e de seus subsetores - 2016 (%)**



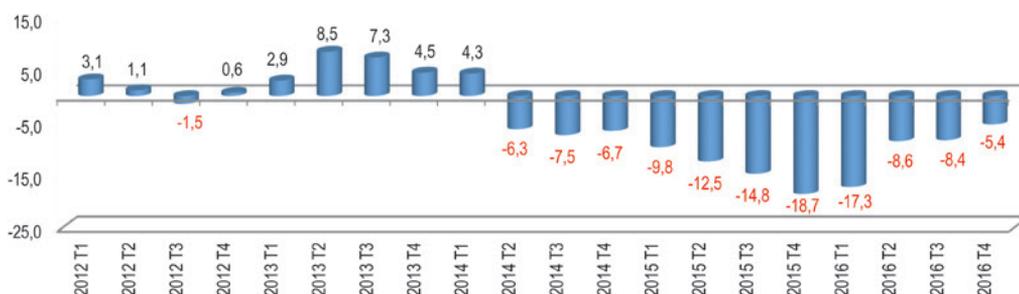
Fonte: IBGE.

* Resultados preliminares calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

1.3 Desempenho da Atividade Econômica pela Ótica da Despesa

Conforme relatório divulgado pelo IBGE, que apresentou o PIB de 2016 também pela ótica da despesa, é possível constatar que houve uma contração de 10,2% na Formação Bruta de Capital Fixo nesse ano. Este recuo é justificado pela queda da produção interna e da importação de bens de capital, tendo sido influenciado também pelo desempenho negativo da construção civil neste período. Este comportamento de queda na Formação Bruta de Capital Fixo foi registrado também em 2014 e 2015, apresentando os seguintes resultados, -4,2% e -13,9%, respectivamente (IBGE, 2017). O Gráfico 1.3 abaixo apresenta as variações trimestrais da formação bruta de capital fixo comparada ao mesmo trimestre do ano anterior para os últimos cinco anos.

Gráfico 1.3: **Formação bruta de capital fixo: variação real trimestral sobre mesmo trimestre do ano anterior - 1º Trim./2012 – 4º Trim./2016**



Fonte: IBGE/SCN.

Quanto à Despesa de Consumo das Famílias em 2016, conforme relatório do IBGE, estas caíram 4,2% em relação ao ano anterior. Entre os fatores que explicam esta retração estão o aumento da inflação, elevação da taxa básica de juros, crédito mais caro, aumento do nível de endividamento, aumento do desemprego e redução da massa salarial.

Na conta de Despesa do Consumo do Governo, por sua vez, houve uma queda de 0,6% em relação a 2015, ano este que também apresentou queda de 1,1% em relação a 2014.

Em relação ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços alcançaram um crescimento de 1,9%, em 2016, em relação ao ano de 2015, enquanto as Importações de Bens e Serviços apresentaram queda de 10,3% (IBGE, 2017). Entre os produtos e serviços da pauta de exportações brasileira que mostraram um bom desempenho estão: petróleo e gás natural, açúcar, automóveis, embarcações e outros equipamentos de transporte. Com relação às importações, houve redução nos seguintes itens: demais produtos manufaturados, medicamentos para medicina humana e veterinária, partes e peças para veículos automóveis e tratores, máquinas e equipamentos, automóveis, materiais elétricos, óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc.), automóveis de passageiros, circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos (MDIC, 2016).

O Quadro 1.1, a seguir apresenta um resumo da dinâmica trimestral do PIB pelas duas óticas, produção e despesa, para o período mais recente, ou seja, os anos de 2015 e 2016.

Quadro 1.1: Principais resultados para o PIB segundo as óticas da produção e da despesa, 4º Trimestre/2015 – 4º Trimestre/2016

Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior (%)		2015	2016	2016	2016	2016
		IV	I	II	III	IV
PIB a preços de mercado		-3,80	-5,40	-4,50	-4,00	-3,60
Ótica da Produção	Valor Adicionado bruto da agropecuária	3,60	-8,30	-7,30	-6,90	-6,60
	Valor Adicionado bruto da indústria	-6,30	-7,00	-5,00	-4,30	-3,80
	Valor Adicionado bruto dos serviços	-2,70	-3,50	-3,10	-2,80	-2,70
Ótica da Despesa	Despesa de consumo das famílias	-3,90	-5,80	-5,30	-4,70	-4,20
	Despesas de consumo do governo	-1,10	-0,80	-0,60	-0,70	-0,60
	Formação bruta de capital fixo	-13,90	-17,30	-13,10	-11,60	-10,20
	Exportação de bens e serviços	6,30	12,70	7,90	5,20	1,90
	Importação de bens e serviços	-14,10	-21,50	-16,00	-13,10	-10,30

Fonte: IBGE.

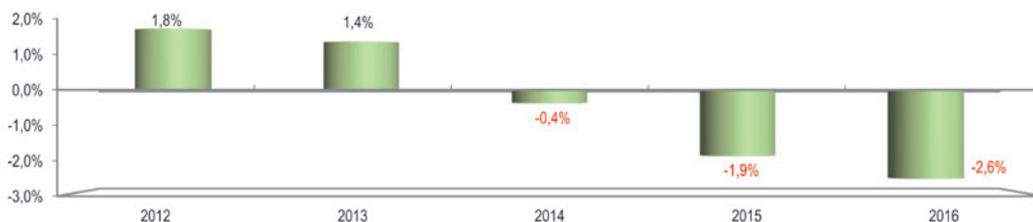
* Resultados preliminares calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Essa significativa reversão do comportamento da economia nacional para um cenário de recessão econômica, a partir de 2015, encontra explicação no comportamento dos seguintes fatores: déficit nos Resultados Primários do Governo Central do Brasil, redução da Carga Tributária Bruta, redução dos investimentos públicos e privados, aumento de tarifas (preços administrados: energia, telefonia, água, combustível, transporte), aumento de tributos para consumidores e trabalhadores, aumento da inflação e da taxa de desocupação no mercado de trabalho, queda na formação bruta de capital fixo, agravamento do desequilíbrio fiscal, e por uma crise política nacional, fatores estes que refletiram em uma retração no resultado do PIB em volume de -3,5% em 2015 e -3,6% em 2016.

Com relação ao déficit nos Resultados Primários do Governo Central do Brasil, essa deterioração das contas públicas brasileira ocorreu, principalmente, devido à estratégia do Governo Federal de adotar uma política de expansão de gastos públicos, por meio de Programas como o Programa de Aceleração do Crescimento e Minha Casa Minha Vida, além de realizar uma redução em suas receitas via desonerações tributárias objetivando estimular e desenvolver determinados segmentos econômicos e sociais, por meio de anistias, remissões, subsídios, créditos fiscais, isenções, redução de alíquotas ou base de cálculo.

Além do aumento das despesas do setor público federal com programas governamentais, o déficit ocorrido nos Resultados Primários do Governo Central do Brasil também é explicado pela elevação da Dívida Pública e dos juros pagos por essa dívida, redução da arrecadação de impostos e contribuições do governo, estados e municípios, déficit primário nas contas da União, Previdência Social e Banco Central. Entre os anos de 2012 a 2016, o resultado primário do Governo Central do Brasil foi reduzido de 1,8%, em 2012, para -2,6%, em 2016, ou seja, saiu de uma situação superavitária para outra deficitária (Gráfico 1.4).

Gráfico 1.4: **Resultados Primários do Governo Central do Brasil, 2012 - 2016 (% PIB)**



Fonte: STN.

Esse quadro de déficit ocorrido nos Resultados Primários do Governo Central do Brasil reduziu a credibilidade do governo, retraiu as expectativas dos investidores e dificultou o crescimento do país no período em análise, pois a piora da dívida pública pelo aumento das taxas de juros gerou tanto pressões inflacionárias como a elevação da taxa de inadimplência, o que prejudicou o recolhimento de impostos e contribuições para o governo, estados e municípios.

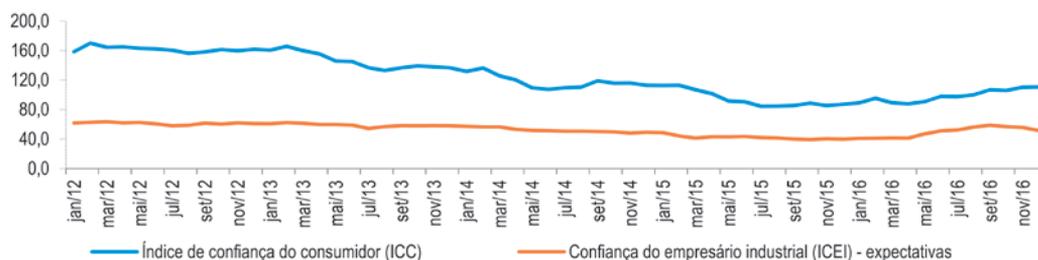
Essa piora dos indicadores fiscais do Brasil deteriorou as expectativas tanto dos consumidores quanto do setor privado no que diz respeito ao nível de consumo das famílias e aos investimentos realizados pelos empresários (AFONSO, 2017).

Pelo lado do consumidor, o risco do desemprego desmotivou o brasileiro a consumir, tendo em vista que o medo de perder o emprego fez com que as pessoas ficassem mais receosas em realizar gastos, tomar créditos, financiamentos ou assumir prestações que comprometeriam sua renda futura. Outro fator que também afetou a demanda pelo lado do consumidor foram os efeitos de uma política monetária e fiscal restritiva por meio da alta das taxas de juros, elevação da carga tributária que deterioraram a renda real do trabalhador (CERQUEIRA, 2017).

Quanto aos empresários, estes também reduziram seus níveis de investimento voltados para ampliar sua capacidade de produção, pois a elevação da carga tributária resultou em queda na renda disponível para o consumo, elevou os níveis de estoque e conseqüentemente levou a uma redução nos lucros das atividades empresariais, o que afetou diretamente no resultado econômico do país. Desta forma, a contração da demanda interna foi reflexo de um cenário em que tanto os consumidores como os empresários reduziram seus níveis de confiança no mercado e na economia nacional.

Apesar do quadro de aumento da insegurança por parte de consumidores e empresários nota-se que nos últimos meses de 2016 ocorreu uma melhora nas expectativas de ambos (Gráfico 1.5).

Gráfico 1.5: **Índice de Confiança do Consumidor e dos Empresários Industriais, Jan/12 – Dez/16.**

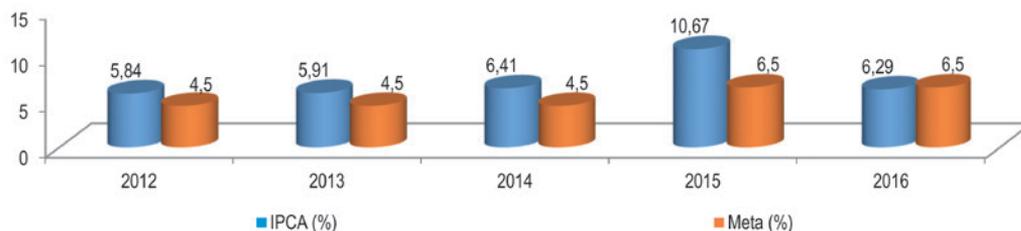


Fonte: Fecomércio- SP; CNI- Confederação Nacional da Indústria.

1.4 Dinâmica dos Preços ao Consumidor

No campo inflacionário, o Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA) registrou em 2016 uma inflação de 6,29%, sendo menor do que a registrada em 2015, que foi da ordem de 10,67%. Desta forma, em 2016, a inflação voltou para o intervalo de cumprimento das metas determinado pelo sistema de metas de inflação brasileiro com um teto de 6,5%, refletindo uma tendência de desaceleração nos preços (Gráfico 1.6).

Gráfico 1.6: **Inflação Anual pelo IPCA (% a.a.) e meta da inflação – 2012 a 2016**



Fonte: IBGE.

Esta melhora do desempenho da inflação em 2016 foi devido à desaceleração dos preços monitorados de Comunicação (1,27%) e Habitação (2,85%), Artigos de residência (3,41%), Vestuário (3,55%) e Transportes (4,22%) (Tabela 1.2).

Tabela 1.2: **IPCA - Variação acumulada no ano, segundo o índice geral e os grupos de produtos e serviços - 2016**

Índice geral e grupos de produtos e serviços	Variação Acumulada no ano (%)	Peso Mensal (%) Dez/2016
Índice geral	6,29	100,00
Alimentação e bebidas	8,62	25,83
Habitação	2,85	15,37
Artigos de residência	3,41	4,18
Vestuário	3,55	5,96
Transportes	4,22	17,95
Saúde e cuidados pessoais	11,04	11,62
Despesas pessoais	8,00	10,73
Educação	8,86	4,65
Comunicação	1,27	3,70

Fonte: IBGE.

A inflação de 2016, só não foi maior devido ao enfraquecimento do mercado de trabalho que diminuiu o poder de compra das famílias. Vale ressaltar que a alta de preços na saúde e nos alimentos impediu uma desaceleração mais expressiva dos preços livres, 6,5% ante 8,5% em 2015, os quais pressionaram o IPCA de 2016 (IBGE, 2017).

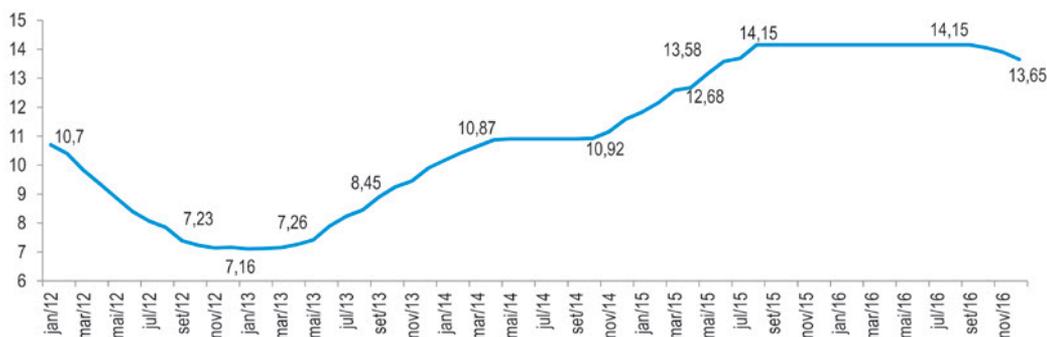
1.5 Taxa Básica de Juros

O principal instrumento do Banco Central para conter as pressões inflacionárias é a taxa básica de juros da economia - Selic, que avançou de 10,7% ao ano em janeiro de 2012 para 14,15% em agosto de 2015. Esse patamar de 14,15% foi mantido até setembro de 2016, quando o Banco Central começou a reduzir a taxa Selic até chegar em 13,65% em dezembro de 2016 (Gráfico 1.7).

Verifica-se, portanto, que nos anos de 2015 e 2016, a postura do COPOM no controle da inflação se manteve conservadora, reduzindo a taxa Selic em um ritmo lento somente no final de 2016, pois o seu objetivo foi de controlar o crédito e o consumo para segurar a inflação e aguardar a redução das incertezas do mercado e a aprovação das medidas fiscais do governo e seus impactos sobre a economia nacional e a inflação.

Sendo a taxa Selic considerada a taxa básica do mercado brasileiro, quando fixada em níveis elevados ela pode induzir o mercado a realizar aplicações em títulos públicos indexados por esta taxa, o que vai inibir a execução de investimentos dado o maior custo de captar recursos financeiros e menor retorno do capital investido. Assim, uma elevação na SELIC, resultaria, mais uma vez, em menor crescimento econômico, pois tornam os investimentos mais caros.

Gráfico 1.7: **Taxa de juros - Selic acumulada no mês anualizada base 252 (% a.a.), Janeiro/2012 – Dezembro/2016**



Fonte: BACEN

OBS.: A taxa Selic Anualizada na base 252 dias é ligeiramente menor do que a taxa SELIC definida nas reuniões do Conselho de Política Monetária – COPOM.

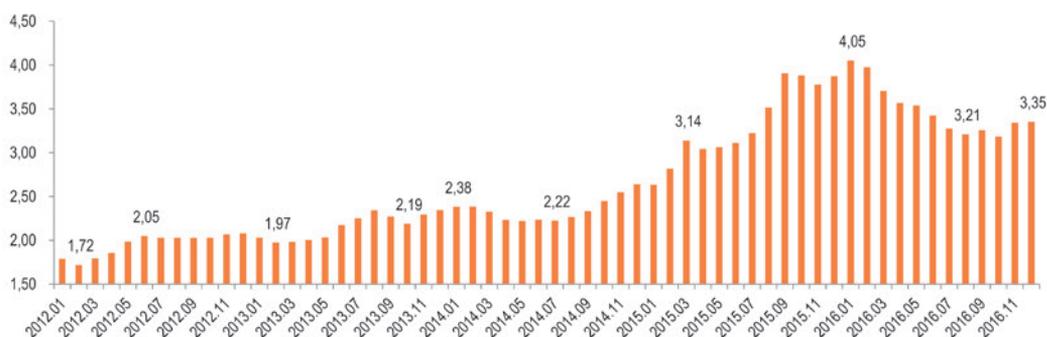
Outra observação pertinente, é que o estabelecimento da taxa Selic tem por objetivo deixar a inflação próxima ao centro da meta, o que aconteceu em 2016, quando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo foi de 6,29% a.a. contra o teto superior da meta inflacionária de 6,5% a.a.. Portanto, a manutenção de uma alta taxa Selic no 3º e 4º trimestres de 2015 e nos 1º, 2º e 3º trimestres de 2016, foi uma consequência da aceleração inflacionária presenciada no período em análise (Banco Central, 2017; IBGE, 2017).

1.6 Evolução da Taxa de Câmbio

Já no que diz respeito ao contexto do comércio exterior, as taxas de câmbio praticadas pelo mercado brasileiro são flutuantes, ou seja, são reguladas pelo mercado. Neste mercado as taxas de câmbio mais utilizadas são o dólar turismo, usado para a realização de operações de viagens ao exterior e o dólar comercial para transações comerciais de exportação, importação e transferências financeiras.

Analisando a taxa de câmbio praticada no mercado brasileiro em 2016, de acordo com dados médios mensais divulgados pelo Banco Central, verificou-se que o dólar-americano apresentou uma queda de preço frente à moeda nacional, na ordem de 17,3%, passando de R\$4,05 em janeiro de 2016 para R\$ 3,35 em dezembro de 2016 (Banco Central, 2017).

Gráfico 1.7: Média mensal da Taxa de Câmbio (R\$ / US\$, comercial/venda), jan./12-dez./16



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (Bacen / Boletim / BP).

Assim em 2016, mesmo no contexto marcado pela valorização da moeda doméstica, a Balança Comercial do Brasil bateu recorde com superávit de US\$ 47,7 bilhões. O superávit foi resultado de um desempenho melhor das exportações, mesmo tendo apresentado uma queda no valor total de 3,5% em relação ao ano anterior, pois houve aumento das quantidades exportadas, principalmente de produtos industrializados. Já as importações foram afetadas negativamente pela fragilidade das atividades econômicas locais frente à crise econômica enfrentada pelo país.

1.7 Considerações Finais

Observando o cenário econômico vivenciado pelo Brasil entre os anos de 2012 e 2016, verificou-se que o desempenho da economia nacional medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços produzidos no país, apresentou um quadro de desaceleração a partir de 2015, com uma queda de-3,5% em relação a 2014, e uma nova retração em 2016 da ordem de-3,6% em relação a 2015. Esse período de recessão vivenciado nos últimos dois anos foi puxado, principalmente, pelos fracos desempenhos das atividades da indústria e serviços. Apesar do quadro recessivo apresentado em 2015 e 2016, foi observado, no período mais recente, uma leve melhora do nível de confiança de consumidores e empresários, retorno da inflação abaixo do teto da meta, valorização cambial e escalada da taxa básica de juros da economia.

2 CONTAS REGIONAIS

Nicolino Trompieri Neto*

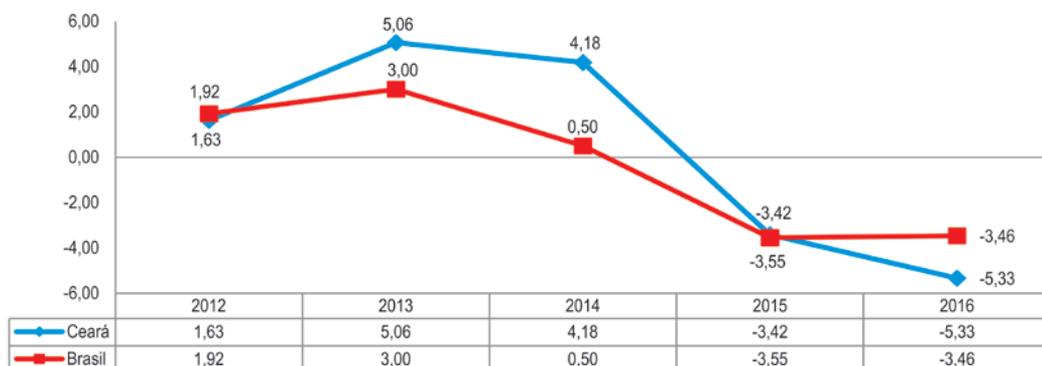
2.1 O Produto Interno Bruto

A análise empreendida nesse tópico compreende os anos de 2012 a 2016, de acordo com a base de 2010 das Contas Regionais do IBGE, referentes às informações do PIB do Ceará, dos seus três setores (agropecuária, indústria e serviços), bem como as atividades que os compõem. O período de 2012 a 2015 são dados definitivos, enquanto que os dados relacionados ao ano de 2016 são previsões, sendo passível de mudança quando forem divulgados os dados definitivos.

O Gráfico 2.1 mostra as taxas de crescimento anuais do PIB das economias do Brasil e do Ceará para o período de 2012 a 2016. O Ceará apresentou taxas de crescimento positivas e superiores à nacional, no período 2012-2014, mas por conta da crise macroeconômica iniciada em 2014, e com forte repercussão na economia do Ceará, houve quedas para os anos de 2015 (-3,42%) e 2016 (-5,33%).

O período de queda do PIB do Ceará, verificada nos anos de 2015 e 2016, foi influenciado pelo forte desequilíbrio fiscal do Governo Federal, pelo alto nível de endividamento das famílias, bem como pelo baixo nível de confiança das empresas em relação ao comportamento da economia brasileira, o que levou a diminuir fortemente o nível de investimento privado. Soma-se a política monetária restritiva, de aumento da taxa básica de juros, para o controle da inflação, que tem tornado o crédito mais caro. Estes fatores provocaram principalmente uma diminuição no nível de consumo das famílias, gerando uma desaceleração no crescimento do setor de serviços, o qual é o setor de maior participação no PIB do Ceará.

Gráfico 2.1: Evolução da taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2012-2016



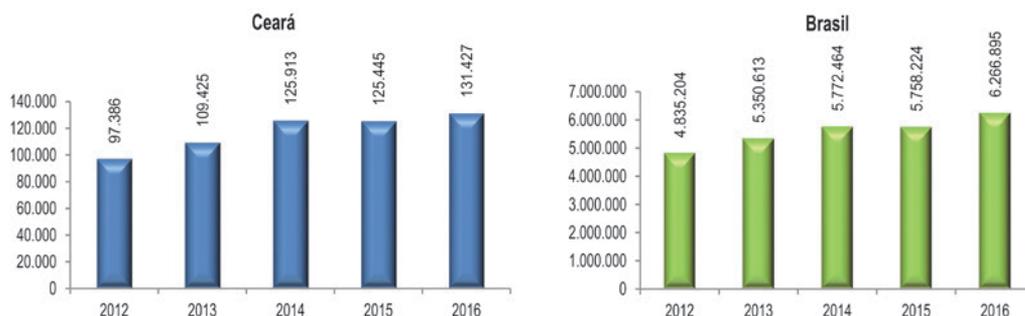
Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: O ano de 2016 é preliminar e pode sofrer alteração quando for divulgado o dado definitivo.

*Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

De acordo com o Gráfico 2.2, que apresenta a trajetória do crescimento do PIB em valores constantes a preços de 2016, o PIB do Ceará passou de aproximadamente R\$ 97,39 bilhões, em 2012, para o valor de aproximadamente R\$ 131,43 bilhões, em 2016, enquanto que o PIB do Brasil apresentou uma evolução de aproximadamente R\$ 4,83 trilhões, em 2012, para um valor de aproximadamente R\$ 6,26 trilhões, em 2016. Observa-se que por conta da crise macroeconômica, os valores em termos reais, tanto do PIB do Ceará quanto do PIB do Brasil, apresentaram uma leve queda no ano de 2015 em comparação com o ano de 2014.

Gráfico 2.2: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) – Milhões R\$, Ceará e Brasil, 2012-2016

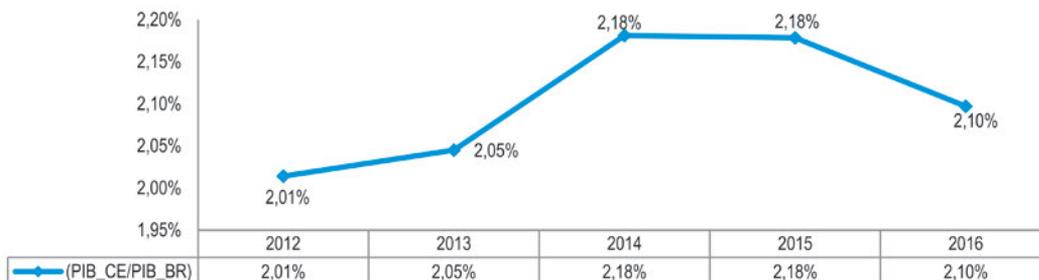


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: O ano de 2016 é preliminar e pode sofrer alteração quando for divulgado o dado definitivo. Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

O crescimento considerável do PIB do Ceará acima do Brasil, verificados de 2012 a 2014, favoreceu a um ganho de participação da economia cearense em relação à economia nacional. De acordo com o Gráfico 2.3 abaixo, observa-se a partir do ano de 2012, uma tendência de crescimento da relação PIB do Ceará sobre o PIB do Brasil, quando a economia do Ceará representava 2,01%, passando para 2,18% em 2014, e mantendo essa mesma proporção em 2015. Porém, com a forte queda de 5,33% do PIB do Ceará, em 2016, comparada à queda do PIB do Brasil de 3,46% para o mesmo ano, a participação da economia cearense reduziu-se para 2,10%.

Gráfico 2.3: Relação entre o PIB Ceará x Brasil (%), 2012-2016



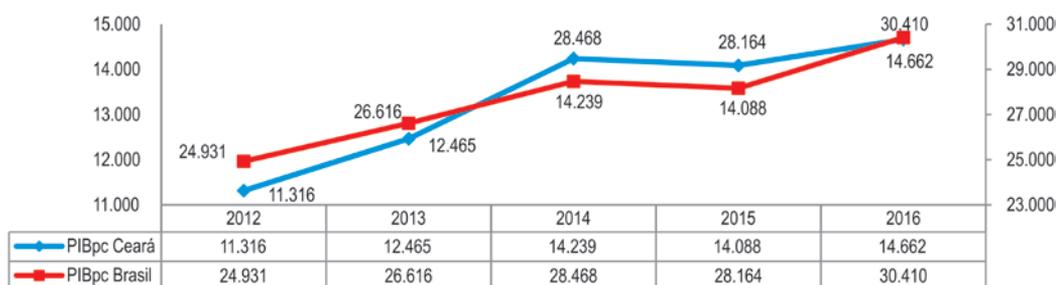
Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: O ano de 2016 é preliminar e pode sofrer alteração quando for divulgado o dado definitivo.

2.2 PIB Per Capita

O Gráfico 2.4 apresenta o PIB *per capita* em termos de valores constantes a preços de 2016, onde o PIB per capita cearense evoluiu de R\$ 11.316, em 2012, para R\$ 14.662, em 2016, apresentando um crescimento de aproximadamente 30%, enquanto que o PIB per capita brasileiro passou de R\$ 24.931, em 2012, para um valor de R\$ 30.410, em 2016, obtendo um crescimento de aproximadamente 22%.

Gráfico 2.4: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (R\$), Ceará e Brasil, 2012-2016

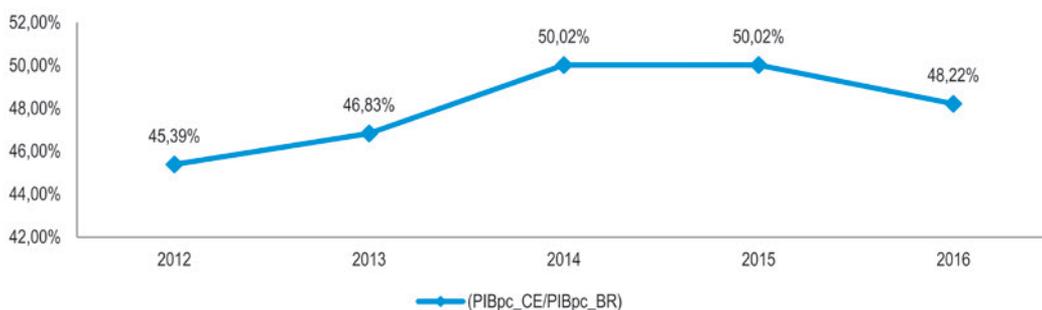


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: O ano de 2016 é preliminar e pode sofrer alteração quando for divulgado o dado definitivo. Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

Quando se observa a evolução da participação levando-se em consideração o crescimento populacional por meio do PIB *per capita*, verifica-se novamente uma tendência de crescimento no ganho de participação da economia do Ceará em relação a do Brasil, a partir de 2012 até o ano de 2014. O Gráfico 2.5, a seguir, apresenta essa evolução, onde a participação passou de 45,39%, em 2012, para 50,02%, em 2014, mantendo-se constante em 2015 e apresentando uma queda em 2016, passando para 48,22%, como decorrência do agravamento da crise macroeconômica ocorrido em 2016.

Gráfico 2.5: Relação entre o PIB *per capita* Ceará x Brasil, 2012-2016



Fonte: IBGE e IPECE.

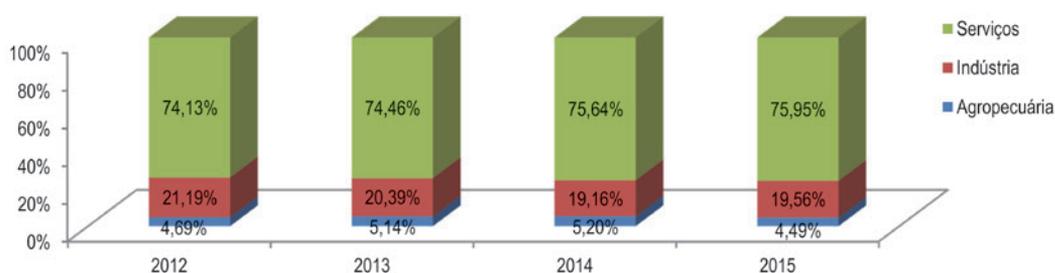
Nota: O ano de 2016 é preliminar e pode sofrer alteração quando for divulgado o dado definitivo.

2.3 Participação Setorial no Valor Adicionado Bruto Cearense

Quando se desagrega o crescimento da economia cearense pelas participações de seus três principais setores, observa-se que essa expansão foi favorecida, principalmente, pelo

setor de serviços, uma vez que representava 74,13% do total do valor adicionado (VA), em 2012, passando a representar 75,95% em 2015 (Gráfico 2.6). A participação do setor da agropecuária, praticamente manteve-se constante, passando de 4,69%, em 2012, para 4,49%, em 2015, mas apresentando queda de participação em relação ao ano de 2014 (5,20%). Este setor apresenta baixa participação na economia do Ceará, em decorrência, principalmente, da dependência do setor às condições climáticas, tendo em vista que nos anos de seca verificados no período, a produção de grãos ficou comprometida por compreender, predominantemente, culturas de sequeiro. Já o setor da indústria também apresentou queda, passando de 21,19%, em 2012, para 19,56%, em 2015, perdendo participação para o setor de serviços.

Gráfico 2.6: Participação (%) dos valores adicionados dos setores no valor adicionado total – Ceará – 2012 a 2015



Nota: Não há previsões para as participações de 2016.

Fonte: IBGE e IPECE.

Dentre as atividades que compõem o setor da agropecuária (Tabela 2.1) a atividade agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita é a mais importante, com uma participação, em 2015, de 2,22% do VA total. Essa participação já foi de 4,39%, em 2011, mas vem se mantendo em torno de 2,0% no período 2012-2015, em decorrência das chuvas abaixo da média histórica.

Tabela 2.1: Participação (%) do valor adicionado (VA) da agropecuária e suas atividades no VA total – Ceará - 2012-2015

Atividades Econômicas	2012	2013	2014	2015	Ganhos e Perdas 2012/2015 (p.p.)
Agropecuária	4,69	5,14	5,20	4,49	-0,19
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	2,57	2,88	2,97	2,22	-0,35
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,49	1,55	1,51	1,61	0,12
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,63	0,72	0,73	0,67	0,04

Nota: Os anos de 2012 a 2015 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2016.

Fonte: IBGE e IPECE.

Em relação às atividades que compõem o setor da indústria (Tabela 2.2), a mais importante é a indústria de transformação, com uma participação, em 2015, de 8,50% no total do VA do Ceará, seguida das atividades da construção civil (8,12%), produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (serviços industriais de utilidade pública- SIUP) (2,64%) e indústria extrativa (0,30%). Comparando com o ano de 2012, com

exceção da construção civil, que apresentou um leve ganho de 0,25 ponto percentual (p.p.), todas as outras atividades apresentaram perdas de participação, com a maior perda para atividade indústrias de transformação (-1,34 p.p.), seguidas das atividades Indústrias extrativas (-0,28 p.p.) e SIUP (-0,26 p.p.).

Tabela 2.2: Participação (%) do valor adicionado (VA) da indústria e suas atividades no VA total – Ceará - 2012-2015

Atividades Econômicas	2012	2013	2014	2015	Ganhos e Perdas 2012/2015 (p.p.)
Indústria	21,19	20,39	19,16	19,56	-1,63
Indústrias extrativas	0,58	0,65	0,53	0,30	-0,28
Indústrias de transformação	9,84	10,36	9,21	8,50	-1,34
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (SIUP)	2,90	2,10	2,30	2,64	-0,26
Construção civil	7,87	7,29	7,11	8,12	0,25

Nota: Os anos de 2012 a 2015 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2016.

Fonte: IBGE e IPECE.

Dentre as atividades que compõem o setor de serviços, o destaque com a maior participação no total do VA do Ceará, em 2015, foi APU (23,66%) (Tabela 2.3). Esse resultado reforça a percepção quanto à importância do papel do setor público na economia do Ceará, não apenas para estimular o crescimento econômico, mas também para atender as demandas sociais provenientes do crescimento populacional. Os outros destaques foram comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (14,94%), atividades imobiliárias (10,58%) e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (7,56%). Dentre essas atividades, a que mais ganhou participação no período 2012-2015, foi atividades imobiliárias (1,79 p.p.), enquanto que comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas apresentou uma perda de 1,25 ponto percentual.

Tabela 2.3: Participação (%) do valor adicionado (VA) dos serviços e suas atividades no VA total – Ceará – 2012-2015

Atividades Econômicas	2012	2013	2014	2015	Ganhos e Perdas 2012/2015 (p.p.)
Serviços	74,13	74,46	75,64	75,95	1,82
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	16,19	15,68	16,31	14,94	-1,25
Transporte, armazenagem e correios	3,40	3,48	2,99	2,92	-0,48
Alojamento e alimentação	3,08	3,37	3,50	2,99	-0,09
Informação e comunicação	2,50	2,31	2,43	2,06	-0,44
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,02	3,66	3,74	4,42	0,40
Atividades imobiliárias	8,79	9,50	9,74	10,58	1,79
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,15	7,18	7,59	7,56	0,41
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social (APU)	22,65	22,89	22,66	23,66	1,02
Educação e saúde privadas	3,11	3,15	3,39	3,55	0,44
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	1,99	1,97	1,94	2,07	0,08
Serviços domésticos	1,25	1,29	1,35	1,19	-0,07

Nota: Os anos de 2012 a 2015 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2016.

Fonte: IBGE e IPECE.

2.4 Distribuição Regional do PIB Cearense

Analisando o PIB de acordo com as quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará (Tabela 2.4) verifica-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do estado, apresentando, em 2015, 64,94% do PIB cearense. As outras duas regiões metropolitanas do Ceará são representadas pelas macrorregiões do Cariri (7,93%) e Sertão de Sobral (4,52%). As participações de todas as macrorregiões, na comparação de 2015 com 2012, apresentaram ganhos ou perdas menores do que 1%. O maior ganho foi registrado na macrorregião do Cariri, com ganho de 0,42 pontos percentuais (p.p.), enquanto que a maior perda foi registrada na Grande Fortaleza, com 0,87 p.p. de perda.

Dados os programas de investimentos realizados no período de 2007 a 2015, direcionados fortemente para as macrorregiões do interior do Estado, culminando nas construções de escolas profissionalizantes, centros especializados de odontologia (CEO's), policlínicas, unidades de pronto atendimento (UPA's), delegacias, hospitais regionais, canais de interligação entre bacias hidrográficas, construção e manutenção de estradas, entre outras obras de infraestrutura, vem proporcionando aumentos das participações dos PIB's das macrorregiões pertencentes ao interior do Estado do Ceará.

Tabela 2.4: Evolução da participação das macrorregiões de planejamento no Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado – Ceará – 2012-2015.

Macrorregiões de Planejamento	2012		2015		Ganho e Perdas 2012/2015 (p.p.)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Cariri	7.286.587	7,51%	10.361.894	7,93%	0,42
Centro Sul	2.504.493	2,58%	3.343.390	2,56%	-0,02
Grande Fortaleza	63.826.702	65,82%	84.830.288	64,94%	-0,87
Litoral Leste	1.892.417	1,95%	2.602.920	1,99%	0,04
Litoral Norte	2.288.213	2,36%	3.128.041	2,39%	0,04
Litoral Oeste/Vale do Curu	2.686.408	2,77%	3.279.823	2,51%	-0,26
Maciço de Baturité	1.306.617	1,35%	1.789.742	1,37%	0,02
Serra da Ibiapaba	2.104.967	2,17%	2.912.878	2,23%	0,06
Sertão Central	2.268.698	2,34%	3.166.036	2,42%	0,08
Sertão de Canindé	932.188	0,96%	1.387.670	1,06%	0,10
Sertão de Crateús	1.776.670	1,83%	2.472.618	1,89%	0,06
Sertão dos Inhamuns	671.215	0,69%	972.164	0,74%	0,05
Sertão de Sobral	4.255.120	4,39%	5.910.575	4,52%	0,14
Vale do Jaguaribe	3.173.458	3,27%	4.462.750	3,42%	0,14
Ceará	96.973.753	100,00%	130.620.788	100,00%	-

Nota: Os anos de 2012 e 2015 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2016. Valores correntes.

Fonte: IBGE e IPECE.

2.5 Considerações Finais

Esta seção apresentou a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará no período de 2012 a 2016. Verificou-se que com a crise macroeconômica brasileira iniciada em 2014,

houve fortes quedas do PIB do Ceará em 2015 (-3,85%) e 2016 (-5,33%). A crise repercutiu na queda de participação do PIB do Ceará, passando de 2,18%, em 2014, para 2,10%, em 2016, implicando também na queda da participação em termos per capita, passando de 50,02%, em 2014, para 48,22%, em 2016.

Ao analisar as participações dos valores adicionados (VA) dos setores da economia do Ceará, registrou-se um considerável crescimento do setor de serviços, no qual em 2012 a sua participação no VA do Ceará era 74,13%, passando para 75,95% em 2015. A participação do setor da agropecuária reduziu de 4,69%, em 2011, para 4,49%, em 2015. Essa participação era de 6,51% em 2011. Esta considerável queda, na comparação de 2011 com 2015, é explicada pela dependência do setor às condições climáticas, tendo em vista que nos anos de seca verificados no período 2012-2015, a produção de grãos ficou comprometida por compreender, predominantemente, culturas de sequeiro. Já o setor da indústria também apresentou queda, passando de 21,19%, em 2012, para 19,56%, em 2015, perdendo participação para o setor de serviços.

Em relação a distribuição espacial do PIB do Ceará, verificou-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do Ceará, apresentando, em 2015, 64,94% do PIB do Ceará. As outras duas regiões metropolitanas do Ceará são representadas pelas macrorregiões do Cariri (7,93%) e Sertão de Sobral (4,52%). As participações de todas as macrorregiões, na comparação de 2015 com 2012, mantiveram-se com ganhos e perdas menores do que 1%, cujo o maior ganho foi registrado na macrorregião do Cariri (0,42 p.p.), enquanto que a maior perda foi registrada na Grande Fortaleza (-0,87 p.p.). O grande volume de investimentos públicos registrados no período 2012-2015 contribuiu para aumentar a participação do PIB do interior do Ceará, já que grande parte desses investimentos foi alocada fora da macrorregião Grande Fortaleza.

3 AGRONEGÓCIO

Ana Cristina Lima Maia*

3.1 Introdução

As atividades do setor agropecuário correspondem às atividades agrícola, pecuária e extrativa vegetal. Esse setor é responsável pela produção alimentar e fornecimento de matéria-prima de vários setores da indústria. Além disso, o setor agropecuário apresenta grande relevância econômica nas áreas rurais tendo em vista a geração de emprego e renda para as pessoas que moram nessas regiões.

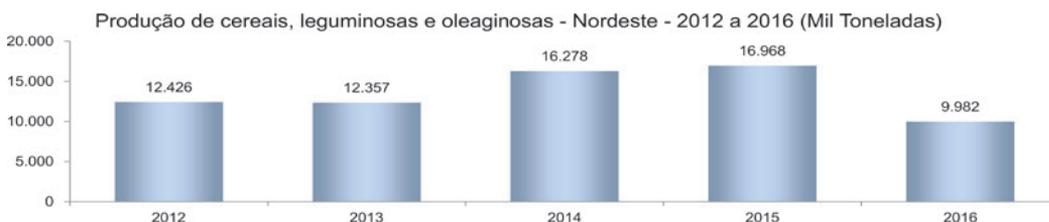
No Ceará, o setor agropecuário responde por aproximadamente 4,5% da economia do estado¹, segundo dados das Contas Regionais de 2015 (em 2014 essa participação era de 5,2%). Embora a participação tenha diminuído de 2014 para 2015, o setor mantém sua importância na economia do estado, conforme mencionado anteriormente, pois o setor possui um grande efeito de transbordamento para outras atividades nos outros setores, além de manter parte das pessoas no campo, evitando o êxodo rural.

A agropecuária apresenta-se de forma diferenciada nas regiões cearenses, pois depende das especificidades geográficas e pluviométricas. Os municípios cearenses que mais se destacam no setor agropecuário são: Missão Velha, Limoeiro do Norte, Beberibe e Quixeré. Na atividade agrícola, os municípios de Limoeiro do Norte, Missão Velha, Beberibe e Quixeré são os maiores produtores. E na atividade pecuária destacam-se os municípios de Horizonte, Aquiraz, Quixadá, Beberibe e Morada Nova.

3.2 Produção de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas do Nordeste

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas da Região Nordeste, nos anos de 2012 a 2016, não obteve bom desempenho em decorrência do período de seca que persistiu ao longo desses cinco anos. Nos anos de 2012 e 2013 a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas ficou abaixo do gerado em 2010, mas, ainda assim, foi considerado um valor em torno da média dos anos anteriores. Já nos anos de 2014 e 2015 verificou-se um crescimento da produção das culturas analisadas, influenciada pelo aumento da produção de milho e soja, nos estados da Bahia, Piauí e Maranhão.

Gráfico 3.1: **Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - Nordeste - 2012 a 2016 (Mil Toneladas)**



Fonte: IBGE e IPECE.

* Mestre em Economia Rural (MAER/UFC) e Assessora Técnica da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

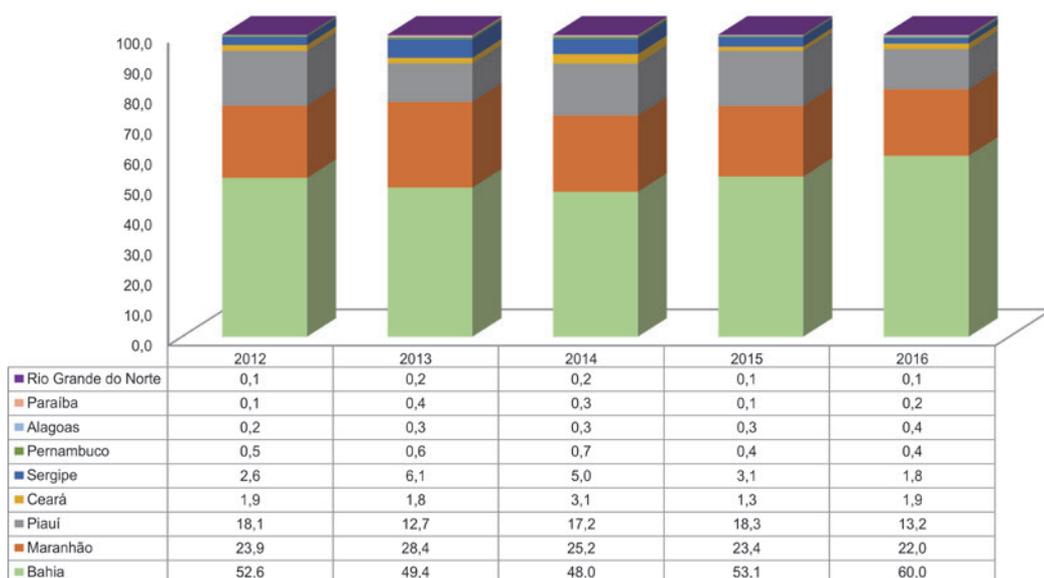
¹ Último dado disponível pelo IBGE via Contas Regionais.

Porém, com a permanência da seca a escassez de água se agravou, as condições de solo e clima sofreram alterações negativas para a produção de várias culturas, principalmente as lavouras de sequeiro, como milho e feijão. A escassez de água também afetou a produção de soja. Por conta disso, em 2016 a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas foi de 9.982 mil toneladas, ou seja, a menor safra desde o ano de 2006.

O estado da Bahia, nos anos de 2012 a 2015, concentrou em média 50% da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas e no ano de 2016 essa participação subiu para 60%. Isso se deveu as elevadas perdas dos estados que são mais dependentes das lavouras de sequeiro, os quais foram mais afetados pelo longo período de estiagem.

O estado do Maranhão aparece logo em seguida com participação em torno de 25%. O Piauí continua como terceiro maior produtor do Nordeste, porém em 2016 apresentou uma perda de participação mais acentuada, passando de 18,3%, em 2015, para 13,2%, em 2016. Essa perda de participação foi em consequência da redução da produção de soja, milho e feijão. A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas desses três estados representou 95,2% do total produzido pela região Nordeste em 2016 (Gráfico 3.2).

Gráfico 3.2: Participação da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - Nordeste - 2012 a 2015 (%)



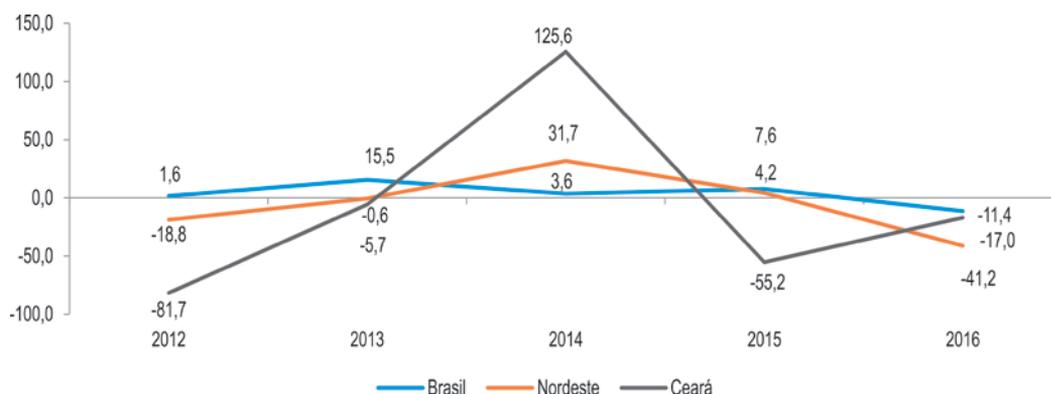
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O Ceará, nos anos de 2012 a 2015 foi o quinto maior produtor de cereais, leguminosas e oleaginosas do Nordeste, com destaque para o ano de 2014, quando atingiu a maior participação (3,1%). Porém, em 2016, o Ceará subiu para a quarta posição, embora tenha voltado a participar com apenas 1,9%. Vale ressaltar que o Ceará, em 2010, representou 8,5% da produção da Região.

Por sua vez, Sergipe representou 1,8% do total de cereais, leguminosas e oleaginosas produzidas no Nordeste em 2016. Em seguida aparecem Pernambuco e Alagoas, com 0,5% cada; Paraíba (0,2%) e Rio Grande do Norte (0,1%).

A produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou um comportamento mais estável comparado à região Nordeste e ao estado do Ceará ao longo do período analisado. Em 2013, a produção do país registrou a maior taxa anual de crescimento (+15,5%), comparado a 2012. Também apresentou crescimento nos anos de 2014 e 2015, mas em um ritmo menor. Mas no ano de 2016, a variação foi negativa (-11,4%) (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.3: Variações (%) da Produção cereais, leguminosas e oleaginosas – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012- 2016



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

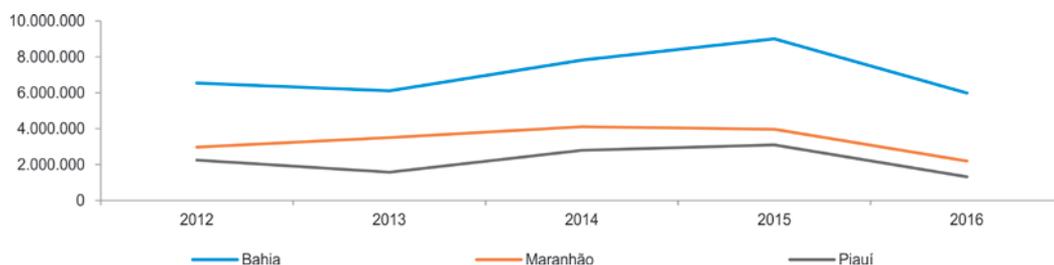
Com relação à variação para o Nordeste, nota-se um comportamento um pouco mais oscilante, com crescimento apenas nos anos de 2014 e 2015. Em 2016 a produção nordestina registrou queda de 41,2%, a mais intensa para o período. Quanto ao Ceará, a variação da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou comportamento com grandes oscilações, com queda de 81,7%, em 2012, relativamente a 2011, e crescimento de 125,6%, em 2014, comparado ao ano anterior. Nos anos seguintes registrou variações negativas (Gráfico 3.3).

Os estados da Bahia, Piauí e Maranhão são diferenciados na produção, por serem grandes produtores de soja com tecnologia elevada, não havendo assim grandes variações entre as safras. Diante dessa diferença entre os estados, é importante analisar o comportamento da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas para os estados da Bahia, Maranhão e Piauí separadamente dos demais.

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas nos estados da Bahia e Piauí tiveram seus picos de produção em 2015, com aumento da produção de soja e milho, porém, em 2016 a produção dessas lavouras apresentou queda devido à redução da área plantada e menor produtividade, principalmente pelos problemas climáticos.

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Maranhão apresentou comportamento com menores variações nos anos de 2012 a 2015. Em 2016 também registrou queda mais acentuada pelas mesmas razões climáticas, com redução na área e menor produtividade, conforme observado no Gráfico 3.4.

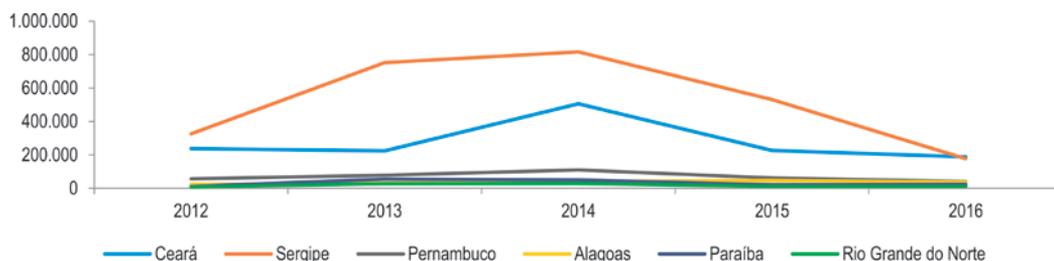
Gráfico 3.4: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Bahia, Maranhão e Piauí – 2012- 2016



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Os estados destacados no Gráfico 3.5 apresentam um perfil, na sua maioria, de produção familiar, com menores propriedades voltadas para a produção, principalmente, de milho, feijão e arroz. Dentre os estados fica evidente que Sergipe e Ceará são os estados com maiores variações na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, com grandes oscilações na produção de milho e feijão. Os demais estados possuem uma produção menor, conseqüentemente menores variações absolutas.

Gráfico 3.5: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas nos estados do Nordeste – 2012 a 2016

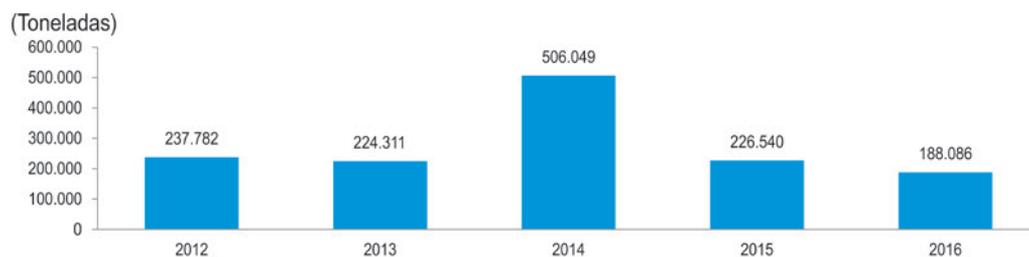


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.3 Principais Produtos Agrícolas do Ceará

As safras de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará nos anos de 2012 e 2013 foram consideradas uma das menores, ficando bem abaixo da média da produção do estado dos últimos seis anos anteriores a 2012, que foi de 882 mil toneladas, ou seja, antes do período de seca. Em 2014, a produção voltou a crescer, porém ainda abaixo da média, e nos anos seguintes, obteve a menor produção da série, quando em 2016 atingiu a quantidade de apenas 188 mil toneladas (Gráfico 3.6).

Gráfico 3.6: Produção (em toneladas) de cereais, leguminosas e oleaginosas - Ceará - 2012 a 2016 (Toneladas)

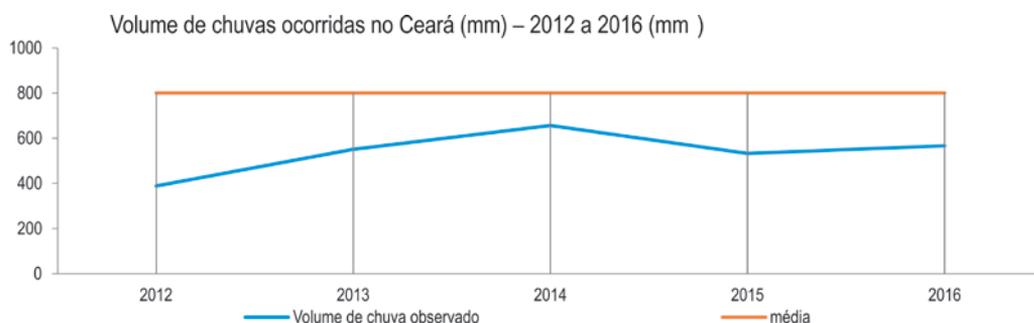


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Como foi visto anteriormente, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará é bastante variável, sendo seu desempenho diretamente relacionado ao volume de chuvas que ocorre no estado. Assim, como pode ser verificado no Gráfico 3.7, a pluviosidade no estado ficou abaixo da média observada ao longo dos anos de 2012 a 2016. O menor volume foi registrado em 2013, com 388,8 mm³. Em 2014, o volume de chuvas foi um pouco maior, o que contribuiu para obter uma safra melhor. Porém, nos anos seguintes as chuvas foram ainda mais irregulares em têmporo-espaial e escassez pluviométrica, agravando ainda mais a situação geoclimática.

É importante ressaltar que essa irregularidade de chuvas é uma característica inerente ao semiárido nordestino, onde 93% do território do Ceará está inserido nesse clima. Por esta razão é essencial que o estado possua uma política de gestão de água bem fundamentada nesses longos períodos de seca, que possibilite evitar ou amenizar maiores danos causados pela insuficiência de água.

Gráfico 3.7: **Volume de chuvas ocorridas no Ceará (mm) – 2012 a 2016 (mm³)**

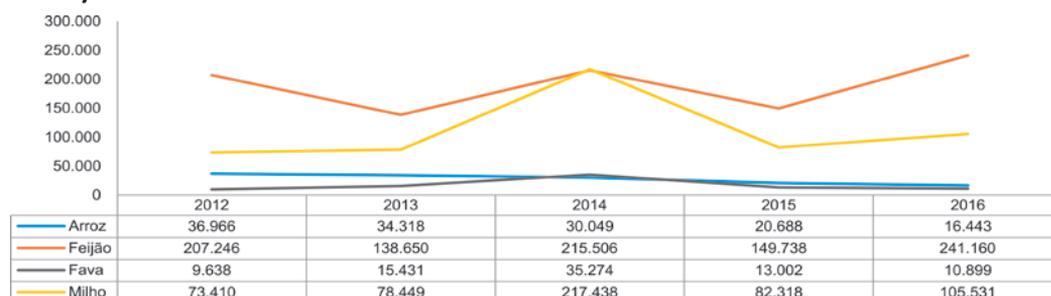


Fonte: Funceme. Elaboração: IPECE.

3.3.1 Principais Grãos

Os principais grãos produzidos pelo Ceará em 2016, em termos de valor, são feijão, milho, arroz e fava, nessa ordem. O valor de produção do feijão mostrou-se bem superior as demais culturas ao longo do período analisado, exceto em 2014, quando o valor da produção do milho foi um pouco maior. O milho foi o grão de maior importância quanto ao valor de produção, mas com maiores variações ao longo da série. Em seguida estão o arroz e a fava, com valores bem abaixo dos dois anteriores comentados (Gráfico 3.8).

Gráfico 3.8: **Valor da Produção dos principais grãos - Ceará - 2012 a 2016 (Mil Reais)**



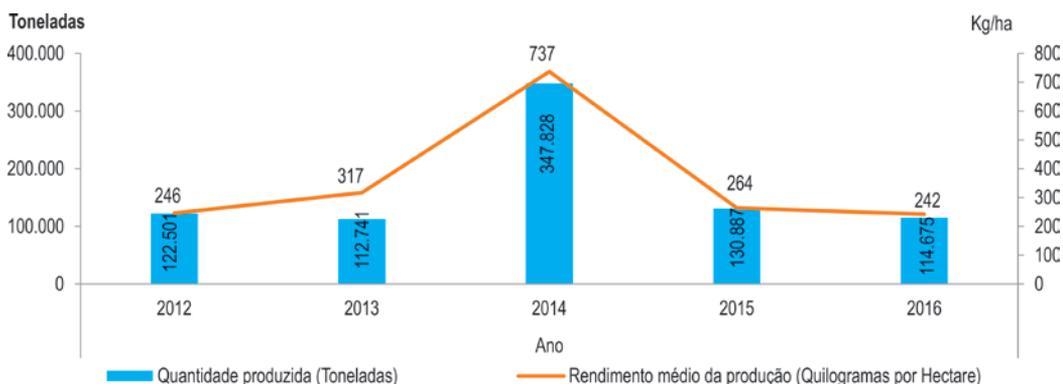
Fonte: Funceme. Elaboração: IPECE.

Ao se analisar a produção e produtividade do milho do Ceará nos anos de 2012 a 2016 verificou-se que o ano de 2014 foi o melhor da série, com 347,8 mil toneladas e produtividade de 737 quilogramas por hectare. Para os anos de 2015 e 2016, a produção ficou muito aquém desse valor, com produção um pouco acima de 100 mil toneladas, uma das menores safras já registradas para o Ceará. Quanto ao rendimento, observou-se que em 2015 foi de 264 quilogramas por hectare. Em 2016, o rendimento caiu para 242 kg/hectare, o menor da série (Gráfico 3.9).

A cultura do milho é bastante sensível aos veranicos e precisa de uma maior quantidade de água. Logo, devido à baixa precipitação ocorrida nesses anos a produção de milho no período analisado foi bem inferior à produção de um ano considerado bom, que é em torno de 550 mil toneladas. A falta de chuva desestimulou o plantio, com redução de área, além da perda de qualidade do solo, que implicou em menor rendimento da produção.

A cultura de milho é realizada em quase todos os municípios. Em 2016, 181 municípios cearenses produziram milho, sendo que os dez principais representaram uma participação de 30,0%. Os principais municípios produtores foram: Crateús, Tamboril, Granja e Quiterionópolis (PAM-IBGE).

Gráfico 3.9: **Produção e rendimento médio do milho - Ceará - 2012 a 2016**



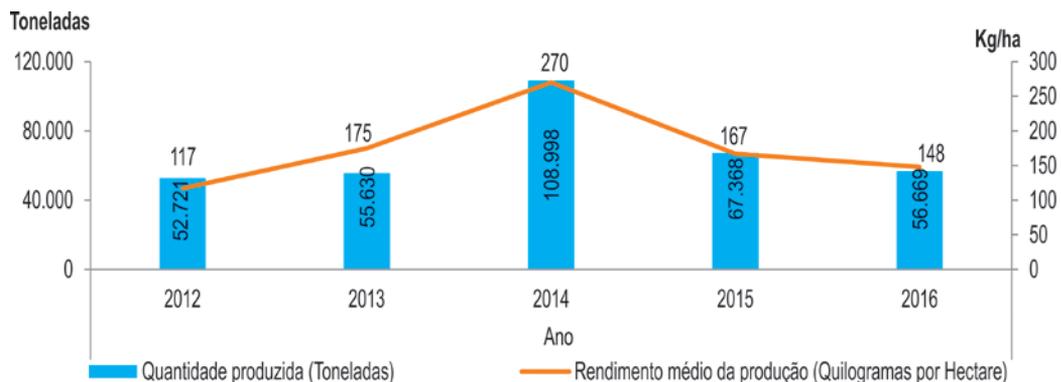
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A produção de feijão ao longo do período analisado também ficou abaixo da quantidade média produzida pelo Ceará. Em 2012 a produção foi a menor da série, com apenas 55 mil toneladas, nesse ano o rendimento foi de 175 quilogramas por hectare. A produção de 2014 foi a melhor do período, com aproximadamente 109 mil toneladas, o rendimento foi de 270 quilogramas por hectare. Lembrando que nesse ano, o volume de chuvas foi melhor, comparado aos demais anos analisados.

O ano de 2016 apresentou um dos piores resultados, com uma produção de 56,7 mil toneladas e rendimento de 148 quilogramas por hectare, o menor rendimento para o período (Gráfico 3.10).

A produção de feijão em 2016 foi realizada em 183 municípios cearenses, apenas Fortaleza não apresentou registro de produção. Os dez principais municípios representaram uma participação de 25,5%, sendo os principais produtores os municípios de Tamboril, Granja, Santa Quitéria e Itapipoca (PAM-IBGE).

Gráfico 3.10: **Produção e rendimento médio de Feijão – Ceará - 2012 a 2016**



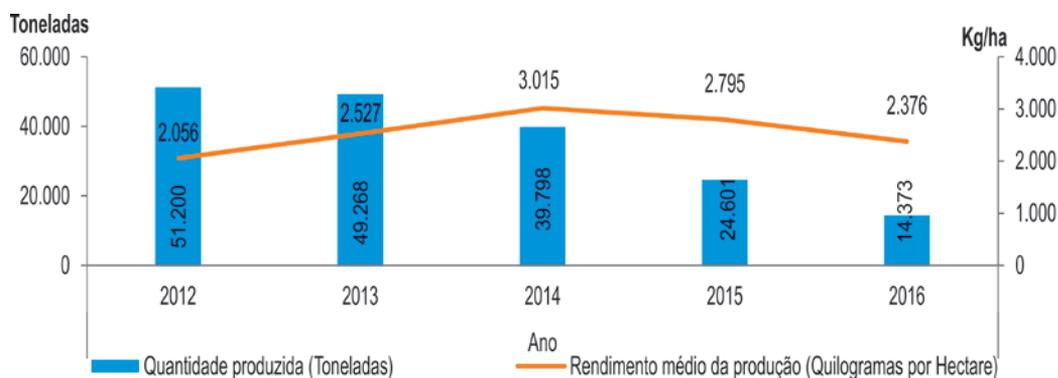
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Quanto à produção de arroz no Ceará, observou-se uma redução na produção ao longo dos anos analisados, até mesmo no ano de 2014, quando o volume de chuvas foi um pouco melhor. Essa nítida tendência de queda está relacionada com a política de desestímulo para essa cultura, visto que a mesma demanda bastante água. Conforme visto no Gráfico 3.11, a produção de 2012 foi de 51,2 mil toneladas passando para 14,4 mil toneladas, em 2016.

Porém, é possível dizer que houve uma tendência de melhoria no rendimento médio da produção de arroz no estado. Em 2012, o rendimento foi de 2.056 quilogramas por hectare, o menor do período analisado, enquanto em 2014 registrou o melhor rendimento (3.015 quilogramas por hectare), porém, em consequência da falta de água o rendimento voltou a cair, mas manteve uma produtividade acima do valor de 2012.

Os municípios que mais produziram arroz, em 2016, foram: Morada Nova, Limoeiro do Norte, Iguatu e São João do Jaguaribe. Por ser uma cultura que necessita de características mais específicas e por esses municípios terem o perfil mais adequado para o plantio de arroz, as maiores produções sempre ocorrem na Região do Vale do Jaguaribe. Dos 184 municípios cearenses 100 registraram alguma quantidade produzida de arroz em 2016, sendo que os dez maiores concentram 88,8% da produção cearense.

Gráfico 3.11: **Produção e rendimento médio de arroz – Ceará - 2012 a 2016**



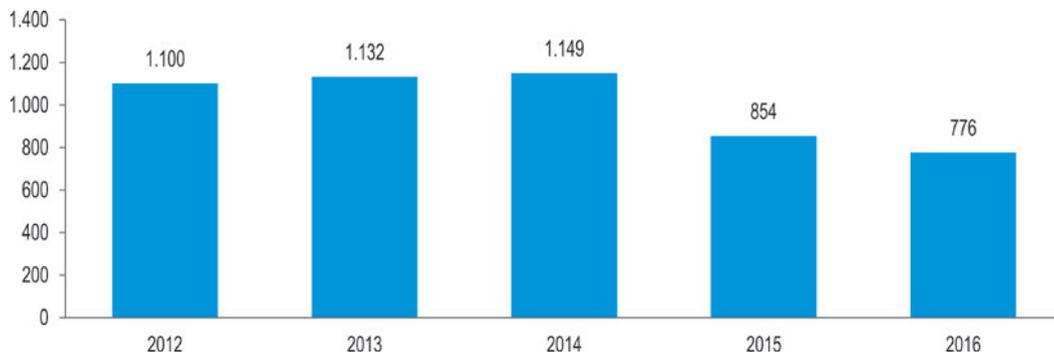
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.3.2 Principais Frutas

O Ceará é destaque na produção de frutas devido ao seu conhecimento na técnica de produção de cultivar frutas nas áreas irrigadas. O estado destaca-se como um dos principais exportadores de frutas do Brasil, havendo assim, o reconhecimento internacional desses produtos.

A produção de frutas do Ceará nos anos de 2012 e 2014 manteve-se em um nível de quantidade considerado bom, sendo um pouco abaixo da quantidade média dos últimos cinco anos anteriores. Porém, nos anos de 2015 e 2016 ocorreu uma forte redução da produção de várias culturas, atingindo o menor valor da série em 2016, que foi de 776 mil toneladas, em decorrência da escassez de água (Gráfico 3.12). As frutas que mais reduziram a quantidade produzida foram melão, melancia, abacaxi e maracujá. Em contrapartida a produção de coco-da-baía e mamão tiveram aumento.

Gráfico 3.12: **Produção (em mil toneladas) de frutas* - Ceará - 2012 a 2016 (Mil Ton.)**



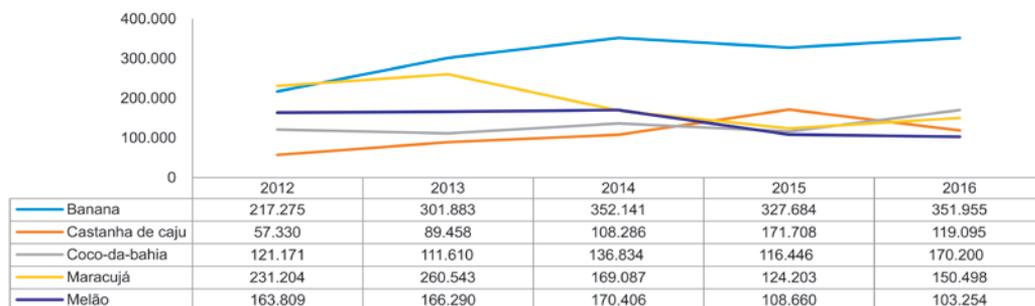
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. *Exceto coco-da-baía e abacaxi, pois os dados de produção são dados em mil frutos.

Nos anos de 2013 a 2016, a banana apresentou o maior valor de produção, indicando tendência de crescimento ao longo desse período. Em 2014, o valor de produção foi de R\$ 352,1 milhões, o maior da série, em 2015 registrou queda, mas em 2016 voltou a crescer, mantendo-se em primeiro no ranking (Gráfico 3.13).

O valor da produção de coco-da-baía no Ceará apresentou maiores oscilações, mas com tendência de crescimento, encerrando a série analisada com valor de R\$ 170,2 milhões, assumindo o segundo lugar em termos de valor de produção.

A produção de maracujá também se destacou nos últimos anos, atingindo seu máximo em valor de produção em 2013 (R\$ 260,5 milhões). Em 2014 e 2015 apresentou redução, mas voltou a crescer em 2016 (R\$ 150,5 milhões) (Gráfico 3.13).

Gráfico 3.13: **Valor da produção das principais culturas da fruticultura - Ceará - 2012 a 2016 (Mil Reais)**



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Já o valor da produção de castanha de caju apresentou crescimento nos anos de 2012 a 2015, quando nesse último ano atingiu seu máximo (R\$ 171,7 milhões). Em 2016 reduziu, mas ainda conseguiu manter um valor acima de R\$ 100 milhões.

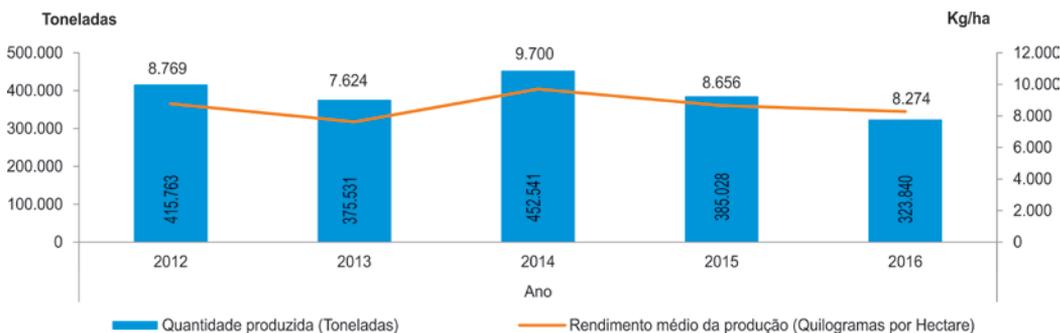
O valor da produção de melão também apresentou aumento até 2014, mas nos anos seguintes apresentou queda, tornando-se o quinto produto da fruticultura, em termos de valor de produção. Vale ressaltar que o aumento do valor da produção na maioria das culturas de frutas, está associado ao aumento de preço que ocorreu nesse período. Enquanto que a quantidade produzida reduziu.

A produção de banana registrou melhor desempenho em 2014, com 452,5 mil toneladas e maior produtividade, com 9.700 quilogramas por hectare. Nos anos de 2012 e 2013 as safras foram um pouco menor. Com o agravamento da falta d’água, muitos perímetros irrigados tiveram suas evasões de água reduzidas, com orientação para reduzir a área plantada ou a colher (no caso das lavouras permanentes) (Gráfico 3.14).

A produtividade nos dois últimos anos da análise apresentou queda, na comparação com 2014. Porém, o menor valor foi registrado em 2013, quando atingiu de 7.624 quilogramas por hectare.

Os principais municípios cearenses produtores de banana são: Limoeiro do Norte, Missão Velha, Quixeré e Varjota. A produção dessa cultura foi realizada por 164 municípios cearenses em 2016, com os dez principais respondendo por 61,4%, do total produzido pelo Ceará. (Gráfico 3.14).

Gráfico 3.14: **Produção e rendimento médio de banana – Ceará - 2012 a 2016**



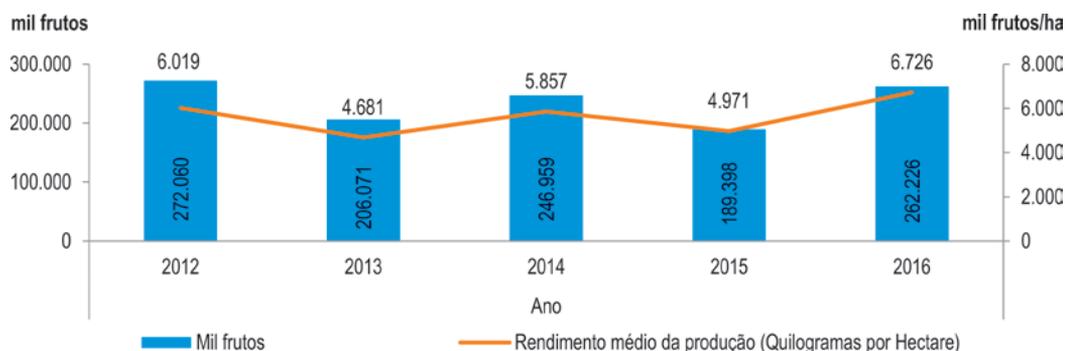
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O comportamento da produção de coco-da-baía no Ceará apresentou-se um pouco diferenciado das demais culturas, não havendo uma relação clara com o período de chuvas no estado. A maior produção foi verificada em 2012, com 272 milhões de frutos, enquanto nos anos seguintes teve oscilação de redução e aumento, encerrando assim a série, com a produção de 262,2 milhões de frutos.

Com relação ao rendimento médio, este também apresentou variações intercaladas entre queda e crescimento. O menor rendimento foi 4.681 mil frutos por hectare, em 2013, e em 2016 atingiu o melhor valor da série, com 6.726 mil frutos por hectare (Gráfico 3.15).

Os principais municípios cearenses produtores de coco-da-baía banana são: Paraipaba, Trairi, Beberibe, Itarema e Acaraú. A produção dessa cultura foi realizada por 162 municípios cearenses, 2016. Os dez principais responderam por 82,9%, do total produzido pelo Ceará.

Gráfico 3.15: **Produção e rendimento médio de coco-da-baía – Ceará - 2012 a 2016**



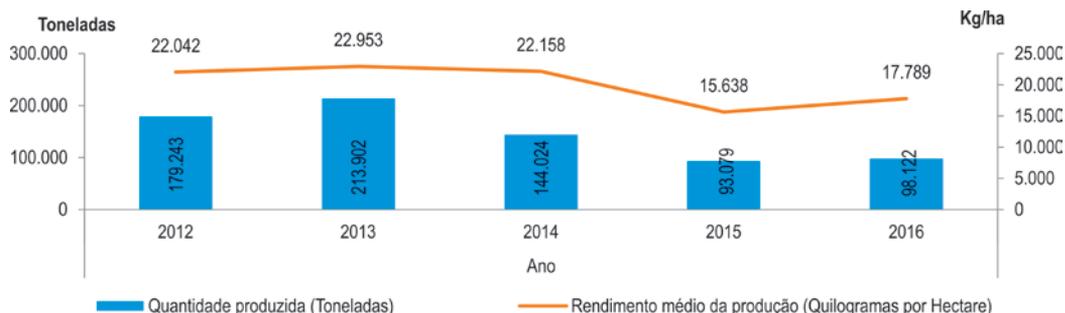
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Embora o cultivo de maracujá esteja entre as principais culturas do Ceará, observou-se uma acentuada queda na produção ao longo do período analisado. Em 2013, foi obtida a maior produção (213,9 mil toneladas), em 2015 a quantidade produzida foi de 93,1 mil toneladas, em 2016 ocorreu um pequeno aumento, comparado ao ano anterior.

A produtividade dessa cultura no ano de 2013 foi de 22.953 quilogramas por hectare, o maior valor da série analisada. Em 2015 a produtividade caiu, passando para 15.638 quilogramas por hectare, diminuindo assim a produção (Gráfico 3.16).

A produção de maracujá em 2016 foi realizada em 54 municípios cearenses. Os dez principais municípios representaram uma participação de 89,7%, sendo os principais produtores os municípios de Tianguá, São Benedito, Viçosa do Ceará e Guaraciaba do Norte (PAM-IBGE).

Gráfico 3.16: **Produção e rendimento médio de maracujá – Ceará - 2012 a 2016**



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

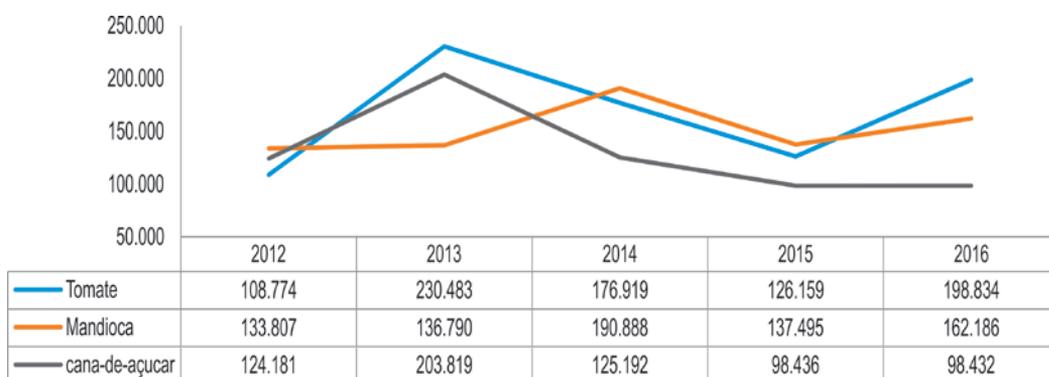
3.3.3 Outras Culturas

A produção de mandioca também apresenta elevada importância no setor agropecuário do Ceará. Essa cultura, embora mais resistente à falta de chuva, acompanhou o comportamento de chuvas ocorridas no período, quando em anos um pouco melhor da quadra chuvosa a produção de mandioca também aumentou. Em 2014, o valor da produção de mandioca foi de 190,9 milhões de reais, em 2015, encerrando o ano de 2016 com valor menor de 162,2 milhões de reais.

A cana-de-açúcar, embora, tenha uma menor representatividade no setor agropecuário do Ceará, também está entre as culturas tradicionais do estado. Mas a partir do ano de 2013 o valor da produção começou a cair, registrando o menor valor em 2016, quando foi de R\$ 98,4 milhões.

O grande destaque foi a produção de tomate, que registrou grande aumento no valor da produção do ano de 2012 para 2013, atingindo o valor de R\$ 230,5 milhões. Nos anos seguintes reduziu o valor da produção, mas já em 2016 aumentou novamente, obtendo o valor de R\$ 198,8 milhões. Esse desempenho está relacionado às novas técnicas de cultivo e desenvolvimento de adaptação do tomate, principalmente nas áreas serranas do estado, onde melhor se desenvolve essa cultura.

Gráfico 3.17: **Valor da produção de tomate, mandioca e cana-de-açúcar – Ceará -2012 a 2016 (Mil Reais)**



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

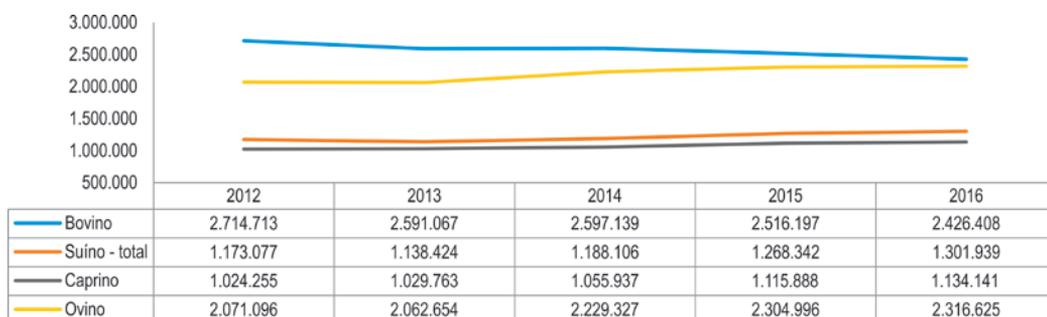
3.4 Produção Pecuária

A pecuária é uma atividade tradicional no Nordeste Brasileiro, desde os primórdios econômicos da região, compondo o binômio econômico, pecuária e algodão, responsável pelo dinamismo de muitas cidades. Atualmente a atividade pecuária do Nordeste vem sofrendo com as consequências causadas pela seca.

No estado do Ceará os principais rebanhos são bovino, ovino, suíno e caprino. O rebanho de bovino ao longo do período de 2012 a 2016 diminuiu 10,6%, devido a dificuldade de manter o gado vivo diante do cenário de seca. Muitos produtores optaram por vender seus rebanhos para evitar maiores prejuízos e passaram a criar animais de menor porte.

Assim, conforme visto no Gráfico 3.18, o rebanho de outros animais cresceu, mesmo com a estiagem ao longo desses anos. O rebanho de suíno cresceu quase 11% do período de 2012 para 2016. Também houve aumento do rebanho de ovino e caprino de 11,8% e 10,7%, respectivamente.

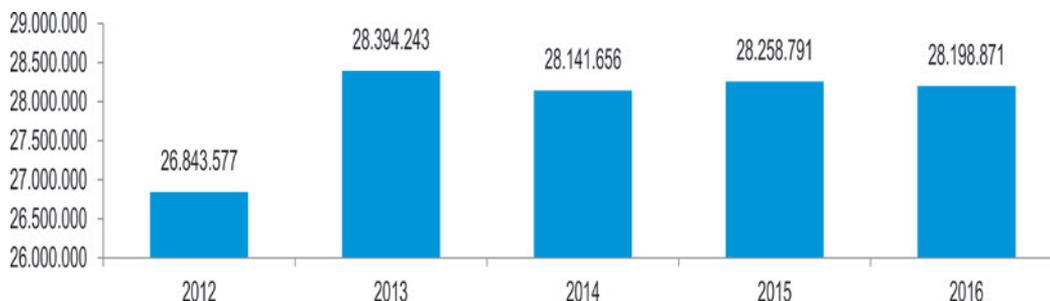
Gráfico 3.18: **Quantidade de rebanho - Ceará -2012 a 2016 (Unidades de Cabeça)**



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Na criação de aves o Ceará registrou crescimento 5,8% do ano de 2012 para 2013, quando registrou a quantidade de 28.394 mil cabeças de aves, mantendo-se nesse nível de quantidade nos anos seguintes. Esse aumento está relacionado à instalação de algumas indústrias avícolas no estado do Ceará nos últimos anos (Gráfico 3.19).

Gráfico 3.19: **Quantidade de galináceos (cabeças) - Ceará -2012 a 2016**



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Outro importante produto da pecuária é a produção de leite, cuja quantidade vem crescendo no estado cearense, com uma taxa de expansão de 14,4% em 2016, relativamente a 2012. Mesmo com os problemas causados pela escassez de chuvas, o Ceará conseguiu se sobressair na produção de leite, aplicando novas técnicas e criação das vacas leiteiras.

Empresas cearenses atraíram investimentos para potencializar ainda mais a produção de leite e derivados.

A produção de ovos também vem crescendo no Ceará ao longo desses anos, passando de 127 milhões de dúzias, em 2012, para 161 milhões de dúzias em 2016, ou seja, crescimento de 27,2%. Esse aumento também está relacionado com as várias empresas instaladas no Ceará na produção de aves e ovos.

A apicultura é outra atividade importante no estado, além de ser uma das atividades que garante renda para muitos moradores rurais, mostra-se uma excelente prática ecológica. Porém, a produção de mel no Ceará apresentou queda ao longo dos anos analisados, passando de 2.016 mil quilos, em 2002, para 1.357 mil quilos, em 2016.

Tabela 3.1: **Quantidade da produção de origem animal – Ceará – 2012-2016**

Produto	2012	2013	2014	2015	2016
Leite (mil litros)	461.662	455.452	498.133	489.257	528.138
Ovos (mil dúzias)	127.023	135.129	136.802	144.122	161.557
Mel de abelha (quilogramas)	2.016.621	1.834.826	1.931.726	1.357.080	1.149.390

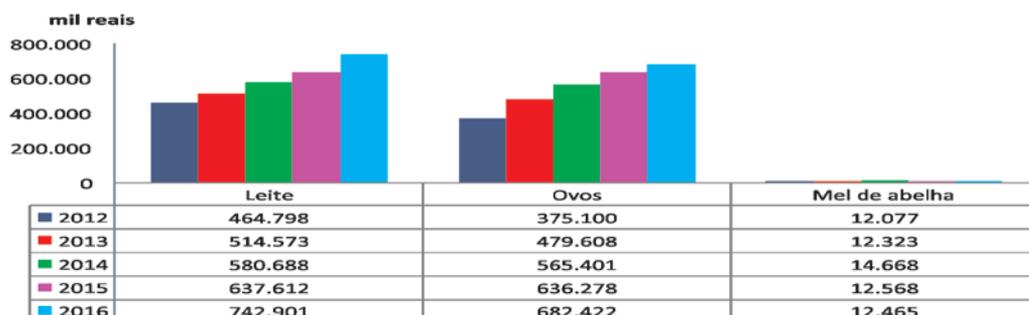
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Quanto ao valor da produção de leite, observou-se um crescimento contínuo no período de 2012 a 2016, atingindo o valor de R\$ 742 milhões em 2016. Esse aumento está relacionado com o avanço das técnicas que vêm sendo aplicadas na produção de leite, melhorando tanto a quantidade quanto a qualidade do mesmo.

Com relação ao valor da produção de ovos de galinhas, este também registrou grande crescimento, saindo do valor de produção de R\$ 375,1 milhões, em 2012, para R\$ 682,4 milhões, em 2016, ou seja, um crescimento de 81,9%.

O valor da produção de mel é bem menor, comparada aos dois produtos anteriores. Em 2012, o valor da produção foi de R\$ 12,1 milhões, em 2012, mantendo esse nível de valor para os anos seguintes.

Gráfico 3.20: **Valor da produção de leite, ovos e mel – Ceará - 2012 a 2016 (Mil Reais)**



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A produção de tilápia registrou aumento de 2013 para 2014, porém nos dois anos seguintes verificou-se uma acentuada queda, passando de 36,3 milhões de quilos, em 2014,

para 17 milhões de quilos, em 2016, ou seja, queda de 52,1%. Essa baixa na produção é explicada pela seca dos açudes, impossibilitando a produção de tilápia.

Quanto à produção de camarão verificou-se crescimento nos anos de 2013 a 2015, quando atingiu a quantidade de 40,7 milhões de quilos. Porém, em 2016 ocorreu uma queda brusca desse número, passando para 25,4 milhões de quilos. Essa perda foi causada por um vírus que infestou vários viveiros, levando a morte dos crustáceos. Já a produção de alevinos e larvas e pós-larvas de camarão registrou crescimento ao longo dos anos analisados (Tabela 3.2).

Tabela 3.2: Quantidade da produção de pesca e aquicultura – Ceará – 2013*-2016

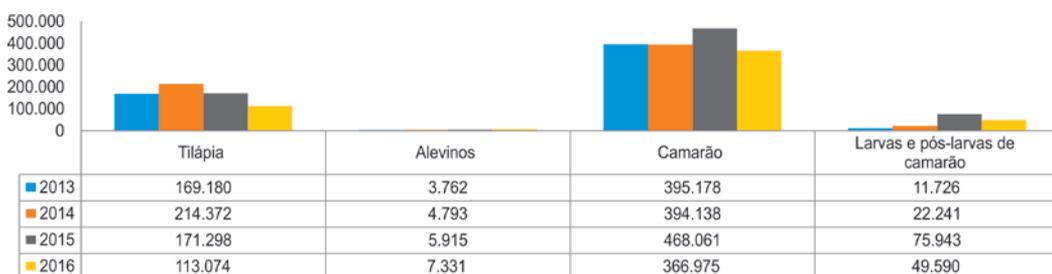
Produto da aquicultura	2013	2014	2015	2016
Tilápia (Quilogramas)	30.634.375	36.275.237	27.889.101	17.365.740
Alevinos (Milheiros)	54.315	54.640	56.446	66.029
Camarão (Quilogramas)	33.949.805	35.391.979	40.717.779	25.431.280
Larvas e pós-larvas de camarão (Milheiros)	1.732.000	2.985.436	8.550.966	6.073.950

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. * A Pesquisa de Pesca e Aquicultura só existe a partir de 2013.

O valor de produção da tilápia apresentou queda, atingindo seu mínimo na série em 2016, com valor de R\$ 113 milhões. O valor de produção do camarão atingiu seu máximo em 2015, com R\$ 468 milhões, mas já em 2016 registrou o menor valor do período analisado, com R\$ 366,9 milhões. Ambos os produtos tiveram queda no valor da produção menor do que na quantidade, o que implica aumento de preço desses produtos, havendo assim uma compensação no valor da produção.

Os alevinos e larvas e pós-larvas de camarão apresentaram crescimento significativo no valor da produção, influenciados tanto pelo aumento da produção como pelo aumento de preço.

Gráfico 3.21: Valor da produção (mil reais) de pesca e aquicultura – Ceará – 2013* a 2016 (Mil Reais)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. * A Pesquisa de Pesca e Aquicultura só existe a partir de 2013

3.5 Considerações Finais

Os anos analisados encaixaram-se com o período de seca que ocorreu no Ceará, atingindo assim a maioria das atividades do setor agropecuário. O estado é um dos mais vulneráveis a seca, sofrendo grandes oscilações na produção agrícola. Em 2016, o Ceará registrou

o menor nível de produção de cereais, leguminosas e oleaginosas de todo período de pesquisa do IBGE, ainda assim foi o quarto maior produtor dessas culturas da região Nordeste.

O milho foi a cultura que mais apresentou perdas no período analisado, por ser altamente dependente de chuvas regulares. O feijão também apresentou perdas, mas numa proporção menor quando comparado ao milho. O cultivo de arroz vem sendo desestimulado por ser uma cultura altamente dependente de água.

As frutas também foram prejudicadas com a falta de água, apresentando redução na quantidade produzida, sendo as mais afetadas foram melão, melancia, abacaxi e maracujá. O coco-da-baía e mamão tiveram aumento na produção.

Com relação à pecuária, observou-se uma redução no rebanho bovino e um leve aumento no rebanho de suíno e ovino-caprino. A produção de leite também apresentou bom desempenho, em virtude de avanços tecnológicos utilizados para o aumento da quantidade e qualidade do leite. Já a produção de tilápia foi fortemente afetada pela escassez de água nos açudes; a produção de camarão também registrou queda em consequência de problemas na criação.

Esses cinco anos de chuvas, bem abaixo da média, deixou o Ceará em situação bastante vulnerável diante da baixa quantidade de armazenamento de água que encerrou o ano de 2016 com aproximadamente 6% da capacidade total do estado. Esse cenário acendeu mais uma vez o sinal vermelho quanto à gestão dos recursos hídricos do Ceará, havendo uma necessidade de desenvolver uma política de gestão para o uso da água na ótica do consumo humano, agrícola e industrial.

4 INDÚSTRIA

Witalo de Lima Paiva*

4.1 Introdução

O capítulo traz uma avaliação da indústria cearense a partir de indicadores que permitem uma leitura da dinâmica da produção para os anos de 2012 a 2016. A abordagem considera o comportamento da Indústria Geral e dos segmentos que a compõem, a saber: Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Construção Civil e o segmento de Eletricidade, Gás e Água¹.

Quanto aos indicadores, a análise considera a evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) e do Valor Bruto da Produção (VBP). A partir do VAB é possível mensurar a participação de cada atividade na economia estadual e a avaliação pode ser estendida para toda indústria e seus segmentos. Já o último indicador é aplicado apenas para a indústria de transformação e fornecem uma análise mais aprofundada para o segmento.

4.2 Indústria Geral e seus Segmentos

O Valor Adicionado Bruto (VAB) indica o montante que determinada atividade econômica adiciona a economia por meio de seu processo produtivo. Conceitualmente, equivale a renda que a atividade gera com sua produção e que passa a integrar a renda total gerada pela economia em cada período determinado de tempo².

O VAB da indústria geral cearense passou de R\$ 17,8 bilhões em 2012 para R\$ 22,4 bilhões em 2015, um aumento de R\$ 4,6 bilhões em três anos. A evolução é explicada pelos segmentos da construção civil e da transformação, mesmo com uma redução marginal no último ano do período. Tais setores apresentaram as maiores variações absolutas entre aqueles que compõem a indústria e responderam conjuntamente por 90,3% da expansão total registrada.

No mesmo intervalo de tempo, o valor adicionado total da economia, incluindo todas as atividades econômicas, alcançou R\$ 114,6 bilhões, em 2015, contra R\$ 84,1 bilhões em 2012, um aumento de R\$ 30,5 bilhões. A Tabela 4.1 a seguir apresenta os números em valores correntes a partir de 2010.

Os valores apresentados sugerem uma participação modesta da atividade industrial na formação do valor adicionado da economia cearense. Nos últimos anos, essa participação tem se reduzido chegando a níveis inferiores aos 20,0% em um comportamento que pode

* Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

¹ Anteriormente denominada Atividade de Serviços Industriais de Utilidade Pública. Agrupa as atividades de geração e distribuição de energia elétrica, distribuição de gás, distribuição de água e tratamento de esgoto, tratamento e coleta de resíduos sólidos.

² Para o valor adicionado o último ano disponível é o de 2015.

ser associado ao seu menor desempenho relativo. De fato, entre os anos de 2012 e 2015, a participação da indústria na economia local passou de 21,2% para 19,6%.

Tabela 4.1: Valor Adicionado Bruto a preços de mercado (R\$ milhões correntes) – Indústria, Segmentos Industriais e Total da Economia – Ceará – 2012 a 2015

Anos	Extrativa	Transformação	Eletricidade	Construção	Indústria Geral	Total
2012	486	8.272	2.437	6.616	17.812	84.076
2013	614	9.830	1.992	6.912	19.348	94.870
2014	591	10.201	2.546	7.881	21.220	110.779
2015	339	9.744	3.029	9.307	22.419	114.634

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração: IPECE.

A participação pode ser visualizada na Tabela 4.2, que apresenta os dados para o Ceará e para o Brasil. No comparativo, em particular, a indústria no país possui uma importância relativa maior na economia que a observada no Ceará, embora também tenha diminuído ao longo dos anos observados.

A Tabela 4.2 traz ainda a participação dos segmentos que compõem a indústria geral. Em todo o período, a transformação se manteve como principal atividade industrial no estado, respondendo por 43,5% do valor adicionado de todo o setor em 2015. Embora ainda ocupe o posto de principal segmento, a participação em 2015 é a menor entre os anos observados e retrata o desempenho relativamente ruim da atividade nos últimos anos.

Por outro lado, a construção civil se consolidou como segunda força da indústria local, respondendo por 41,5% do valor adicionado pelo setor. O percentual próximo ao registrado pelo segmento da transformação retrata as trajetórias distintas seguidas pelas atividades nos últimos anos.

Tabela 4.2: Participação no Valor Adicionado (%) – Indústria e Segmentos Industriais – Ceará e Brasil - 2012 a 2015

Indústria Geral e Segmentos	2012		2013		2014		2015	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Indústria Geral ⁽¹⁾	21,2	26,0	20,4	24,9	19,2	23,8	19,6	22,5
Indústria Extrativa Mineral ⁽²⁾	2,7	17,5	3,2	16,7	2,8	15,6	1,5	9,5
Indústria da Transformação ⁽²⁾	46,4	48,2	50,8	49,4	48,1	50,5	43,5	54,3
Construção Civil ⁽²⁾	37,1	24,9	35,7	25,7	37,1	25,9	41,5	25,5
Eletricidades, Gás e Água ⁽²⁾	13,7	9,4	10,3	8,2	12,0	7,9	13,5	10,6

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração: IPECE. (1) Participação no total da economia; (2) Participação na indústria geral.

A participação dos setores no valor adicionado da economia está diretamente associada ao crescimento apresentado por estes no período em questão. Neste particular, os anos de 2012 a 2016 apresentaram uma redução expressiva no ritmo de crescimento do valor adicionado, alcançando taxas negativas nos últimos anos da série.

O menor ritmo de expansão das atividades, em especial nos anos de 2015 e 2016, está em boa medida associado ao início e agravamento de crise na economia brasileira nesse período. Com componentes políticos e econômicos, a crise em tela afetou de modo severo o parque industrial cearense.

As instabilidades no quadro político nacional e a necessidade de reformas econômicas

diante do forte desarranjo das contas públicas na grande parte dos entes federados minaram a previsibilidade dos agentes econômicos e a capacidade destes em construir expectativas positivas quanto aos rumos das economias nacional e local. A tal quadro somam-se uma forte elevação da inflação e as maiores limitações de acesso ao crédito como elementos inibidores da disposição dos agentes em investir ou consumir. Como consequência do ambiente econômico deteriorado, o desenvolvimento dos negócios ficou seriamente comprometido.

O conjunto da indústria cearense foi diretamente afetado pelo ambiente econômico problemático delineado acima. Entretanto, a indústria de transformação local, que já registrara taxas negativas de evolução para o valor adicionado nos anos anteriores, ingressou em um momento especialmente desfavorável.

De fato, em 2012, a atividade registrou taxa negativa de crescimento de -0,39%. Em 2013, a manufatura no Ceará indica uma recuperação com um crescimento de 10,26% aproveitando o melhor momento das economias cearense e brasileira. No ano seguinte, em 2014, a manufatura cearense voltou a registrar resultado negativo, não sustentando o crescimento do ano anterior. Entre as explicações para desempenho negativo está um ambiente de deterioração das expectativas quanto à economia e sua condução pelo governo federal.

Nos anos de 2015 e 2016, a indústria de transformação intensificou o desempenho ruim e registrou novas retrações, -10,44% e -6,22%, respectivamente. O ambiente deteriorado das expectativas iniciado em 2014, se agravou nos períodos seguintes, com a instalação de um quadro de recessão que atingiu a economia nacional com rebatimentos nos estados e em grande parte das atividades econômicas.

O resultado negativo em 2015 é explicado, ainda, pela existência de problemas estruturais de competitividade agravados pelas complicações conjunturais, e por características da própria estrutura produtiva. Caracterizada pela produção de bens não duráveis voltados ao consumo final das famílias, a manufatura local se mostrou mais sensível ao processo inflacionário observado no período. Além disso, o Ceará enfrentou a concorrência dos demais estados brasileiros, o que elevou o grau das dificuldades com que se deparou.

Por outro lado, o ano de 2016, apesar dos resultados negativos, registrou relativo avanço sobre 2015. Em conjunto, a indústria de transformação no Ceará reduziu de forma relevante as perdas em relação ao ano anterior e passou a apresentar resultados positivos na margem.

As taxas de crescimento são apresentadas na Tabela 4.3, a seguir, que também permite a comparação com o Brasil.

Tabela 4.3: Taxas de Crescimento do Valor Adicionado (%) – Segmentos Industriais – Ceará e Brasil - 2012 a 2016

Segmentos Industriais	2012		2013		2014		2015		2016*	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Indústria Extrativa Mineral	-5,70	-1,90	23,64	-3,20	-9,17	9,10	-14,30	5,70	4,70	-2,89
Indústria da Transformação	-0,39	-2,40	10,26	3,00	-2,81	-4,70	-10,44	-8,50	-6,22	-5,23
Construção Civil	3,60	3,20	0,90	4,50	3,50	-2,10	-2,00	-9,00	-15,91	-5,16
Eletricidades, Gás e Água	12,00	0,70	33,10	1,60	8,50	-1,90	5,30	-0,40	1,93	4,75

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração: IPECE. Crescimento em volume (real) do valor adicionado. (*) Resultados preliminares.

Na mesma direção, a Construção civil apresentou taxas negativas para a evolução do seu valor adicionado nos anos de 2015 e 2016, interrompendo o crescimento dos anos anteriores. De fato, os anos seguintes a 2012 indicaram o fim do ciclo de forte e contínua expansão. A redução nos investimentos públicos e privados, e os ajustes na oferta e na demanda por crédito após um período de forte aumento, ajudam a entender o menor ritmo de crescimento da atividade. Em 2014, a atividade voltou a crescer, mas num ritmo favorecido pela base de comparação deprimida em 2013. Nos anos seguintes, 2015 e 2016, na esteira da crise econômica, o setor registrou retrações de 2,0% e 15,91%, respectivamente, acompanhando o movimento de outras atividades industriais.

O segmento de Eletricidade, gás e água, por seu turno, manteve um ritmo de crescimento interessante ao longo do período, especialmente em 2013. Tal desempenho pode estar associado principalmente à geração de energia dos parques eólicos e das termelétricas no território cearense³.

Já a indústria extrativa mineral, a que possui menor participação na composição da indústria geral cearense, apresentou um comportamento volátil ao longo do período, mas registrando queda no valor adicionado na maior parte dos anos. O comportamento da produção é diretamente afetado pelo movimento da produção de petróleo, uma vez que a extração do produto é a principal atividade extrativa mineral no Ceará.

4.3 Indústria de Transformação

A indústria de transformação manteve ao longo dos anos analisados a posição de principal segmento da indústria cearense, embora a diferença para os demais segmentos tenha diminuído. Importante pelo valor adicionado e pela geração de emprego e renda, o setor possui também rebatimentos relevantes na competitividade da economia estadual. Neste contexto, a presente seção faz uma análise complementar sobre o desempenho da atividade, considerando seus principais segmentos.

Como já antecipado, a dinâmica da produção na indústria de transformação é analisada a partir de dois indicadores específicos, o Valor Adicionado Bruto (VAB) e Valor Bruto da Produção (VBP). O VBP é uma medida da produção industrial, conceitualmente distinta do Valor Adicionado, mas complementar a este, uma vez que leva em consideração todos os custos envolvidos na produção. Outra vantagem do indicador é permitir uma avaliação dos segmentos que compõem a indústria de transformação, o que não é possível a partir apenas do valor adicionado. Vale frisar que as informações comentadas na sequência podem ser vistas na Tabela 4.4, a seguir.

A produção da manufatura cearense, em 2015, chegou a R\$ 32,1 bilhões. O valor retrata um crescimento real de 8,8% em relação a 2012. As atividades tradicionais da indústria cearense responderam por 83,4% da expansão observada e se colocaram como as principais contribuições. Dentre estas, destaque para a Fabricação de Alimentos, Vestuário e Bebidas.

³

Apesar do forte crescimento em volume (real), atividade perdeu participação na economia estadual em 2013. Tal fato é explicado pela redução dos preços, estimulada pelo governo federal neste ano.

No mesmo período, a produção nacional recuou em 4,4% em termos reais, alcançando a soma de R\$ 2,3 trilhões. Dentre as atividades nacionais, Fabricação de Vestuário, Minerais Não Metálicos e Metalurgia, com reduções reais na produção, explicam boa parte do desempenho alcançado pela manufatura brasileira.

O resultado evidencia a diferença de desempenho das indústrias do país e do estado nos anos considerados. Como consequência dos movimentos, e considerando o VBP, a participação da manufatura cearense no quadro nacional passou de 1,2%, em 2012, para 1,4% em 2015.

No ano de 2015, o grupo das principais atividades para transformação cearense, em um total de nove, concentrou 82,0%. O nível de concentração é superior ao registrado em 2012, quando o mesmo conjunto de atividades respondeu por 81,6% do VBP total do setor. Fabricação de produtos alimentares, de Calçados e couros, e de Vestuário se posicionaram como as três principais e concentraram no último ano, 48,4% do valor total de produção. Na comparação com o Brasil, as mesmas atividades que se posicionam como principais para o Ceará concentraram 54,8% da produção industrial quando se considera o país. Já as três primeiras para o estado, responderam por 25,7% da produção no contexto nacional.

Ainda no comparativo, algumas destas atividades classificadas aqui como principais para o estado, o são relativamente em maior grau para o estado do que para o país. Neste grupo tem-se a fabricação de Calçados e couros, Vestuário, Têxteis e de Bebidas, atividades tradicionais para manufatura cearense. Por outro lado, Metalurgia e Fabricação de produtos químicos, embora importantes para o estado, têm um peso relativamente maior para indústria nacional do que para o parque local.

Em relação ao VAB cabem alguns comentários adicionais. O Valor bruto da produção (VBP) revela nas análises um comportamento distinto. Enquanto esse acusa uma relativa expansão, o anterior revela uma redução da atividade de transformação no Estado. Pelo exposto, o crescimento da produção não foi suficiente para contrapor a elevação dos custos de produção (ou do consumo intermediário), o que ajuda a entender o comportamento seguido pelo valor adicionado.

Pelos principais setores, a indústria cearense se caracteriza pela produção de bens de consumo não duráveis, com menor valor agregado, como calçados, tecidos, vestuário e bebidas. Tal característica tende a tornar o parque fabril do estado mais sensível às oscilações no poder de compra das famílias. Aumento nos níveis de desemprego, redução da massa salarial, alta inflação, restrições de crédito às famílias, expectativas ruins por parte do consumidor são aspectos conjunturais que afetam com força relativamente maior o desempenho da indústria de transformação cearense, reduzindo sua produção. Os anos de 2015 e 2016 ilustram esta realidade.

Tabela 4.4: Produção Industrial – Valor Bruto, Participações e Crescimento para Indústria de Transformação – Ceará e Brasil – 2012 e 2015

Indústria de Transformação e Atividades	Ceará				Brasil				Crescimento		Participação Ceará/Brasil	
	2012		2015		2012		2015		Ceará	Brasil	2012	2015
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%				
Indústrias de transformação	24.380,8	100,0%	32.085,8	100,0%	1.984.081,4	100,0%	2.294.412,6	100,0%	8,8%	-4,4%	1,2%	1,4%
Fabricação de produtos alimentícios	5.065,2	20,8%	7.297,0	22,7%	398.955,7	20,1%	512.485,2	22,3%	19,1%	6,2%	1,3%	1,4%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	4.517,5	18,5%	5.151,1	16,1%	31.787,6	1,6%	36.997,4	1,6%	-5,7%	-3,8%	14,2%	13,9%
Confeccção de artigos do vestuário e acessórios	2.245,2	9,2%	3.070,9	9,6%	41.531,8	2,1%	40.853,2	1,8%	13,1%	-18,7%	5,4%	7,5%
Fabricação de bebidas	1.474,6	6,0%	2.128,1	6,6%	54.793,1	2,8%	73.107,2	3,2%	19,3%	10,3%	2,7%	2,9%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1.322,6	5,4%	1.951,7	6,1%	73.180,0	3,7%	81.263,3	3,5%	22,0%	-8,2%	1,8%	2,4%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.219,9	5,0%	1.792,2	5,6%	59.983,0	3,0%	67.748,9	3,0%	21,5%	-6,6%	2,0%	2,6%
Fabricação de produtos químicos	1.074,3	4,4%	1.692,7	5,3%	195.935,1	9,9%	250.758,7	10,9%	30,3%	5,8%	0,5%	0,7%
Metalurgia	1.189,3	4,9%	1.617,0	5,0%	133.183,7	6,7%	154.808,8	6,7%	12,4%	-3,9%	0,9%	1,0%
Fabricação de produtos têxteis	1.783,6	7,3%	1.614,1	5,0%	37.730,2	1,9%	39.964,8	1,7%	-25,2%	-12,4%	4,7%	4,0%
Setores selecionados	19.892,2	81,6%	26.314,8	82,0%	1.027.080,1	51,8%	1.257.987,4	54,8%	9,4%	1,3%	1,9%	2,1%
Demais	4.488,6	18,4%	5.771,0	18,0%	957.001,3	48,2%	1.036.425,2	45,2%	6,3%	-10,4%	0,5%	0,6%

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA, 2015/IBGE). Elaboração: IPECE. Nota: (*) Valores correntes; (**) Crescimento real a partir dos valores a preços de 2015 pelo GP-IM.

4.4 Considerações Finais

O período de 2012 a 2016 foi marcado pelo início e agravamento da crise econômica nacional, especialmente nos seus anos finais.

Como resultado do ambiente econômico instável, a indústria de transformação cearense, no tocante ao seu valor adicionado à economia, amargou anos seguidos de retração que acabaram reduzindo sua participação. A atividade da construção civil, apesar das reduções na produção nos últimos anos, ganhou espaço, elevando seu peso na economia cearense em detrimento do segmento de transformação.

Apesar do movimento desfavorável em termos de valor adicionado, a manufatura cearense aumentou sua participação na indústria nacional quando se considera o valor bruto da produção. Neste particular, as atividades tradicionais da indústria local sustentaram o desempenho relativamente melhor que o parque nacional.

5 ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE SERVIÇOS

Daniel Suliano*

Colaboração:

Heitor Gabriel Silva Monteiro**

Matheus dos Santos Carvalho***

5.1 Introdução

O setor de prestação de Serviços diferencia-se dos demais grandes setores produtivos na medida em que suas atividades têm características eminentemente intangíveis e diversidade da oferta produtiva. De fato, a produção do setor apresenta uma vasta heterogeneidade no que tange ao uso dos principais fatores de produção, variando desde o uso mais intenso da tecnologia, e, portanto, alto nível de capital humano, como também de serviços de baixa qualificação, caracterizado pela predominância do uso do fator trabalho.

A Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) configura-se como a principal fonte de dados com relação à estrutura dos serviços empresariais não financeiros. De acordo com IBGE (2014), a PAS é um modelo de pesquisa anual de caráter estrutural, em substituição aos Censos Econômicos. Iniciada em 1998, a PAS também fornece informações dos segmentos das atividades de serviços que a abrange.

Adicionalmente, ao realizar levantamento de informações de cunho econômico e financeiro a PAS subsidia o Sistema de Contas Nacionais (SCN) nas estimativas do Valor da Produção, Consumo Intermediário, Valor Adicionado, Excedente Operacional Bruto (EOB), Formação de Capital e Pessoal Ocupado.

Nesse contexto, a PAS acaba atendendo ao objetivo de fornecer informações dos segmentos produtivos não financeiros para o SCN e possibilitando a atualização do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE)¹ nos segmentos que são cobertos na pesquisa. A PAS também oferece detalhamento da classificação de atividades por Unidades da Federação (UF), distribuição espacial e suas transformações no tempo.

A unidade de investigação da pesquisa é a empresa, sendo definida como unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social, que engloba o conjunto de atividades econômicas em uma ou mais unidades locais. É ela que assume obrigações financeiras e está à frente das transações de mercado, respondendo pelo capital investido nas atividades e

* Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

** Graduando em Economia (UFC) e Estagiário da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

*** Graduando em Economia (UFC) e Estagiário da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

¹O CEMPRE está sob responsabilidade da Gerência do Cadastro Central de Empresas do IBGE, atualizado pelas pesquisas por empresas do ano anterior e pelos registros administrativos do Ministério do Trabalho: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do ano anterior e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do ano de referência.

onde recai a obrigatoriedade dos registros contábeis e balanços.

Segundo IBGE (2014), as empresas que fazem parte da PAS devem atender aos seguintes requisitos, a saber: estar sediada no Território Nacional²; estar sujeita ao regime jurídico das entidades empresariais, excluindo-se, portanto, órgãos da administração pública direta e instituições privadas sem fins lucrativos; estar em situação ativa no CEMPRES; ter atividade principal compreendida nos segmentos da CNAE 2.0.

No que tange ao plano amostral, a amostra é selecionada com base na técnica de amostragem aleatória estratificada simples, sendo composta pelo estrato natural e final. Os estratos naturais são construídos a partir da união de empresas com a mesma combinação da Unidade da Federação e agrupamentos de classificação de atividade. Por sua vez, os estratos finais são obtidos pela subdivisão de cada estrato natural em outros três estratos: certo, gerencial e amostrado. A alocação das empresas em cada um desses estratos é dada pelo pessoal ocupado.

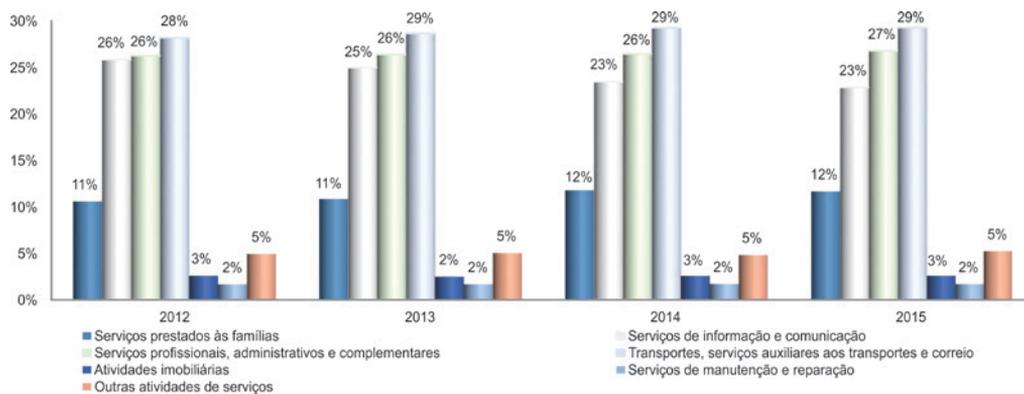
5.2 Comportamento dos Segmentos de Serviços Não Financeiros

O Gráfico 5.1 a seguir apresenta a evolução da participação da Receita Operacional Líquida do Brasil para os sete agrupamentos das PAS no período de 2012 a 2015.

A Receita Operacional Líquida corresponde às receitas brutas provenientes da exploração das atividades principais e secundárias exercidas pela empresa, com deduções dos impostos e contribuições (ICMS, IPI, ISS, Simples Nacional, PIS/PASEP, COFINS etc.), das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

Os setes segmentos da PAS do Brasil são: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; atividades imobiliárias; serviços de manutenção e reparação; e outras atividades de serviços³.

Gráfico 5.1: **Distribuição Percentual da Receita Operacional Líquida – Brasil – 2012 a 2015**



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

² Para os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins são consideradas apenas aquelas empresas que estão sediadas nos Municípios das Capitais, com exceção do Pará, onde são consideradas aquelas que estão sediadas nos municípios da Região Metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará).

³ Ver Anexo para uma descrição completa das atividades da CNAE 2.0 que fazem parte de cada segmento acima descrito.

Os dados do gráfico anterior revelam que o agrupamento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio são o de maior representatividade na Receita Operacional Líquida do setor, correspondente a 29% do total para os últimos três anos (2013, 2014 e 2015).

Deve-se destacar que este segmento detém empresas que operam nas modalidades de transporte de passageiros ou mercadorias, atividades correlatas de suporte, e, ainda, os serviços de correio, malote e entrega, atividades com pouca uniformidade, tanto em termos de absorção de pessoal, médias salariais e níveis de produtividade. Adicionalmente, de acordo com o IBGE (2014), são atividades com constantes investimentos públicos em infraestrutura, e esforços das empresas no sentido de adotarem melhorias inovações tecnológicas aplicadas a sistemas de logística e segurança, frotas, equipamentos, formas de comercialização e relação com o mercado e com os clientes, apresentando recente processo de mudança estrutural. Configura-se, assim, um segmento intensivo em capital, que obteve, em 2014, a segunda maior taxa de investimentos entre os sete agrupamentos de atividades investigados pela PAS (24,3%).

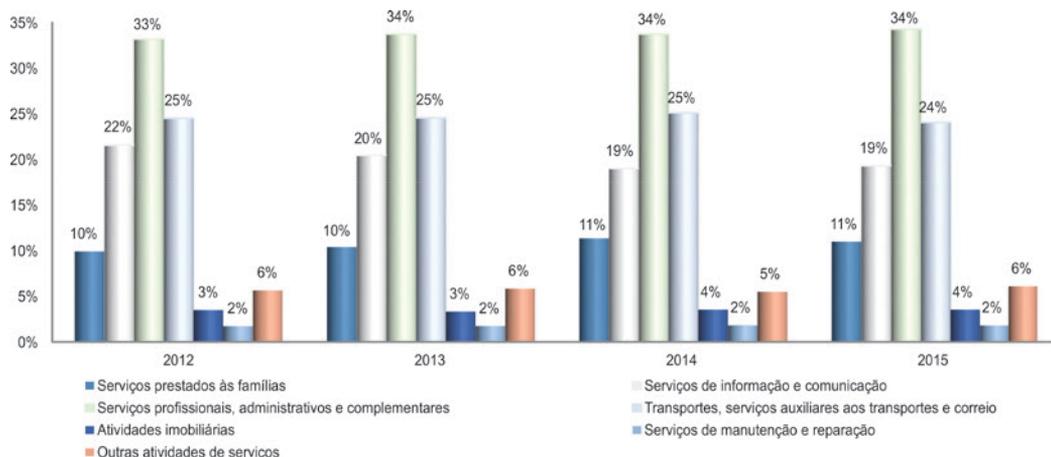
Por sua vez, os serviços profissionais, administrativos e complementares, as quais apresenta expressivo número de empresas, intensidade em pessoal ocupado e atuação em atividades heterogêneas, e que prestam serviços de complementares à produção de outras organizações, representam 26% no total de participação de 2012 a 2014, com elevação para 27% em 2015.

Em terceiro lugar de participação, isso para o ano de 2015, com 23% do total, encontram-se os serviços de informação e comunicação, serviços realizados, em ampla maioria, por empresas intensiva em capital e que atuam na área de criação, disseminação, transmissão e armazenamento de produtos com conteúdo informacional.

IBGE (2015) destaca que, em 2007, este segmento respondia pela maior parcela da receita operacional líquida, com 31%. Os dados do Gráfico 5.1 também revelam perda de participação neste quadriênio em análise.

A partir do Gráfico 5.1 pode-se observar que parte da perda de participação relativa dos três principais segmentos do setor se deve aos serviços de informação e comunicação, tendo sido contrabalançada pelo ganho do segmento de serviços prestados às famílias, que tem como característica uma atividade destinada principalmente ao consumidor final. Em 2014 e 2015 sua participação foi 12%, crescimento de 1 ponto percentual em relação a 2012 e 2013.

Em termos de Valor Adicionado (VA), são apresentados os dados no Gráfico 5.2 a seguir. Em primeiro lugar, a evolução da série de 2012 a 2015 revela a hegemonia e o predomínio do segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares. Nos últimos três anos, sua participação esteve em 34%. Ou seja, pouco mais de 1/3 dos serviços empresariais não financeiros do Brasil são gerados pelos serviços profissionais, administrativos e complementares.

Gráfico 5.2: **Distribuição Percentual do Valor Adicionado – Brasil – 2012 a 2015**

Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por sua vez, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, predominante na Receita Operacional Líquida, é o segundo segmento com maior participação no VA do setor, embora no último ano tenha perdido 1% de participação, ficando com 24% no total.

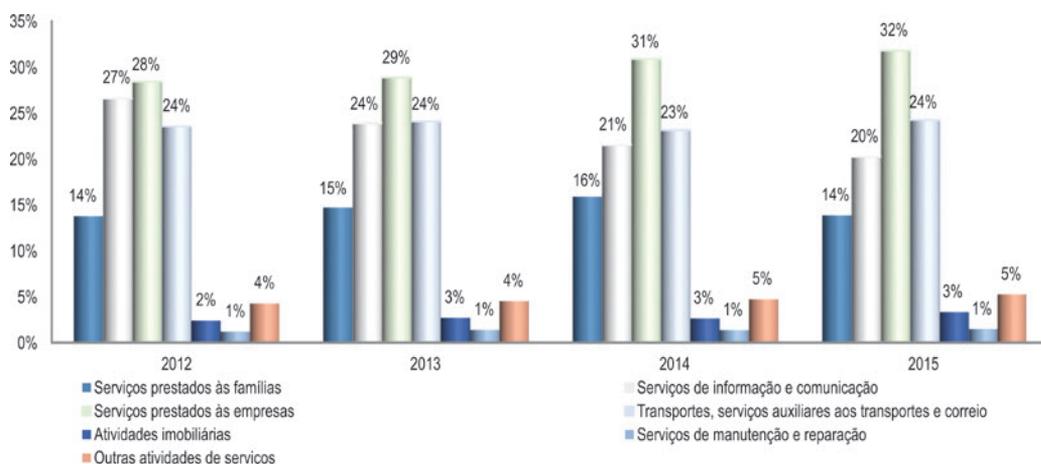
Finalmente, é importante ressaltar a perda de participação do terceiro segmento com maior participação: serviços de informação e comunicação. Em 2012, detinha 22% de participação, reduzindo para 20% em 2013 e estabilizando participação de 19% nos anos de 2014 e 2015. Por ser um segmento com alta capacidade de inovação e uso intensivo de capital essa queda no quadriênio tende a se revelar preocupante em termos de potencial crescimento a longo prazo na economia como um todo.

Neste mesmo contexto, os dados do Gráfico 5.3 a seguir apresenta a evolução da participação da Receita Operacional Bruta do Ceará para os sete agrupamentos da PAS no período de 2012 a 2015.

A Receita Operacional Bruta corresponde às receitas provenientes da prestação de serviços, da revenda de mercadorias, bem como outras receitas provenientes de atividades industriais, construção etc., sem dedução dos impostos incidentes sobre estas receitas (ICMS, IPI, ISS, PIS/PASEP, COFINS etc.), dos impostos e contribuições recolhidos via Simples Nacional, caso a empresa tenha optado por esta tributação, assim como das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

Similar à análise do caso brasileiro no Gráfico 5.1, são sete os segmentos em análise, com a diferença apenas nos serviços prestados às empresas, em substituição aos serviços profissionais, administrativos e complementares.

Os dados revelam que no caso do Ceará, a Receita Operacional Bruta é predominante no segmento dos serviços prestados às empresas com crescente participação ao longo desta pequena série histórica. De fato, em 2012, a participação era de 28%, passando para 29% em 2013, 31% em 2014 e, finalmente, 32% em 2015.

Gráfico 5.3: **Distribuição Percentual da Receita Operacional Bruta – Ceará – 2012 a 2015**

Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Para o segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, no qual apresenta maior participação na Receita Operacional Líquida para o Brasil, tem-se como a segunda maior participação na Receita Operacional Bruta no estado do Ceará. Em 2015, sua participação era de 24% no total.

Destaque aqui para a perda de participação do segmento dos serviços de informação e comunicação. Neste último segmento, observa-se que em 2012 havia uma participação de 27%, seguindo a partir de então quedas consecutivas ao longo de 2013, 2014 e 2015 com participação de 24%, 21% e 20%, respectivamente. Como já ressaltado acima, dada sua capacidade de inovação e uso intensivo de capital, essa perda pode refletir na queda do produto potencial cearense.

5.3 Segmentos dos Serviços Não Financeiros e Impactos no Mercado de Trabalho

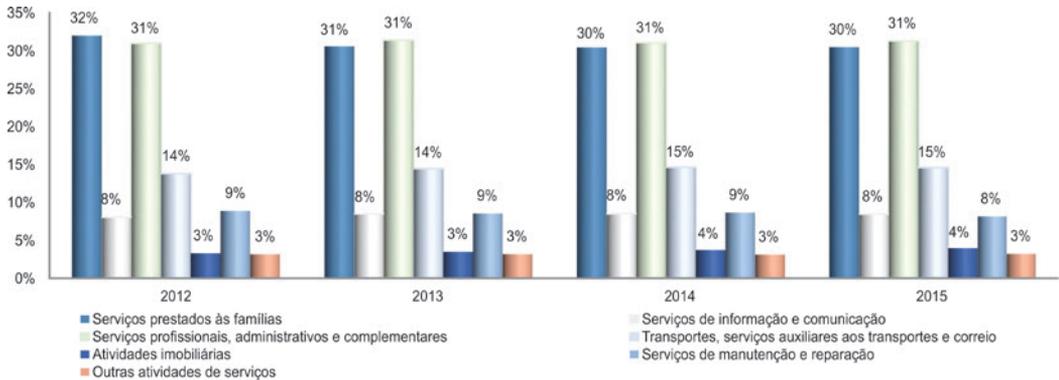
Nesta seção, será analisado um conjunto de indicadores que estão diretamente associados ao mercado de trabalho com a estrutura dos serviços não financeiros.

Os Gráficos 5.4 e 5.5 apresentam a distribuição percentual do número de empresas pelos sete segmentos analisados na seção anterior para o Brasil e o Ceará, respectivamente. Por sua vez, os Gráficos 5.6 e 5.7 revelam a distribuição percentual do pessoal ocupado, enquanto nos Gráficos 5.8 e 5.9 é feita a mesma análise para a média de pessoal ocupado por empresa. Finalmente, os Gráficos 5.10, 5.11 e 5.12 apresentam a evolução do salário médio.

Diferentemente dos resultados obtidos com relação à Receita Operacional Líquida, Valor Adicionado e Receita Operacional Bruta, os dados dos Gráficos 5.4 e 5.5 revelam que o segmento serviços prestados às famílias é um dos segmentos predominante com relação ao número de empresas, assim como serviços profissionais, administrativos e complementares, para o Brasil, e serviços prestados às empresas para o Ceará.

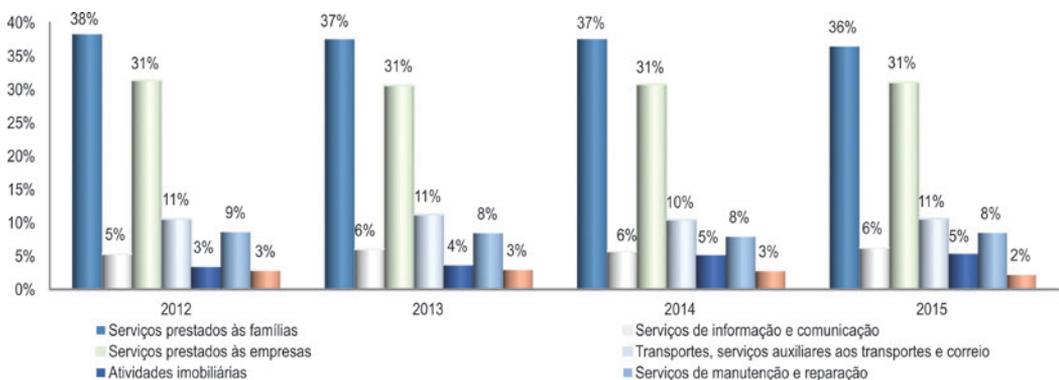
Para os serviços prestados às famílias, sendo uma produção destinada, majoritariamente, ao consumidor final, essa característica tende a apresentar localização e dinâmica associada às concentrações urbanas e evolução de acordo com a renda e consumo das famílias brasileiras. No Ceará, o segmento é predominante ao longo da série, embora tenha perdido participação em 2012 (38%), com relação a 2015 (36%).

Gráfico 5.4: **Distribuição Percentual do Número de Empresas – Brasil – 2012 a 2015**



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.5: **Distribuição Percentual do Número de Empresas – Ceará – 2012 a 2015**



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por sua vez, os dados dos Gráficos 5.6 e 5.7 revelam a distribuição percentual do pessoal ocupado para o Brasil e Ceará, respectivamente. Neste caso, é clara a hegemonia dos serviços profissionais, administrativos e complementares no Brasil e dos serviços prestados às empresas no Ceará.

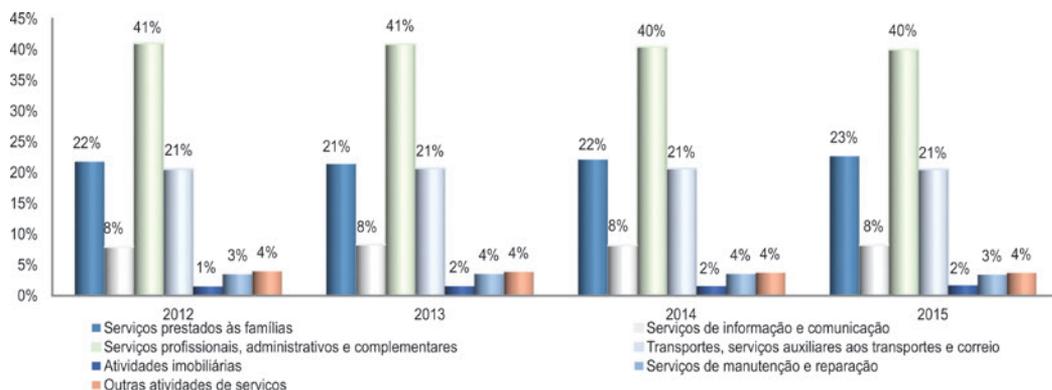
No Brasil, serviços profissionais, administrativos e complementares apresentaram, em 2015, 40% do pessoal ocupado, tendo os serviços prestados às famílias e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio com a segunda e terceira participação de 23% e 21%, respectivamente.

O IBGE (2014) destaca que os serviços profissionais, administrativos e complementares

é um segmento que agrupa um número expressivo de empresas com atuação em atividades bastante heterogêneas, mas com algumas características comuns. Em geral, são negócios que prestam serviços de apoio e complemento à produção de outras organizações, e cujas atividades caracterizam-se por serem intensivas em pessoal ocupado, daí sua predominância com relação aos demais segmentos nesse quesito.

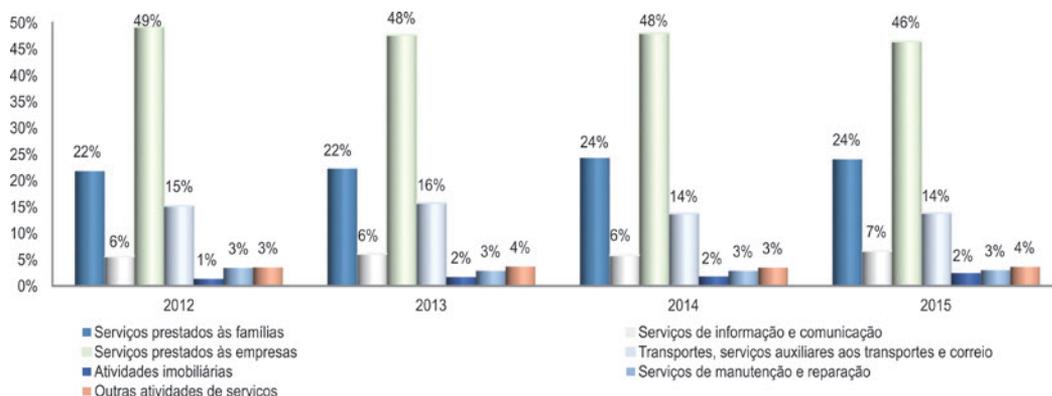
O segmento serviços prestados às empresas, que inclui atividades similares aos serviços profissionais, administrativos e complementares do Brasil, é o segmento no estado do Ceará com a maior participação em termos de pessoal ocupado. Em 2012, era pouco menos de 50%, tendo, em 2015, predominância com relação aos demais segmentos, ao registrar participação de 46%.

Gráfico 5.6: **Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Brasil – 2012 a 2015**



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.7: **Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Ceará – 2012 a 2015**



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

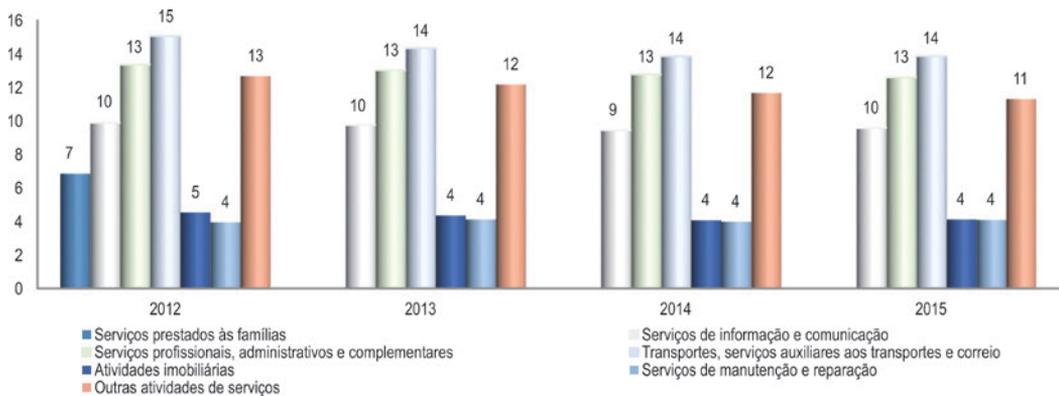
Nos Gráficos 5.8 e 5.9 a seguir, discorre-se sobre a média de pessoal ocupado dos sete grandes segmentos da PAS para o Brasil e Ceará, respectivamente. Para o Brasil, os segmentos de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; Serviços profissionais administrativos e complementares e Serviços de informação e comunicação foram aqueles com a maior média de pessoal ocupado. Em 2015, essa média para cada um desses segmentos era de 14, 13 e 10 pessoas, respectivamente.

No Ceará, por sua vez, as Outras atividades de serviços; Serviços de informação e comunicação; e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio foram os segmentos com a maior média de pessoal ocupado. Em 2015, essa média para cada um desses segmentos era de 24, 21, 18 e 15 pessoas, respectivamente.

Deve-se também ressaltar que para as duas áreas geográficas o segmento de Atividades imobiliárias e serviços de manutenção e reparação foi a de menor média. De fato, uma das principais características dos serviços de manutenção e reparação é reunir empresas predominantemente de pequeno porte, tendo suas atividades caracterizadas em um mercado desconcentrado.

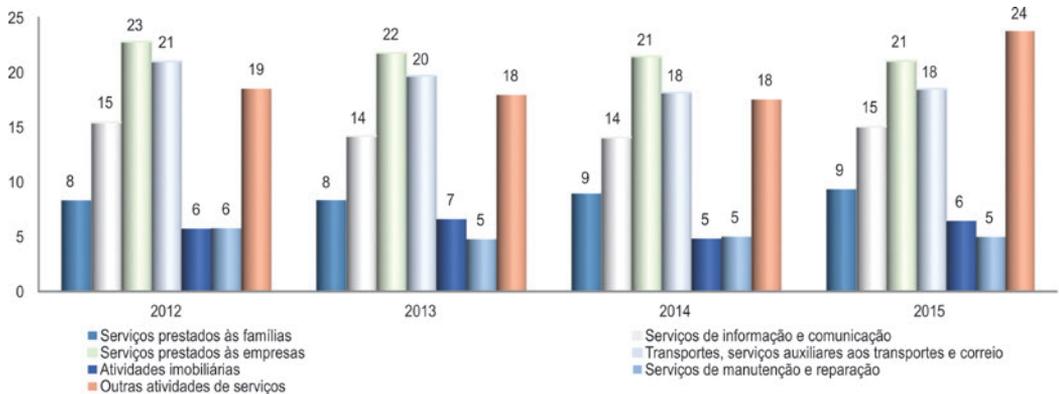
Por sua vez, mesmo as atividades imobiliárias sendo um segmento com forte influência do ambiente macroeconômico, em função da influência da taxa de juros, do crédito habitacional e da renda das famílias, o segmento, juntamente com os serviços de manutenção e reparação tinham uma média de 4 pessoas ocupadas nos últimos três anos. No caso das atividades imobiliárias, destacam-se as atividades de compra, venda e aluguel de imóveis próprios, bem como intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis.

Gráfico 5.8: Média do Pessoal Ocupado – Brasil – 2012 a 2015



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.9: Média do Pessoal Ocupado – Ceará – 2012 a 2015



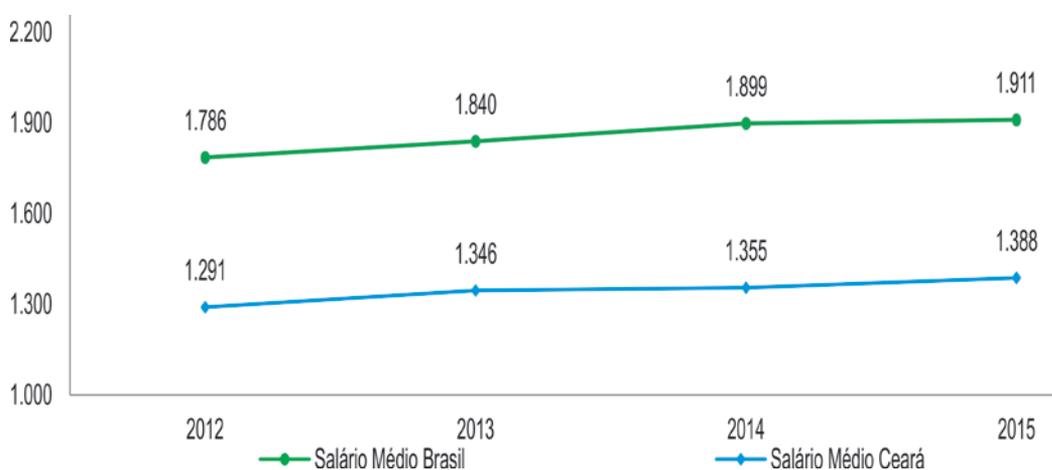
Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Finalmente, os Gráficos 5.10, 5.11 e 5.12 apresentam o salário médio para série de 2012 a 2015 para o total do Brasil e do Ceará bem como para os sete grandes segmentos da PAS em análise. Todos os valores estão deflacionados pelo Índice Nacional de Preços (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a preços constantes de 2015.

No Gráfico 5.10 são apresentados os dados para o salário médio total em ambas as áreas geográficas. Pode-se observar, inicialmente, que os salários nacionais são bem acima do local. Para fins comparativos, em 2015, o salário médio total do Brasil era de R\$ 1.911, enquanto no Ceará esse valor era de R\$ 1.388.

Por sua vez, no Gráfico 5.11 e no Gráfico 5.12 são apresentados a evolução dos salários médio para os sete segmentos do Brasil e Ceará, respectivamente. Assim como no gráfico anterior, os valores foram deflacionados a preços constantes de 2015 com base no INPC do IBGE.

Gráfico 5.10: **Salário Médio Total – Brasil e Ceará – 2012 a 2015**

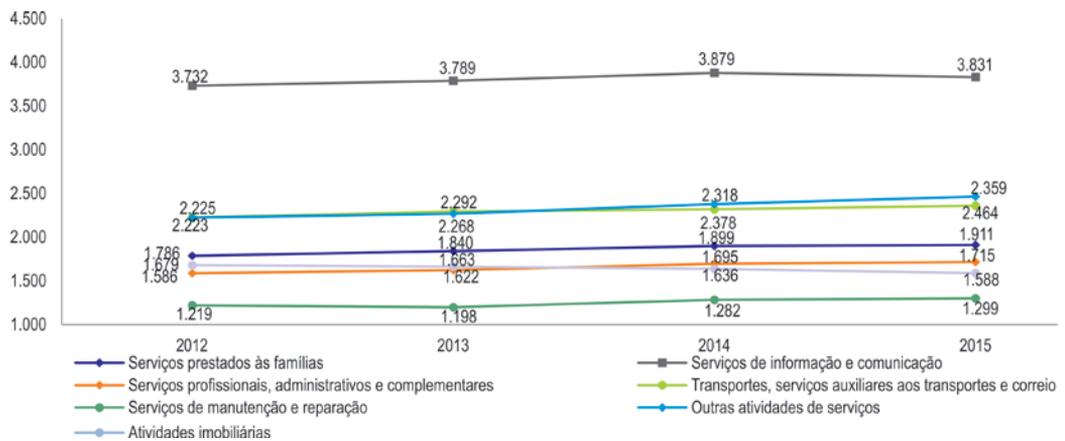


Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Tanto no Brasil como no Ceará o segmento dos serviços de informação e comunicação é aquele com salário médio bem acima dos demais segmentos, principalmente para o caso nacional. Por ser um segmento que reúne empresas em ampla maioria intensivas em capital a expansão tem forte ligação a elevados investimentos em infraestrutura tais como redes de telefonia, redes de fibras óticas, instalação de antenas etc., características ligadas às atividades que darão a dinâmica da quarta revolução industrial.

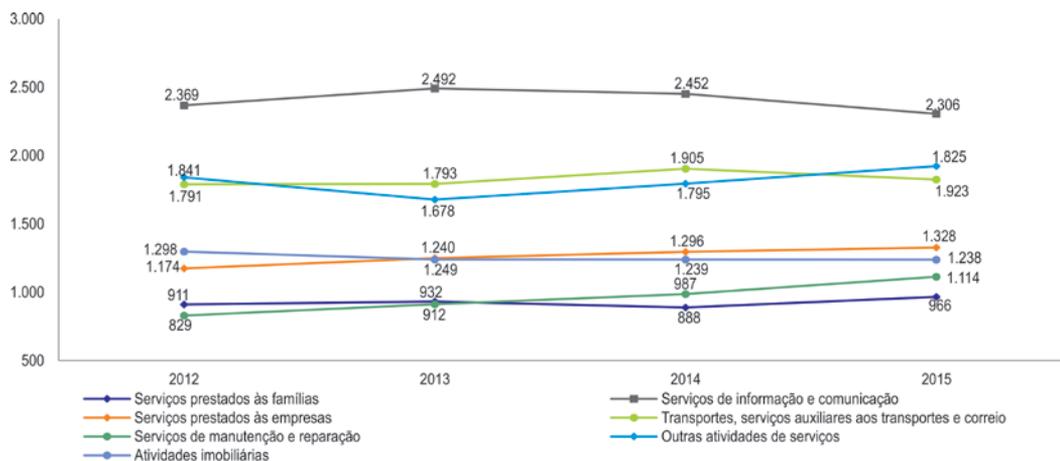
Adicionalmente, os serviços de informação e comunicação, conforme IBGE (2015), reúne empresas, em sua maioria, vinculadas às atividades presentes em diversas cadeias produtivas, caracterizando-se pelo elevado potencial de inovação e importância estratégica para a promoção do desenvolvimento econômico do país tendo predomínio de um agrupamento de empresas em que indicadores médios de produtividade são superiores aos patamares observados nos demais segmentos, e, portanto, salários mais elevados.

Gráfico 5.11: Salário Médio por Grandes Segmentos - Brasil - 2012 a 2015



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.12: Salário Médio por Grandes Segmentos – Brasil – 2012 a 2015



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

5.4 Considerações Finais

O objetivo deste capítulo foi analisar o setor de prestação de Serviços a partir da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS), principal fonte de dados com relação à estrutura dos serviços empresariais não financeiros.

Entre os principais resultados, foi observado que em termos de Receita Operacional Bruta o segmento dos serviços prestados às empresas no Ceará apresenta crescente participação ao longo desta série histórica em análise, sendo ainda o mais hegemônico para esta variável.

Em termos de números de empresas, foi observado que o segmento serviços prestados às famílias, serviços profissionais, administrativos e complementares e serviços prestados às empresas são os segmentos predominantes em termos de número de empresas.

No que tange a distribuição percentual do pessoal ocupado, os serviços profissionais, administrativos e complementares para o Brasil são hegemônicos, enquanto no Ceará a predominância ocorre nos serviços prestados às empresas.

Finalmente, destaca-se, ainda, que o salário médio real nacional encontra-se acima do salário médio no estado do Ceará. Em 2015, por exemplo, o salário médio total do Brasil era de R\$ 1.911, enquanto no Ceará esse valor era de R\$ 1.888. Por sua vez, sendo um segmento que reúne empresas em ampla maioria intensivas em capital e com elevados investimentos em infraestrutura, os serviços de informação e comunicação é aquele com salário médio acima dos demais tanto no Brasil como no Ceará.

6 EVOLUÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS

Daniel Suliano*

Colaboração:

Matheus dos Santos Carvalho**

6.1 Introdução

O IBGE desenvolveu a Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) no intuito de aperfeiçoar os indicadores-chave de acompanhamento macroeconômico nacional e produzir informações do comportamento conjuntural do setor de serviços.

A unidade de investigação da PMS é a empresa prestadora de serviços, sendo também a unidade amostral (unidade utilizada para a seleção e expansão da amostra).

A empresa, por sua vez, é a unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social, que engloba uma ou mais atividades econômicas, exercidas em uma ou mais unidades locais, sediadas em uma ou mais Unidades da Federação, e responde pelo capital investido nessas atividades. Todas as empresas da pesquisa informam o número de unidades locais que se encontram ativas no mês de referência, o que permite o cálculo de indicadores para cada estado brasileiro, além do Distrito Federal.

Adicionalmente, a empresa prestadora de serviços provém predominantemente da atividade-fim, entendida como prestação de serviços aos agentes econômicos (famílias, empresas e governo). A receita bruta, variável utilizada para a coleta de informações, é definida como a proveniente da prestação de serviços, sem deduções dos impostos e contribuições incidentes sobre essa receita.

Para a receita bruta de serviços, sua investigação se dá no mês de referência da pesquisa das empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação, tendo a empresa de estar em situação ativa no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do IBGE, que cobre as entidades com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

De acordo com o IBGE (2015), o indicador de desempenho da prestação de serviços inscreve-se no conjunto de indicadores-chave de acompanhamento macroeconômico do país, tendo várias funções, podendo destacar o suprimento de informações atualizadas

* Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

** Graduando em Economia (UFC) e Estagiário da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

sobre o desempenho trimestral dos serviços para o Sistema de Contas Nacionais (SCN); a percepção dos movimentos cíclicos dos vários segmentos do mercado para os empresários dos serviços e uma importante fonte para a definição de política econômica para seus formuladores.

A pesquisa foi iniciada em janeiro de 2011 e, atualmente, apresenta indicadores a partir de janeiro de 2012, sendo composta de indicadores gerais, para o Brasil e as 27 Unidades da Federação, mas não comporta o detalhamento das atividades. A amostra tem como base amostral a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), formada por cerca de 46.000 empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas, e dentro do âmbito previamente definido, tendo selecionadas 12.225 empresas, distribuídas nas 27 Unidades da Federação.

Portanto, o cadastro básico de seleção da amostra da PMS é formado pelas empresas de serviços que se encontram ativas na PAS, sendo as principais informações deste cadastro o CNPJ, a Unidade da Federação onde está sediada a empresa, a atividade CNAE a 4 dígitos, o valor da receita bruta de prestação de serviços e uma variável que indica se a empresa atua em uma ou mais Unidades da Federação.

Os índices de preços aplicados ao sistema de indicadores da PMS para deflacionamento são derivados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pesquisados e divulgados pelo IBGE. Os Itens componentes dos grandes Grupos do IPCA são associados ao que melhor representam o comportamento de preços de cada Grupo de classes da CNAE que compõem uma atividade da PMS. Nas atividades que não são contempladas por índices específicos, utiliza-se o IPCA de Serviços.

Os Indicadores de Atividade são divididos em cinco grandes grupos, a saber: 1) serviços prestados às famílias; 2) serviços de informação e comunicação; 3) serviços profissionais, administrativos e complementares; 4) transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio; 5) outros serviços.

O grupo outros serviços são formados pelas atividades imobiliárias (intermediação, gestão e administração de imóveis próprios e de terceiros); serviços de manutenção e reparação; serviços auxiliares financeiros; serviços auxiliares da agricultura; serviços de esgoto e serviços de coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais.

Já o Índice de Atividades Turísticas (IATUR), um agregado especial da PMS, é um grupo a parte das atividades divulgadas acima, sendo calculado para 12 Unidades da Federação e Distrito Federal, e construído a partir de dez agrupamentos de atividades, sem desagregação¹.

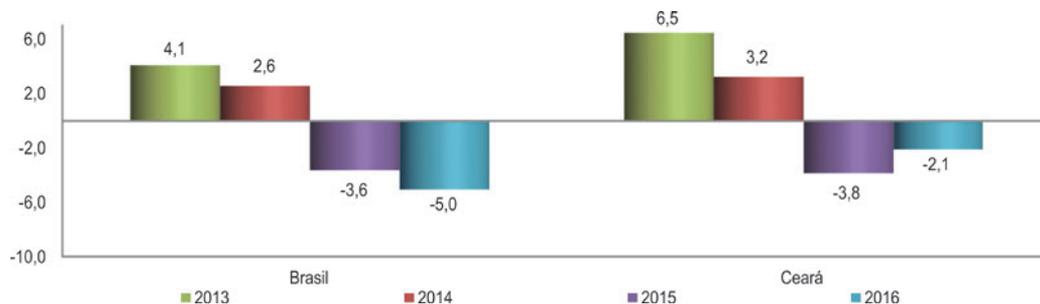
6.2 Quadro Geral

Os dados do Gráfico 6.1 a seguir apresentam a evolução da variação do índice de volume total do setor de serviços com base nos dados da PMS em um comparativo com Brasil e o Ceará. Como a pesquisa inicia-se em 2012, as taxas de variação aqui consideradas come-

¹ Ver Anexo para uma descrição completa das atividades da CNAE 2.0 que fazem parte de cada grupo acima descrito.

çam a partir de 2013.

Gráfico 6.1: **Varição do volume de serviços – Brasil e Ceará – 2013 a 2016**



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em primeiro lugar, destaca-se que o Ceará segue a tendência do país na medida em que nos anos de desempenho positivo (2013 e 2014) e nos anos de retração (2015 e 2016) o estado acompanha a dinâmica nacional. Em segundo lugar, ressalta-se que até 2014 a crise não tinha ainda atingido o setor. De fato, em 2013, Brasil e Ceará haviam apresentado taxas relativamente elevadas de crescimento ao registrar 4,1% e 6,5%, respectivamente. Esse desempenho positivo continuou no ano de 2014 com taxas de 2,6% e 3,2%, respectivamente.

Por outro lado, não obstante, o país já estivesse tecnicamente em recessão desde o segundo trimestre de 2014, o setor veio a apresentar desempenho negativo em 2015 com taxas de 3,6% e 3,8%, respectivamente, para Brasil e Ceará. Em 2016, a queda no nacional foi mais de intensa (5%), tendo o Ceará apresentado menor retração com relação ao ano anterior, ao registrar recuo de 2,1%.

6.3 Análise dos Principais Grupos do Setor de Serviços

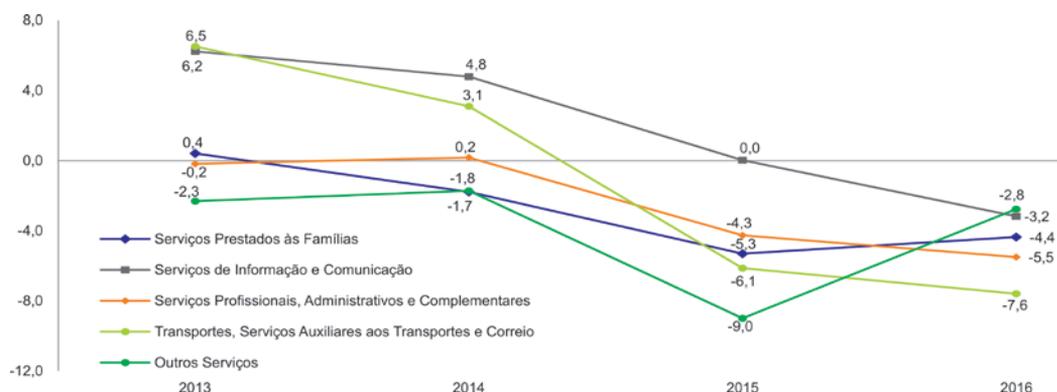
Os Gráficos 6.2 e 6.3, abaixo, apresentam a evolução da variação do índice de volume para os cinco grupos do setor de serviços da PMS de 2013 a 2016. Similarmente ao total do setor, como a pesquisa se inicia em 2012, as taxas de variação aqui consideradas começam a partir de 2013.

Para o Brasil, o quadro geral dos cinco grupos que compõem o setor é semelhante ao observado para o total geral; os anos de 2012 e 2013 apresentam desempenho positivo para alguns segmentos, como serviços de informação e comunicação e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio.

No entanto, nos anos de 2015 e 2016 todos os cinco grupos que compõem a PMS apresentaram queda – serviços de informação e comunicação ficou estável em 2015 – seguindo a queda do desempenho do setor como um todo. Ademais, o aprofundamento da crise nos grupos foi também observado na medida em que todos eles, com exceção dos outros serviços, tiveram uma ainda maior em 2016 com relação a 2015, não obstante a base de comparação ser baixa.

Em suma, pela PMS, o setor de serviços do Brasil revela o quadro geral de estagnação da economia nos anos de 2015 e 2016, tendo ainda em 2013 e 2014 parte de alguns grupos do setor apresentado desempenho positivo.

Gráfico 6.2: **Variação do volume de serviços por segmentos – Brasil – 2013 a 2016**



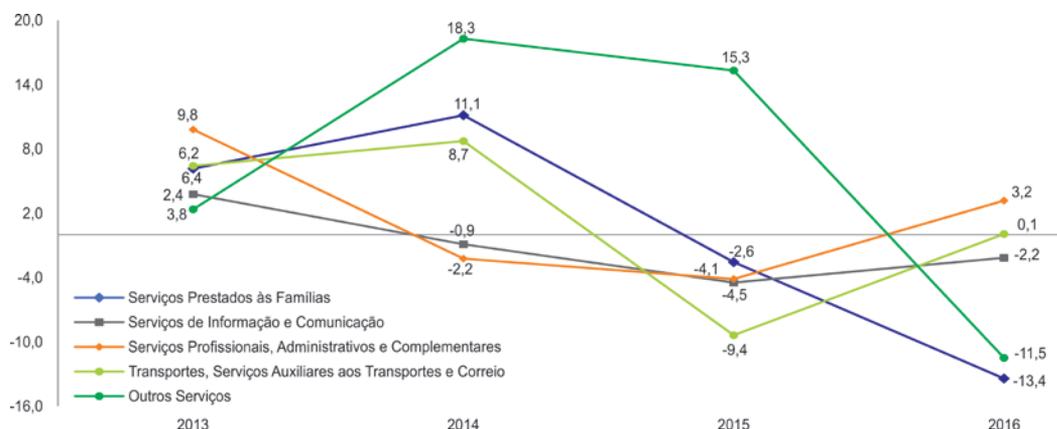
Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 6.3, similar ao Gráfico 6.2, apresenta, para o Ceará, a evolução da variação do índice de volume para os cinco grupos do setor de serviços da PMS de 2013 a 2016. De forma geral, o quadro é semelhante ao resultado nacional, embora apresente algumas particularidades.

De fato, pode-se observar que o segmento serviços profissionais e administrativos já em 2014 registrava recuo de 2,2%, e, em 2016, recuperação de 3,2%. De acordo com IBGE (2015), este segmento agrupa número expressivo de empresas com atuação em atividades bastante heterogêneas, não obstante sejam caracterizadas por intensidade de pessoal ocupado e prestação de serviços complementares a outras organizações.

Por outro lado, semelhante ao caso nacional, nos anos de 2013 e 2014 quase todos os grupos ainda apresentaram desempenho positivo, enquanto em 2015 e 2016 ocorreu retração de quase todos eles, com exceção de outros serviços que registrou comportamento intrinsecamente volátil. Semelhante às outras atividades de serviços de PAS, neste agrupamento não se destacam características comuns entre as atividades que compõem a PMS.

Gráfico 6.3: **Variação do volume de serviços por segmentos – Ceará – 2013 a 2016**

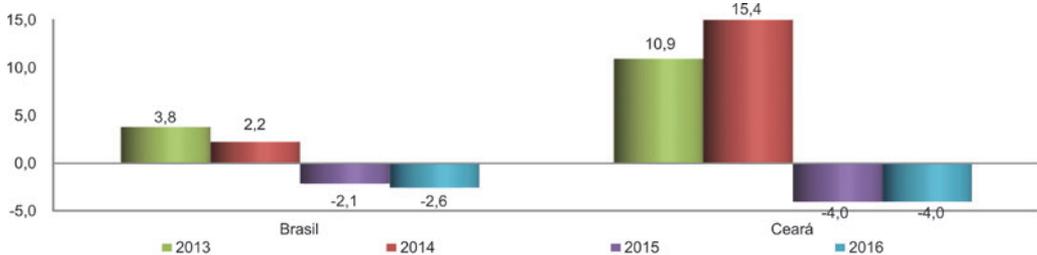


Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 6.4 apresenta o Índice de Atividades Turísticas (IATUR), índice que é composto por dez agrupamentos diretamente ligados ao setor de serviços, com diversas atividades em cada agrupamento na sua composição. De forma geral, o IATUR seguiu o comportamento geral do setor tanto para o Brasil como para o Ceará ao apresentar desempenho positivo nos anos de 2013 e 2014 e queda em 2015 e 2016, quando a economia nacional já se encontrava em profunda recessão.

Adicionalmente, destaca-se que a atividade cearense tende a apresentar maior intensidade na oscilação quando comparada à atividade nacional: quando se tem desempenho positivo o estado chega a registrar crescimento sete vezes maior que o país, como no ano de 2014, enquanto na retração a queda chega a ser quase duas vezes maior, como no ano de 2015.

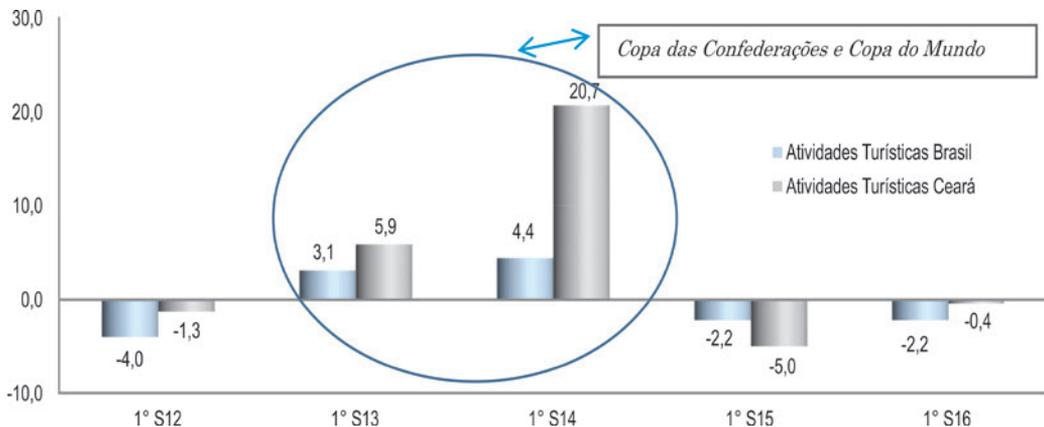
Gráfico 6.4: **Varição do volume Índice de Atividades Turísticas – Brasil e Ceará – 2013 a 2016**



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

É possível que essa diferença de variação no setor cearense esteja associada a megaeventos. O Gráfico 6.5, tendo como base o IPECE Conjuntura (2017), apresenta os resultados do desempenho do setor para o primeiro semestre dos anos de 2013 e 2014. No caso do estado do Ceará, o setor chegou a registrar crescimento de 5,9% e 20,7%, contra 3,1% e 4,4% para o Brasil, entre esses dois anos, o que pode ser explicado pela realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo, respectivamente. Sem dúvida, esse é um bom tema para pesquisas futuras.

Gráfico 6.5: **Varição do volume Índice de Atividades Turísticas – Brasil e Ceará – 2013 a 2016**



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

6.4 Considerações Finais

Neste capítulo foram analisados os dados da Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) do Ceará em um comparativo com o nacional para o período de 2013 a 2016.

Entre os principais resultados, destaca-se que o setor cearense segue a tendência de expansão e retração da atividade econômica nacional tendo em ambos os casos uma maior defasagem com relação ao agregado em geral no início de uma recessão.

Embora existam algumas particularidades nos segmentos compostos pela PMS, a tendência de estagnação e expansão segue o quadro geral do setor, principalmente em termos nacional e menos intensamente no Ceará. No caso das atividades turísticas, o segmento cearense tende a apresentar maior intensidade na oscilação quando comparado à atividade nacional.

7 ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE COMÉRCIO

Alexandre Lira Cavalcante*

Colaboração:

Heitor Gabriel Silva Monteiro**

7.1 Introdução

A Pesquisa Anual de Comércio - PAC constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto.

A referida pesquisa, a partir da estimativa de algumas variáveis tais como: número de unidades locais com receita de revenda; receita bruta de revenda de mercadorias; margem de comercialização em empresas comerciais; pessoal ocupado e por fim, gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais, que representa a massa salarial paga na atividade, investiga a estrutura produtiva das empresas comerciais do país.

A partir dessas variáveis é possível construir indicadores tais como: receita média, taxa de margem de comercialização, salário médio, produtividade, etc., que retratam o desempenho do setor comercial no Brasil, sendo seus resultados divulgados para Brasil, e também para as cinco Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Para tanto, inicialmente é apresentada uma comparação entre a estrutura produtiva do setor empresarial do comércio brasileiro entre os anos de 2012 a 2015, realizando também uma análise pela participação das cinco grandes regiões do país. Posteriormente é feita uma análise dessas mesmas variáveis por estado observando possíveis mudanças de estrutura dentro do país e nas regiões.

Por fim, são identificadas as principais atividades de seus segmentos – comércio de veículos automotores, peças e motocicletas; comércio por atacado; e comércio varejista – para se realizar uma avaliação estadual do comportamento das atividades dos setores comerciais. Os resultados buscam identificar algumas das transformações ocorridas na estrutura produtiva do setor comercial nesse período.

O conjunto dessas informações constitui a mais completa fonte de estatísticas sobre a estrutura produtiva do setor empresarial do comércio no Brasil, fornecendo aos órgãos das esferas governamental e privada subsídios para o planejamento e a tomada de decisões, e aos usuários em geral, informações para estudos setoriais mais aprofundados.

* Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

** Graduando em Economia (UFC) e Estagiário da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

7.2 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no País

Em 2015, o Brasil tinha 1,705 milhão de unidades locais com receita de revenda, que geraram R\$ 3,43 trilhões de receita bruta de revenda de mercadorias e pagaram R\$ 206,3 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a 10,275 milhões de trabalhadores. (Tabela 7.1).

O Sudeste manteve participação majoritária nas principais variáveis do comércio em 2015: representou mais da metade da receita bruta de revenda (R\$ 1,767 trilhões) e liderou em remunerações (R\$ 116,1 bilhões), pessoal ocupado (5,297 milhões) e número de unidades locais (858,9 mil).

Em seguida, vem as empresas comerciais localizadas na região Sul com 21,7% de participação no número de unidades locais com receita de revenda, cuja participação na receita bruta de revenda nacional foi de 20,0%. A referida região pagou R\$ 40,738 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações, o que representou uma participação de 19,7% do país, para um total de 2,0 milhões de trabalhadores.

Tabela 7.1: **Dados gerais das empresas comerciais – Brasil e Regiões – 2012 a 2015**

Brasil e Regiões	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	Dif. P.P. (2015-2012)
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)									
Brasil	1.731.411	100,0%	1.742.825	100,0%	1.735.052	100,0%	1.705.144	100,0%	0,00
Norte	32.451	1,9%	33.603	1,9%	34.315	2,0%	32.471	1,9%	0,03
Nordeste	327.634	18,9%	330.108	18,9%	331.507	19,1%	307.256	18,0%	-0,90
Sudeste	858.692	49,6%	855.742	49,1%	842.661	48,6%	858.903	50,4%	0,78
Sul	376.108	21,7%	385.465	22,1%	386.230	22,3%	369.467	21,7%	-0,05
Centro-Oeste	136.526	7,9%	137.907	7,9%	140.339	8,1%	137.047	8,0%	0,15
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)									
Brasil	2.635.252.469	100,0%	2.965.425.283	100,0%	3.269.353.849	100,0%	3.432.728.867	100,0%	0,00
Norte	92.851.900	3,5%	103.312.696	3,5%	116.457.486	3,6%	122.626.090	3,6%	0,05
Nordeste	399.233.646	15,1%	449.637.410	15,2%	502.335.075	15,4%	524.445.486	15,3%	0,13
Sudeste	1.389.128.741	52,7%	1.547.652.629	52,2%	1.685.258.929	51,5%	1.767.970.783	51,5%	-1,21
Sul	509.162.763	19,3%	581.922.652	19,6%	647.120.275	19,8%	686.918.085	20,0%	0,69
Centro-Oeste	244.875.419	9,3%	282.899.896	9,5%	318.182.084	9,7%	330.768.423	9,6%	0,34
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)									
Brasil	529.977.634	100,0%	615.031.390	100,0%	684.703.056	100,0%	727.445.088	100,0%	0,00
Norte	18.936.478	3,6%	21.646.055	3,5%	23.905.406	3,5%	26.500.571	3,6%	0,07
Nordeste	77.407.151	14,6%	88.463.922	14,4%	102.826.693	15,0%	103.288.396	14,2%	-0,41
Sudeste	291.297.751	55,0%	337.517.890	54,9%	367.171.350	53,6%	393.301.627	54,1%	-0,90
Sul	95.439.261	18,0%	113.307.633	18,4%	127.909.002	18,7%	139.428.526	19,2%	1,16
Centro-Oeste	46.896.993	8,8%	54.095.890	8,8%	62.890.605	9,2%	64.925.968	8,9%	0,08
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)									
Brasil	10.025.453	100,0%	10.418.819	100,0%	10.687.323	100,0%	10.275.271	100,0%	0,00
Norte	316.960	3,2%	326.465	3,1%	335.702	3,1%	320.594	3,1%	-0,04
Nordeste	1.717.473	17,1%	1.791.204	17,2%	1.866.268	17,5%	1.789.409	17,4%	0,28
Sudeste	5.209.680	52,0%	5.387.494	51,7%	5.496.093	51,4%	5.297.205	51,6%	-0,41
Sul	1.973.785	19,7%	2.054.343	19,7%	2.096.082	19,6%	2.010.725	19,6%	-0,12
Centro-Oeste	807.555	8,1%	859.313	8,2%	893.178	8,4%	857.338	8,3%	0,29
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)									
Brasil	143.462.833	100,0%	167.841.051	100,0%	192.097.982	100,0%	206.333.996	100,0%	0,00
Norte	4.354.410	3,0%	5.007.443	3,0%	5.710.199	3,0%	6.086.629	2,9%	-0,09
Nordeste	19.183.584	13,4%	22.400.587	13,3%	25.848.311	13,5%	27.492.358	13,3%	-0,05
Sudeste	81.475.345	56,8%	94.155.415	56,1%	107.545.754	56,0%	116.091.619	56,3%	-0,53
Sul	27.326.062	19,0%	33.121.467	19,7%	37.981.964	19,8%	40.738.468	19,7%	0,70
Centro-Oeste	11.123.432	7,8%	13.156.139	7,8%	15.011.754	7,8%	15.924.922	7,7%	-0,04

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

A região Nordeste aparece logo em seguida com 307.256 unidades comerciais, registran-

do uma receita bruta de revenda de R\$ 524,4 bilhões, tendo empregado mais de 1,789 milhão de pessoas pagando uma massa salarial de R\$ 27,4 bilhões em 2015.

Vale ressaltar algumas mudanças na estrutura produtiva do comércio por regiões. Primeiro, com relação ao número de unidades comerciais foi observada perda de participação da região Nordeste (-0,9 p.p.) e Sul (-0,05 p.p.) ao passo que as regiões Sudeste (+0,78 p.p.), Centro-Oeste (+0,15 p.p.) e Norte (+0,03 p.p.) ganharam participação. A perda de participação da região Nordeste e Sul deu-se em função da redução do número de unidades produtivas locais passando de 327.634 unidades, em 2012, para 307.256 unidades, em 2015, para o Nordeste e 376.108 unidades para 369.467 unidades para o Sul na mesma comparação.

Em relação a receita bruta de revenda de mercadorias, o Sudeste foi o único que registrou perda de participação (-1,21 p.p.) entre os anos de 2012 e 2015. A região Sul foi a que registrou maior avanço (+0,69 p.p.), seguida pelo Centro-Oeste (+0,34 p.p.), Nordeste (+0,13 p.p.) e Norte (+0,05 p.p.).

Apenas duas regiões apontaram ganhos de participação no tocante ao número de pessoas ocupadas no comércio, Centro-Oeste (+0,29 p.p.) e Nordeste (+0,28 p.p.). Apesar do aumento no total de pessoas empregadas, a região Sudeste registrou perda de participação de 0,41 p.p., seguida pelas regiões Sul (-0,12 p.p.) e Norte (-0,04 p.p.) que também apresentaram incremento na força de trabalho.

Por fim, somente a região Sul apresentou ganho de participação na massa salarial paga no comércio de 0,70 p.p. A maior perda foi observada na região Sudeste (-0,53 p.p.), Norte (-0,09 p.p.), Nordeste (-0,05 p.p.) e Sul (-0,04 p.p.).

Em suma, apesar da região Sudeste concentrar mais da metade das unidades locais, da receita bruta de revenda, do pessoal ocupado e principalmente da massa salarial paga, esta vem perdendo participação, em especial na receita bruta de revenda para as demais regiões do país, em especial, para a região Sul no número de unidades locais, na receita bruta de revenda e na massa salarial paga e para a região Centro-Oeste e Nordeste no número de pessoal ocupado.

7.2.1 Número de Unidades Locais com Receita de Revenda

Após analisar as principais mudanças na estrutura produtiva do comércio no país e nas grandes regiões será feita uma análise mais detalhada por estados. A Tabela 7.2, a seguir, contém os números de unidades locais com receita de revenda na atividade de comércio no país, distribuído por regiões e estados, permitindo uma visão mais ampla e desagregada da referida atividade.

Tabela 7.2: Evolução do número de unidades locais com receita de revenda – Brasil, Regiões e Estados – 2012 a 2015

Brasil, Regiões e UFs	2012		2013		2014		2015		Var. (2015-2012)
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	
Brasil	1.731.411	100,0	1.742.825	100,0	1.735.052	100,0	1.705.144	100,0	0,00
Região Norte	32.451	1,9	33.603	1,9	34.315	2,0	32.471	1,9	0,03
Rondônia	3.730	0,2	3.784	0,2	3.963	0,2	3.542	0,2	-0,01
Acre	1.991	0,1	2.084	0,1	2.166	0,1	2.168	0,1	0,01
Amazonas	10.055	0,6	9.982	0,6	9.963	0,6	8.862	0,5	-0,06
Roraima	1.852	0,1	1.899	0,1	2.044	0,1	1.956	0,1	0,01
Pará	9.853	0,6	10.657	0,6	10.826	0,6	10.698	0,6	0,06
Amapá	2.773	0,2	2.714	0,2	2.794	0,2	2.749	0,2	0,00
Tocantins	2.197	0,1	2.483	0,1	2.559	0,1	2.496	0,1	0,02
Região Nordeste	327.634	18,9	330.108	18,9	331.507	19,1	307.256	18,0	-0,90
Maranhão	29.552	1,7	29.015	1,7	31.844	1,8	30.425	1,8	0,08
Piauí	20.681	1,2	22.654	1,3	23.410	1,3	20.689	1,2	0,02
Ceará	65.984	3,8	56.777	3,3	50.760	2,9	49.710	2,9	-0,90
Rio Grande do Norte	19.125	1,1	19.462	1,1	19.560	1,1	20.178	1,2	0,08
Paraíba	23.937	1,4	23.423	1,3	23.877	1,4	21.614	1,3	-0,11
Pernambuco	56.909	3,3	52.779	3,0	52.193	3,0	49.710	2,9	-0,37
Alagoas	13.517	0,8	15.739	0,9	15.569	0,9	13.351	0,8	0,00
Sergipe	9.990	0,6	11.265	0,6	11.480	0,7	11.032	0,6	0,07
Bahia	87.939	5,1	98.994	5,7	102.814	5,9	90.547	5,3	0,23
Região Sudeste	858.692	49,6	855.742	49,1	842.661	48,6	858.903	50,4	0,78
Minas Gerais	200.178	11,6	203.656	11,7	198.581	11,4	200.477	11,8	0,20
Espírito Santo	39.031	2,3	38.512	2,2	37.111	2,1	39.650	2,3	0,07
Rio de Janeiro	113.343	6,5	112.160	6,4	112.825	6,5	111.723	6,6	0,01
São Paulo	506.140	29,2	501.414	28,8	494.144	28,5	507.053	29,7	0,50
Região Sul	376.108	21,7	385.465	22,1	386.230	22,3	369.467	21,7	-0,05
Paraná	142.574	8,2	142.409	8,2	145.226	8,4	138.831	8,1	-0,09
Santa Catarina	86.131	5,0	92.628	5,3	92.793	5,3	89.511	5,2	0,27
Rio Grande do Sul	147.403	8,5	150.428	8,6	148.211	8,5	141.125	8,3	-0,24
Região Centro-Oeste	136.526	7,9	137.907	7,9	140.339	8,1	137.047	8,0	0,15
Mato Grosso do Sul	21.725	1,3	22.487	1,3	22.394	1,3	21.024	1,2	-0,02
Mato Grosso	26.080	1,5	28.025	1,6	29.385	1,7	26.572	1,6	0,05
Goiás	63.757	3,7	60.909	3,5	61.651	3,6	64.952	3,8	0,13
Distrito Federal	24.964	1,4	26.486	1,5	26.909	1,6	24.499	1,4	-0,01

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Como visto antes, a região Suldeste concentra 50,4% das unidades locais de comércio com receita de revenda. A principal explicação para isso está no estado de São Paulo que apresentou uma participação no país de 29,7%, alcançando a marca total de 507.053 unidades em 2015. Isso é mais que o total presente em cada uma das demais regiões do país, revelando a pujança do comércio neste estado. Para se ter uma ideia, a região Sul possui um total de 369.467 unidades e o Nordeste um total de 307.256 unidades. (Tabela 7.2).

Outros estados que apresentaram significativa participação foram: Minas Gerais (200.477 unidades), Rio Grande do Sul (141.125 unidades), Paraná (138.831 unidades). Cada um destes três estados registrou número superior ao total de unidades localizadas nas regiões Centro-Oeste (137.047 unidades) e Norte (32.471 unidades) do país. Isso em parte ajuda a explicar o baixo dinamismo na região Norte. A participação conjunta dos quatro principais estados no total das unidades comerciais brasileiras com receita de revenda foi de 57,9% do total, participação levemente superior a registrada em 2012 (57,5%), resultado do aumento da participação dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Os estados com o menor número de unidades comerciais são Roraima (1.956 unidades), Acre (2.158 unidades), Tocantins (2.496 unidades), Amapá (2.749 unidades) e Rondônia (3.542 unidades), todos da região Norte. A participação conjunta desses estados passou de 0,7% para 0,8% nos últimos quatro anos. Vale ainda observar que, entre os anos de 2011 e 2015, dezoito estados ganharam participação e outros nove perderam. Os maiores ganhos foram observados nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Bahia e a maiores perdas foram registradas no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

7.2.2 Receita Bruta de Revenda de Mercadorias

Novamente São Paulo lidera com participação de 31,3% do total da receita bruta de revenda de mercadorias, alcançando o valor de R\$ 1,074 trilhão, em 2015.

Tabela 7.3: **Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2012 a 2015**

Brasil, Regiões e UFs	2012		2013		2014		2015		Var. (2015-2012)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	2.635.252.469	100,0	2.965.425.283	100,0	3.269.353.849	100,0	3.432.728.867	100,0	0,00
Região Norte	92.851.900	3,5	103.312.696	3,5	116.457.486	3,6	122.626.090	3,6	0,05
Rondônia	12.331.157	0,5	13.447.152	0,5	14.682.080	0,4	16.118.493	0,5	0,00
Acre	4.565.249	0,2	5.079.266	0,2	5.789.115	0,2	6.018.386	0,2	0,00
Amazonas	27.909.275	1,1	30.272.321	1,0	33.137.897	1,0	33.876.308	1,0	-0,07
Roraima	3.308.552	0,1	3.743.598	0,1	3.986.340	0,1	4.317.685	0,1	0,00
Pará	33.637.271	1,3	37.360.666	1,3	42.238.368	1,3	43.609.814	1,3	-0,01
Amapá	4.813.834	0,2	5.974.582	0,2	6.930.301	0,2	6.375.929	0,2	0,00
Tocantins	6.286.562	0,2	7.435.111	0,3	9.693.385	0,3	12.309.475	0,4	0,12
Região Nordeste	399.233.646	15,1	449.637.410	15,2	502.335.075	15,4	524.445.486	15,3	0,13
Maranhão	37.802.403	1,4	43.770.454	1,5	49.182.974	1,5	47.960.860	1,4	-0,04
Piauí	20.423.172	0,8	23.754.914	0,8	25.051.150	0,8	26.328.920	0,8	-0,01
Ceará	61.727.011	2,3	67.166.555	2,3	77.840.893	2,4	82.048.137	2,4	0,05
Rio Grande do Norte	26.054.169	1,0	28.269.900	1,0	32.651.212	1,0	33.115.322	1,0	-0,02
Paraíba	28.063.880	1,1	31.823.717	1,1	34.587.704	1,1	38.696.063	1,1	0,06
Pernambuco	81.969.510	3,1	92.084.091	3,1	103.053.139	3,2	101.298.013	3,0	-0,16
Alagoas	20.437.309	0,8	22.585.476	0,8	25.373.375	0,8	26.499.422	0,8	-0,00
Sergipe	15.275.730	0,6	16.731.356	0,6	18.309.334	0,6	18.230.353	0,5	-0,05
Bahia	107.480.462	4,1	123.450.947	4,2	136.285.294	4,2	150.268.396	4,4	0,30
Região Sudeste	1.389.128.741	52,7	1.547.652.629	52,2	1.685.258.929	51,5	1.767.970.783	51,5	-1,21
Minas Gerais	235.852.952	8,9	263.447.971	8,9	295.147.740	9,0	319.729.343	9,3	0,36
Espírito Santo	81.225.966	3,1	84.653.520	2,9	93.795.747	2,9	98.560.322	2,9	-0,21
Rio de Janeiro	219.521.225	8,3	249.113.376	8,4	272.402.606	8,3	274.752.460	8,0	-0,33
São Paulo	852.528.598	32,4	950.437.762	32,1	1.023.912.836	31,3	1.074.928.658	31,3	-1,04
Região Sul	509.162.763	19,3	581.922.652	19,6	647.120.275	19,8	686.918.085	20,0	0,69
Paraná	196.342.818	7,5	225.183.204	7,6	245.750.687	7,5	257.561.515	7,5	0,05
Santa Catarina	130.064.475	4,9	148.822.387	5,0	168.529.170	5,2	180.613.692	5,3	0,33
Rio Grande do Sul	182.755.470	6,9	207.917.061	7,0	232.840.418	7,1	248.742.878	7,2	0,31
Região Centro-Oeste	244.875.419	9,3	282.899.896	9,5	318.182.084	9,7	330.768.423	9,6	0,34
Mato Grosso do Sul	36.548.151	1,4	42.571.180	1,4	49.169.963	1,5	53.715.804	1,6	0,18
Mato Grosso	66.935.558	2,5	83.692.167	2,8	95.081.559	2,9	101.826.060	3,0	0,43
Goiás	88.374.551	3,4	98.773.507	3,3	112.169.476	3,4	111.393.180	3,2	-0,11
Distrito Federal	53.017.159	2,0	57.863.042	2,0	61.761.086	1,9	63.833.379	1,9	-0,15

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

A receita gerada no estado de São Paulo superou bastante as marcas obtidas em todas as demais regiões, Sul (R\$ 686,9 bilhões); Nordeste (R\$ 524,4 bilhões); Centro-Oeste (R\$ 330,7 bilhões) e Norte (R\$ 122,6 bilhões). Os estados de Minas Gerais (R\$ 319,7 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 274,7 bilhões) e Paraná (R\$ 257,5 bilhões) vêm logo em seguida (Tabela 7.3).

Os estados que apresentaram as menores receitas brutas de revenda foram: Roraima (R\$ 4,3 bilhões), Acre (R\$ 6,0 bilhões), Amapá (R\$ 6,3 bilhões), Tocantins (R\$ 12,3 bilhões), Rondônia (R\$ 16,1 bilhões) e Sergipe (R\$ 18,2 bilhões).

Catorze estados apresentaram ganho de participação na receita total de revenda nacional e outros treze registraram perda. O maior ganho de participação nas receitas brutas foi observado em Mato Grosso (+0,43 p.p.), seguido por Minas Gerais (+0,36 p.p.) e Santa Catarina (+0,33 p.p.) e Rio Grande do Sul, ajudando a explicar o forte ganho de participação da região Sul. Enquanto isso, as maiores foram observadas em São Paulo (-1,04 p.p.), Rio de Janeiro (-0,33 p.p.) e Espírito Santo (-0,21 p.p.).

7.2.3 Margem de Comercialização em Empresas Comerciais

Em relação a margem de comercialização em empresas comerciais, São Paulo concentrou 33,5% do total do país com um valor de R\$ 243,9 bilhões, novamente superando as regiões Sul (R\$ 139,4 bilhões), Nordeste (R\$ 103,2 bilhões), Centro-Oeste (R\$ 64,9 bilhões) e Norte (R\$ 26,5 bilhões). Outros estados que apresentaram margens de comercialização significativas foram o Rio de Janeiro (R\$ 66,9 bilhões), Minas Gerais (R\$ 63,2 bilhões) e Paraná (R\$ 51,7 bilhões) (Tabela 7.4).

Tabela 7.4: **Evolução da margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2012 a 2015**

Brasil, Regiões e UFs	2012		2013		2014		2015		Var. (2015-2012)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	529.977.634	100,0	615.031.390	100,0	684.703.056	100,0	727.445.088	100,0	0,00
Região Norte	18.936.478	3,6	21.646.055	3,5	23.905.406	3,5	26.500.571	3,6	0,07
Rondônia	2.196.104	0,4	2.379.315	0,4	2.646.117	0,4	2.987.123	0,4	-0,00
Acre	1.071.559	0,2	1.232.973	0,2	1.448.584	0,2	1.575.108	0,2	0,01
Amazonas	5.799.000	1,1	6.628.708	1,1	7.097.907	1,0	7.697.777	1,1	-0,04
Roraima	836.484	0,2	998.533	0,2	985.578	0,1	1.155.685	0,2	0,00
Pará	6.737.132	1,3	7.595.214	1,2	8.081.063	1,2	8.937.662	1,2	-0,04
Amapá	1.086.749	0,2	1.285.145	0,2	1.569.282	0,2	1.549.646	0,2	0,01
Tocantins	1.209.450	0,2	1.526.167	0,2	2.076.875	0,3	2.597.570	0,4	0,13
Região Nordeste	77.407.151	14,6	88.463.922	14,4	102.826.693	15,0	103.288.396	14,2	-0,41
Maranhão	6.194.762	1,2	7.616.507	1,2	9.242.353	1,3	9.373.730	1,3	0,12
Piauí	4.202.080	0,8	4.632.587	0,8	5.018.746	0,7	5.128.356	0,7	-0,09
Ceará	12.383.934	2,3	13.436.222	2,2	16.411.415	2,4	17.273.287	2,4	0,04
Rio Grande do Norte	5.546.123	1,0	5.895.255	1,0	6.493.444	0,9	6.578.517	0,9	-0,14
Paraíba	5.291.777	1,0	6.053.584	1,0	7.055.397	1,0	7.734.091	1,1	0,06
Pernambuco	15.614.451	2,9	17.574.312	2,9	21.596.021	3,2	18.959.212	2,6	-0,34
Alagoas	4.678.827	0,9	5.054.928	0,8	6.463.398	0,9	7.046.151	1,0	0,09
Sergipe	2.945.589	0,6	3.342.345	0,5	3.737.308	0,5	3.831.915	0,5	-0,03
Bahia	20.549.608	3,9	24.858.182	4,0	26.808.611	3,9	27.363.137	3,8	-0,12
Região Sudeste	291.297.751	55,0	337.517.890	54,9	367.171.350	53,6	393.301.627	54,1	-0,90
Minas Gerais	46.544.467	8,8	53.508.398	8,7	59.674.318	8,7	63.264.198	8,7	-0,09
Espírito Santo	13.763.147	2,6	15.434.075	2,5	17.181.346	2,5	19.105.348	2,6	0,03
Rio de Janeiro	49.896.381	9,4	56.307.852	9,2	62.658.188	9,2	66.959.232	9,2	-0,21
São Paulo	181.093.756	34,2	212.267.565	34,5	227.657.498	33,2	243.972.849	33,5	-0,63
Região Sul	95.439.261	18,0	113.307.633	18,4	127.909.002	18,7	139.428.526	19,2	1,16
Paraná	35.084.899	6,6	42.224.056	6,9	47.788.186	7,0	51.799.227	7,1	0,50
Santa Catarina	26.079.113	4,9	30.419.277	4,9	34.856.087	5,1	37.144.490	5,1	0,19
Rio Grande do Sul	34.275.249	6,5	40.664.300	6,6	45.264.729	6,6	50.484.809	6,9	0,47
Região Centro-Oeste	46.896.993	8,8	54.095.890	8,8	62.890.605	9,2	64.925.968	8,9	0,08
Mato Grosso do Sul	6.514.052	1,2	8.364.762	1,4	9.118.306	1,3	10.252.640	1,4	0,18
Mato Grosso	12.304.038	2,3	14.268.667	2,3	16.737.899	2,4	18.507.239	2,5	0,22
Goiás	16.156.407	3,0	18.826.796	3,1	23.330.613	3,4	22.132.791	3,0	-0,01
Distrito Federal	11.922.496	2,2	12.635.665	2,1	13.703.787	2,0	14.033.298	1,9	-0,32

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Os estados que apresentaram as menores receitas brutas de revenda foram: Roraima (R\$ 1,15 bilhão), Amapá (R\$ 1,54 bilhão), Acre (R\$ 1,57 bilhão), Tocantins (R\$ 2,59 bilhão), Rondônia (R\$ 2,98 bilhões) e Sergipe (R\$ 3,83 bilhões).

Catorze estados apresentaram ganho de participação na margem de comercialização nacional e outros treze registraram perda entre os anos de 2012 e 2015. O maior ganho de participação no estado do Paraná (+0,50 p.p.), seguido por Rio Grande do Sul (+0,47 p.p.) e Mato Grosso (+0,22 p.p.). Contudo, as maiores perdas foram observadas em São Paulo (-0,63 p.p.), Pernambuco (-0,34 p.p.) e no Distrito Federal (-0,32 p.p.).

7.2.4 Pessoal Ocupado em Empresas Comerciais

Na Tabela 7.5 são apresentados dados sobre o número de pessoas ocupadas nas empresas comerciais. O estado de São Paulo registrou uma participação de 28,9% desse total no país, ou seja, 2.971.494 pessoas em 2015. Participação essa superior ao registrado nas regiões Sul (19,6%), Nordeste (17,4%), Centro-Oeste (8,3%) e Norte (3,1%). Outros estados com participação significativa no número de trabalhadores empregados nas empresas comerciais do país foram: Minas Gerais (11,4%), Rio de Janeiro (8,9%) e Paraná (7,6%). A participação conjunta desses quatro estados foi de 56,8% do total de pessoas ocupadas em empresas comerciais brasileiras.

Tabela 7.5: **Evolução do número de pessoas ocupadas em empresas comerciais – Brasil, Regiões e Estados – 2012 a 2015**

Brasil, Regiões e UFs	2012		2013		2014		2015		Var. (2015-2012)
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	
Brasil	10.025.453	100,0	10.418.819	100,0	10.687.323	100,0	10.275.271	100,0	0,00
Região Norte	316.960	3,2	326.465	3,1	335.702	3,1	320.594	3,1	-0,04
Rondônia	30.957	0,3	32.544	0,3	35.336	0,3	31.030	0,3	-0,01
Acre	17.998	0,2	18.509	0,2	20.073	0,2	19.618	0,2	0,01
Amazonas	88.860	0,9	93.111	0,9	93.488	0,9	92.142	0,9	0,01
Roraima	15.839	0,2	16.533	0,2	16.853	0,2	17.365	0,2	0,01
Pará	120.893	1,2	120.715	1,2	123.644	1,2	116.566	1,1	-0,07
Amapá	22.746	0,2	23.614	0,2	25.881	0,2	22.841	0,2	-0,00
Tocantins	19.667	0,2	21.439	0,2	20.427	0,2	21.032	0,2	0,01
Região Nordeste	1.717.473	17,1	1.791.204	17,2	1.866.268	17,5	1.789.409	17,4	0,28
Maranhão	157.324	1,6	167.313	1,6	177.101	1,7	154.490	1,5	-0,07
Piauí	93.407	0,9	101.119	1,0	105.158	1,0	98.036	1,0	0,02
Ceará	281.632	2,8	289.789	2,8	298.818	2,8	302.974	2,9	0,14
Rio Grande do Norte	127.595	1,3	124.404	1,2	130.182	1,2	128.579	1,3	-0,02
Paraíba	109.083	1,1	109.619	1,1	120.820	1,1	113.540	1,1	0,02
Pernambuco	329.495	3,3	345.198	3,3	350.918	3,3	330.804	3,2	-0,07
Alagoas	93.669	0,9	91.667	0,9	95.366	0,9	92.013	0,9	-0,04
Sergipe	71.804	0,7	73.435	0,7	76.445	0,7	71.795	0,7	-0,02
Bahia	453.464	4,5	488.660	4,7	511.460	4,8	497.178	4,8	0,32
Região Sudeste	5.209.680	52,0	5.387.494	51,7	5.496.093	51,4	5.297.205	51,6	-0,41
Minas Gerais	1.110.284	11,1	1.147.172	11,0	1.187.754	11,1	1.169.520	11,4	0,31
Espírito Santo	243.201	2,4	243.417	2,3	247.343	2,3	241.967	2,4	-0,07
Rio de Janeiro	902.860	9,0	936.361	9,0	946.262	8,9	914.224	8,9	-0,11
São Paulo	2.953.335	29,5	3.060.544	29,4	3.114.734	29,1	2.971.494	28,9	-0,54
Região Sul	1.973.785	19,7	2.054.343	19,7	2.096.082	19,6	2.010.725	19,6	-0,12
Paraná	759.540	7,6	785.042	7,5	813.470	7,6	777.259	7,6	-0,01
Santa Catarina	495.300	4,9	515.938	5,0	528.630	4,9	524.235	5,1	0,16
Rio Grande do Sul	718.945	7,2	753.363	7,2	753.982	7,1	709.231	6,9	-0,27
Região Centro-Oeste	807.555	8,1	859.313	8,2	893.178	8,4	857.338	8,3	0,29
Mato Grosso do Sul	130.549	1,3	137.155	1,3	142.765	1,3	129.737	1,3	-0,04
Mato Grosso	183.579	1,8	199.596	1,9	213.374	2,0	195.198	1,9	0,07
Goiás	310.512	3,1	323.667	3,1	339.155	3,2	345.902	3,4	0,27
Distrito Federal	182.915	1,8	198.895	1,9	197.884	1,9	186.501	1,8	-0,01

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Os estados que apresentaram os menores contingentes de empregados foram: Roraima (0,2%), Acre (0,2%), Tocantins (0,2%), Amapá (0,2%) e Rondônia (0,3%), todos da região Norte.

Um total de doze estados apresentaram ganho de participação e outros quinze perda na comparação dos anos de 2012 e 2015. O maior ganho de participação no número de pessoas ocupadas nas empresas comerciais foi observado no estado da Bahia (+0,32 p.p.), seguido por Minas Gerais (+0,31 p.p.), Goiás (+0,27 p.p.), Santa Catarina (+0,16 p.p.) e Ceará (+0,14 p.p.). As maiores perdas foram observadas em São Paulo (-0,54 p.p.), Rio Grande do Sul (-0,27 p.p.) e Rio de Janeiro (-0,11 p.p.).

7.2.5 Gastos com Salários, Retiradas e Outras Remunerações em Empresas Comerciais

Por sua vez, é possível encontrar dados sobre gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais brasileiras na Tabela 7.6. Novamente, o estado de São Paulo, em função do elevado contingente de trabalhadores, registrou a maior massa salarial paga de R\$ 74,4 bilhões, representando 36,1% de toda massa salarial paga nesse tipo de negócio no país. Esse gasto foi superior ao total pago em regiões como Sul (R\$ 40,7 bilhões), Nordeste (R\$ 27,4 bilhões), Centro-Oeste (R\$ 15,9 bilhões) e Norte (R\$ 6,1 bilhões). Outros estados com significativa participação na massa salarial paga foram Minas Gerais (9,1%) e Rio de Janeiro (9,0%).

Tabela 7.6: **Evolução dos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2012 a 2015**

Brasil, Regiões e UFs	2012		2013		2014		2015		Var. (2015-2012)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	143.462.833	100,0	167.841.051	100,0	192.097.982	100,0	206.333.996	100,0	0,00
Região Norte	4.354.410	3,0	5.007.443	3,0	5.710.199	3,0	6.086.629	2,9	-0,09
Rondônia	465.326	0,3	516.599	0,3	597.138	0,3	599.497	0,3	-0,03
Acre	237.821	0,2	282.846	0,2	336.535	0,2	359.789	0,2	0,01
Amazonas	1.307.708	0,9	1.465.836	0,9	1.699.392	0,9	1.732.778	0,8	-0,07
Roraima	188.583	0,1	208.292	0,1	237.122	0,1	271.606	0,1	0,00
Pará	1.606.206	1,1	1.885.235	1,1	2.102.599	1,1	2.286.631	1,1	-0,01
Amapá	274.192	0,2	319.071	0,2	362.371	0,2	413.092	0,2	0,01
Tocantins	274.574	0,2	329.564	0,2	375.042	0,2	423.236	0,2	0,01
Região Nordeste	19.183.584	13,4	22.400.587	13,3	25.848.311	13,5	27.492.358	13,3	-0,05
Maranhão	1.686.511	1,2	2.094.220	1,2	2.483.719	1,3	2.488.724	1,2	0,03
Piauí	982.269	0,7	1.176.664	0,7	1.341.471	0,7	1.399.984	0,7	-0,01
Ceará	3.005.777	2,1	3.360.836	2,0	3.960.702	2,1	4.370.645	2,1	0,02
Rio Grande do Norte	1.443.338	1,0	1.577.078	0,9	1.800.706	0,9	1.877.378	0,9	-0,10
Paraíba	1.113.837	0,8	1.332.811	0,8	1.573.295	0,8	1.704.956	0,8	0,05
Pernambuco	3.891.859	2,7	4.511.750	2,7	5.293.545	2,8	5.405.658	2,6	-0,09
Alagoas	1.013.509	0,7	1.127.918	0,7	1.220.944	0,6	1.393.433	0,7	-0,03
Sergipe	787.723	0,5	960.072	0,6	1.106.181	0,6	1.171.234	0,6	0,02
Bahia	5.258.761	3,7	6.259.238	3,7	7.067.748	3,7	7.680.346	3,7	0,06
Região Sudeste	81.475.345	56,8	94.155.415	56,1	107.545.754	56,0	116.091.619	56,3	-0,53
Minas Gerais	13.026.390	9,1	15.277.165	9,1	17.073.371	8,9	18.803.986	9,1	0,03
Espirito Santo	3.100.547	2,2	3.385.937	2,0	4.032.792	2,1	4.351.934	2,1	-0,05
Rio de Janeiro	12.847.037	9,0	14.952.330	8,9	16.980.432	8,8	18.483.398	9,0	0,00
São Paulo	52.501.371	36,6	60.539.983	36,1	69.459.159	36,2	74.452.301	36,1	-0,51
Região Sul	27.326.062	19,0	33.121.467	19,7	37.981.964	19,8	40.738.468	19,7	0,70
Paraná	10.465.946	7,3	12.598.997	7,5	14.649.344	7,6	15.339.509	7,4	0,14
Santa Catarina	7.096.616	4,9	8.586.001	5,1	9.919.633	5,2	10.770.836	5,2	0,27
Rio Grande do Sul	9.763.500	6,8	11.936.469	7,1	13.412.987	7,0	14.628.123	7,1	0,28
Região Centro-Oeste	11.123.432	7,8	13.156.139	7,8	15.011.754	7,8	15.924.922	7,7	-0,04
Mato Grosso do Sul	1.705.314	1,2	2.128.248	1,3	2.387.535	1,2	2.430.089	1,2	-0,01
Mato Grosso	2.665.846	1,9	3.249.013	1,9	3.906.035	2,0	4.052.364	2,0	0,11
Goiás	4.017.422	2,8	4.835.951	2,9	5.406.545	2,8	6.113.458	3,0	0,16
Distrito Federal	2.734.850	1,9	2.942.927	1,8	3.311.639	1,7	3.329.011	1,6	-0,29

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Os estados que apresentaram as menores participações no total de gastos com pessoal nas empresas comerciais brasileiras foram Roraima (0,1%), Acre (0,2%), Amapá (0,2%), Tocantins (0,2%) e Rondônia (0,3%), representando conjuntamente apenas 1,0% do total de salários, retiradas e outras remunerações pagas no país.

Dezesseis estados apresentaram ganho de participação na massa de salários pagas e outros onze perda na comparação dos anos de 2012 e 2015. Os maiores ganhos foram observados nos estados do Rio Grande do Sul (+0,28 p.p.), Santa Catarina (+0,27 p.p.) e Goiás (+0,16 p.p.). Enquanto isso, as maiores perdas foram observadas em São Paulo (-0,51 p.p.), Distrito Federal (-0,29 p.p.) e Rio Grande do Norte (-0,10 p.p.).

7.3 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no Ceará

Em 2012, o Ceará registrou o 8º maior número de unidades comerciais no país. Em 2015, esse número caiu e o estado do Ceará passou a ocupar a 9ª colocação com 49.710 unidades e uma participação de 2,9% do total nacional. Vale destacar que a redução no número de unidades comerciais entre os anos de 2012 (65.984 unidades) e 2015 (49.710 unidades), resultou na maior perda de participação dentre todos os estados brasileiros de 0,90 p.p. Em relação a região Nordeste também foi observada perda de participação passando de 20,1% em 2012 para 16,2% em 2015. (Tabela 7.7).

Tabela 7.7: **Dados gerais das empresas comerciais – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2015**

Brasil, Nordeste e Ceará	2012	2013	2014	2015
Número de unidades locais com receita de venda (Unidades)				
Brasil	1.731.411	1.742.825	1.735.052	1.705.144
Nordeste	327.634	330.108	331.507	307.256
Ceará	65.984	56.777	50.760	49.710
Ne/Br (%)	18,9%	18,9%	19,1%	18,0%
Ce/Br (%)	3,8%	3,3%	2,9%	2,9%
Ce/Ne (%)	20,1%	17,2%	15,3%	16,2%
Receita bruta de venda de mercadorias (Mil Reais)				
Brasil	2.635.252.469	2.965.425.283	3.269.353.849	3.432.728.867
Nordeste	399.233.646	449.637.410	502.335.075	524.445.486
Ceará	61.727.011	67.166.555	77.840.893	82.048.137
Ne/Br (%)	15,1%	15,2%	15,4%	15,3%
Ce/Br (%)	2,3%	2,3%	2,4%	2,4%
Ce/Ne (%)	15,5%	14,9%	15,5%	15,6%
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)				
Brasil	529.977.634	615.031.390	684.703.056	727.445.088
Nordeste	77.407.151	88.463.922	102.826.693	103.288.396
Ceará	12.383.934	13.436.222	16.411.415	17.273.287
Ne/Br (%)	14,6%	14,4%	15,0%	14,2%
Ce/Br (%)	2,3%	2,2%	2,4%	2,4%
Ce/Ne (%)	16,0%	15,2%	16,0%	16,7%
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)				
Brasil	10.025.453	10.418.819	10.687.323	10.275.271
Nordeste	1.717.473	1.791.204	1.866.268	1.789.409
Ceará	281.632	289.789	298.818	302.974
Ne/Br (%)	17,1%	17,2%	17,5%	17,4%
Ce/Br (%)	2,8%	2,8%	2,8%	2,9%
Ce/Ne (%)	16,4%	16,2%	16,0%	16,9%
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)				
Brasil	143.462.833	167.841.051	192.097.982	206.333.996
Nordeste	19.183.584	22.400.587	25.848.311	27.492.358
Ceará	3.005.777	3.360.836	3.960.702	4.370.645
Ne/Br (%)	13,4%	13,3%	13,5%	13,3%
Ce/Br (%)	2,1%	2,0%	2,1%	2,1%
Ce/Ne (%)	15,7%	15,0%	15,3%	15,9%

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

No tocante a receita bruta de revenda de mercadorias, o estado do Ceará registrou o valor de R\$ 82,0 bilhões, tendo ocupado a 12ª posição no ranking nacional em relação a receita bruta de revenda de mercadorias no país em 2015. Vale notar que o referido estado apresentou leve ganho de participação, passando de 2,3%, em 2012, para 2,4% em 2015. Dentro da região Nordeste também pôde ser observada relativa expansão da participação no total da receita bruta de revenda de 15,5% para 15,6% nos últimos quatro anos.

Em relação a margem de comercialização de empresas comerciais, o estado do Ceará registrou um valor de R\$ 17,2 bilhões no ano de 2015. Vale ressaltar que a participação do estado foi crescente nesta variável, passando de 2,3%, em 2012, para 2,4%, em 2015. A participação dentro da margem de comercialização nordestina cresceu significativamente passando de 16,0% em 2012, para 16,7%, em 2015.

No tocante ao total de pessoas ocupadas em empresas comerciais, o estado do Ceará registrou um contingente de 302.974 empregados em 2015, contingente esse superior em 0,14 p.p na comparação com 2012 que havia registrado um total de 281.632 pessoas ocupadas. Isso representou um aumento de participação de 2,8%, em 2012, para 2,9%, em 2015, do total de pessoas ocupadas nas empresas comerciais brasileiras. No Nordeste esta participação também foi crescente passando de 16,4%, em 2012, para 16,9% em 2015.

Por fim, em relação a massa salarial paga no país em empresas comerciais, o estado do Ceará apresentou a décima maior (R\$ 4,7 bilhões) e uma participação de 2,1% do total do país em 2015, tendo registrado leve crescimento de participação (+0,02 p.p.). Dentro do Nordeste também apresentou ganho de participação passando de 15,7% em 2012, para 15,9% em 2015.

A Tabela 7.8 traz uma abertura por divisão do comércio para o estado do Ceará. Do total de 49.710 empresas comerciais cearenses, 9,2% são empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas; 6,6% são empresas de comércio atacadista e 84,2% de comércio varejista que apresentaram nítida perda de participação entre os anos de 2012 e 2016 dentro da estrutura produtiva comercial cearense.

Tabela 7.8: Dados gerais das empresas comerciais por divisão do comércio – Ceará – 2012 a 2015

Divisão de Comércio	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	Dif. P.P. (2015-2012)
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)									
1.Total	65.984	100,0%	56.777	100,0%	50.760	100,0%	49.710	100,0%	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	4.609	7,0%	4.680	8,2%	4.764	9,4%	4.581	9,2%	2,23
3.Comércio por atacado	3.704	5,6%	3.617	6,4%	3.672	7,2%	3.287	6,6%	1,00
4.Comércio varejista	57.671	87,4%	48.480	85,4%	42.324	83,4%	41.842	84,2%	-3,23
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)									
1.Total	61.727.011	100,0%	67.166.555	100,0%	77.840.893	100,0%	82.048.137	100,0%	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	9.274.791	15,0%	9.410.492	14,0%	9.621.192	12,4%	9.558.238	11,6%	-3,38
3.Comércio por atacado	22.727.021	36,8%	23.639.574	35,2%	28.684.050	36,8%	27.385.682	33,4%	-3,44
4.Comércio varejista	29.725.199	48,2%	34.116.489	50,8%	39.535.651	50,8%	45.104.217	55,0%	6,82
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)									
1.Total	12.383.934	100,0%	13.436.222	100,0%	16.411.415	100,0%	17.273.287	100,0%	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	1.503.138	12,1%	1.464.397	10,9%	1.403.086	8,5%	1.351.979	7,8%	-4,31
3.Comércio por atacado	3.654.823	29,5%	3.872.016	28,8%	5.327.401	32,5%	4.762.310	27,6%	-1,94
4.Comércio varejista	7.225.973	58,3%	8.099.809	60,3%	9.680.928	59,0%	11.158.998	64,6%	6,25
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)									
1.Total	281.632	100,0%	289.789	100,0%	298.818	100,0%	302.974	100,0%	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	25.089	8,9%	25.881	8,9%	26.371	8,8%	23.019	7,6%	-1,31
3.Comércio por atacado	41.347	14,7%	41.491	14,3%	45.753	15,3%	41.580	13,7%	-0,96
4.Comércio varejista	215.196	76,4%	222.417	76,8%	226.694	75,9%	238.375	78,7%	2,27
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)									
1.Total	3.005.777	100,0%	3.360.836	100,0%	3.960.702	100,0%	4.370.645	100,0%	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	408.637	13,6%	396.201	11,8%	440.363	11,1%	445.066	10,2%	-3,41
3.Comércio por atacado	611.437	20,3%	697.049	20,7%	792.334	20,0%	805.460	18,4%	-1,91
4.Comércio varejista	1.985.703	66,1%	2.267.586	67,5%	2.728.005	68,9%	3.120.119	71,4%	5,33

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

As empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas, apesar de reduzir o número de unidades locais, apresentaram o maior ganho de participação no total de empresa comerciais cearenses entre 2012 e 2015, tendo gerado uma receita bruta de revenda de R\$ 9,5 bilhões e uma margem de comercialização de R\$ 1,35 bilhão tendo pago uma massa salarial de R\$ 445,0 milhões a um contingente de trabalhadores de 23.019 pessoas.

No tocante às empresas do ramo atacadista, estas também registraram ganho de participação no total das empresas comerciais cearenses, com uma receita bruta de revenda de R\$ 27,3 bilhões e uma margem de comercialização de R\$ 4,7 bilhões tendo pago uma massa salarial de R\$ 805,4 milhões a um contingente de trabalhadores de 41.580 empregados.

Enquanto isso, as empresas do ramo varejista registraram redução de participação no total das empresas comerciais cearenses, com uma receita bruta de revenda de R\$ 45,1 bilhões e uma margem de comercialização de R\$ 11,1 bilhões tendo pago uma massa salarial de R\$ 3,12 bilhões a um contingente de trabalhadores de 238.375 empregados.

Nota-se que apesar das empresas de comércio varejista terem apresentado a maior redução no número de unidades locais, o que resultou em perda de participação, foi o setor que registrou o maior crescimento de participação em receita bruta de revenda, margem de comercialização, pessoal ocupado e nos gastos com salários, retiradas e outras remunerações de todas as empresas comerciais cearenses.

7.4 Considerações Finais

Pela análise dos resultados da Pesquisa Anual do Comércio, a região Nordeste apresentou redução no número de unidades locais com receita de revenda entre os anos de 2012 e 2015. Isso resultou em perda de participação nacional. O Ceará apresentou a maior perda de participação no total de empresas comerciais nacionais.

Com relação à receita bruta de revenda a região Nordeste conseguiu registrar leve ganho de participação (+0,13 p.p.), passando a responder por 15,3% do total da receita bruta de revenda do país, superado ainda pela região Sudeste (51,5%) que apresentou significativa redução de participação e Sul (20,0%) que registrou o maior ganho de participação dentre todas as regiões. O estado do Ceará seguiu o ritmo da região Nordeste apresentando também ganho de participação na receita bruta de revenda.

Todavia, no tocante a margem de comercialização a região Nordeste foi a que apresentou a maior perda de participação nos últimos quatro anos (-0,9 p.p.). Diferente da região Nordeste o estado do Ceará registrou ganho de participação na margem de comercialização tanto no país quanto dentro da própria região Nordeste.

Em relação a massa salarial paga a região Nordeste também apresentou leve queda na participação apesar do aumento do contingente de trabalhadores empregados entre os anos de 2012 e 2015. Novamente, divergindo do Nordeste o Ceará apresentou leve ganho de participação na massa salarial paga, acompanhado por um significativo aumento de contratações de pessoal.

8 DESEMPENHO DAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA

Alexandre Lira Cavalcante*

8.1 Introdução

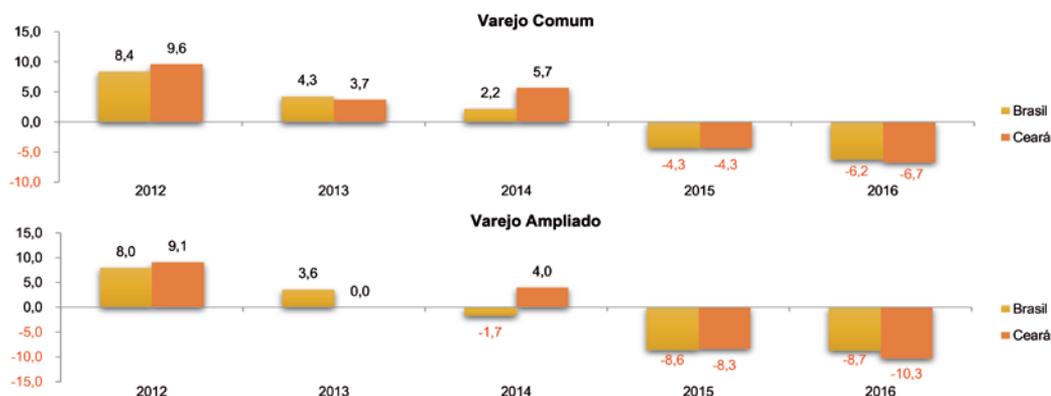
Após a descrição da estrutura produtiva do comércio cearense, feita no tópico anterior, é feita uma breve análise do desempenho das vendas do varejo comum e ampliado no país e no estado do Ceará nos últimos cinco anos. Este capítulo inicia-se com a análise da evolução da variação do volume de vendas do varejo nacional e cearense, seguindo para análise da dinâmica do varejo nos vinte e sete estados da federação, finalizando com uma análise das principais variações ocorridas nas atividades que formam o varejo nacional e cearense nos últimos cinco anos.

8.2 Volume de Vendas do Varejo Comum e Ampliado

Conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as vendas do varejo comum nacional e cearense registraram crescimento seguido entre os anos de 2012 e 2014. Em 2012, o varejo nacional apresentou alta de 8,4% e o cearense 9,6%, os melhores desempenhos nos últimos cinco anos. Nota-se que a partir de 2013, o varejo comum nacional registrou uma desaceleração do ritmo de crescimento registrando alta de apenas 2,2% em 2014. Contudo, o varejo cearense registrou variação de 3,7%, em 2013 e voltou a acelerar em 2014, com alta de 5,7%. A partir de 2015, como resultado da nítida piora da conjuntura política e econômica, os varejos nacional e cearense passaram a registrar quedas sucessivas até 2016.

Fato semelhante foi observado também para o varejo ampliado, que inclui também as vendas de Veículos e de Materiais de construção, quando o varejo cearense passou a registrar quedas mais acentuadas nos últimos dois anos e superiores ao varejo nacional.

Gráfico 8.1: **Variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – 2012 a 2016**



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

* Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

8.3 Análise do Comércio Varejista no Contexto Nacional

Com base na variação das vendas do varejo comum e ampliado para o Brasil e para o estado do Ceará, faz-se necessário uma análise mais desagregada por estados para melhor contextualizar o quadro de agravamento da crise econômica observada a partir de 2014.

Tanto em 2015 (+6,7%), quanto em 2016 (+1,2%), apenas o estado de Roraima apresentou variação positiva nas vendas do varejo comum, mas foi notória a desaceleração observada no ritmo de crescimento das vendas nesse estado. As maiores quedas nas vendas do varejo comum foram observadas nos estados do Amapá (-18,1%); Pará (-13,1%); Rondônia (-12,3%); Bahia (-12,1%) e Espírito Santo (-10,6%).

O estado do Ceará apresentou a oitava menor queda nas vendas do varejo comum em 2016, superado pelas variações observadas nos estados de Minas Gerais, Paraíba, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Alagoas. Sendo assim, dentro da região Nordeste apenas Paraíba apresentou desempenho mais favorável.

Tabela 8.1: **Varição anual do volume de vendas do comércio varejista comum – Brasil e Estados – 2012 a 2016**

Estados	2012	2013	2014	2015	2016
Roraima	26,7	3,3	9,9	6,7	1,2
Minas Gerais	6,7	0,9	2,6	-1,9	-1,6
Paraíba	9,6	9,2	2,6	-10,3	-1,7
São Paulo	9,7	4,2	1,2	-3,5	-4,8
Santa Catarina	7,4	2,6	0,4	-3,1	-5,1
Paraná	9,9	6,4	2,3	-3,2	-5,2
Rio Grande do Sul	9,0	3,8	2,3	-6,1	-5,4
Alagoas	8,4	7,0	4,5	-8,0	-6,4
Ceará	9,6	3,7	5,7	-4,3	-6,7
Maranhão	11,8	8,5	5,5	-7,0	-6,8
Mato Grosso do Sul	16,9	10,9	4,1	-1,6	-6,9
Rio de Janeiro	4,1	5,0	3,2	-3,2	-8,0
Tocantins	15,5	4,9	5,7	-3,7	-8,6
Piauí	7,0	3,8	2,6	-4,6	-8,8
Acre	12,8	4,0	12,6	-2,3	-9,0
Rio Grande do Norte	7,0	9,3	3,2	-3,8	-9,1
Goiás	8,8	4,6	1,4	-10,2	-9,3
Mato Grosso	6,5	6,0	2,5	-8,3	-9,6
Pernambuco	10,9	6,1	2,8	-7,7	-9,9
Sergipe	5,4	2,8	1,6	-1,6	-9,9
Distrito Federal	4,5	2,8	0,1	-5,9	-10,0
Amazonas	4,3	3,9	0,3	-7,3	-10,6
Espírito Santo	10,6	1,5	0,3	-7,7	-10,6
Bahia	9,7	2,7	4,6	-8,0	-12,1
Rondônia	5,7	9,3	9,3	-6,0	-12,3
Pará	8,1	5,9	2,9	-4,8	-13,1
Amapá	18,1	3,0	9,0	-12,2	-18,1
Brasil	8,4	4,3	2,2	-4,3	-6,2

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

A variação anual do volume de vendas do comércio varejista ampliado para o Brasil e para todos os vinte e sete estados está apresentada na Tabela 8.2 a seguir. Nota-se que

a exceção de Roraima que registrou alta de 0,7% em 2016 em relação a 2015, todos os demais estados apresentaram queda nas vendas do varejo ampliado refletindo com isso o momento de estagnação pelo qual passou a economia nacional. As maiores quedas foram observadas nos estados do Amapá (-16,3%); Espírito Santo (-15,0%); Pará (-14,0%); Tocantins (-13,1%) e Distrito Federal (-12,2%), apenas para listar as cinco maiores. O estado do Ceará apresentou a décima quinta maior queda no ano com variação de 10,3%.

Tabela 8.2: **Variação anual do volume de vendas do comércio varejista ampliado – Brasil e Estados – 2012 a 2016**

Estados	2012	2013	2014	2015	2016
Roraima	17,8	3,1	7,1	-0,5	0,7
Minas Gerais	5,7	-0,4	-0,2	-7,0	-5,1
Paraíba	7,4	8,4	2,5	-14,6	-5,6
Paraná	8,5	7,0	-3,0	-9,4	-6,2
Rondônia	5,9	1,0	5,7	-9,8	-7,0
São Paulo	9,7	3,0	-6,2	-5,9	-7,0
Mato Grosso do Sul	9,6	7,7	-0,6	-6,1	-7,0
Santa Catarina	4,3	3,7	1,5	-10,1	-7,9
Alagoas	13,0	5,1	2,3	-10,9	-8,0
Piauí	9,1	5,9	1,4	-8,8	-8,5
Rio Grande do Norte	7,6	8,8	2,2	-5,9	-9,7
Rio Grande do Sul	8,8	6,4	0,3	-13,2	-9,7
Ceará	9,1	0,0	4,0	-8,3	-10,3
Mato Grosso	14,3	4,8	0,5	-11,5	-10,8
Bahia	11,0	1,7	1,1	-9,2	-11,1
Rio de Janeiro	4,1	6,1	1,7	-8,0	-11,3
Amazonas	1,6	4,6	1,9	-10,5	-11,4
Acre	9,4	11,1	4,7	-11,3	-11,5
Maranhão	11,4	5,3	3,0	-11,3	-11,8
Goiás	8,6	5,3	-2,3	-15,0	-11,8
Pernambuco	9,1	5,2	1,4	-10,8	-11,9
Sergipe	7,5	2,0	2,2	-8,1	-12,2
Distrito Federal	6,8	-0,3	-0,5	-12,3	-12,2
Tocantins	15,7	2,4	5,3	-14,8	-13,1
Pará	11,9	2,6	2,0	-6,6	-14,0
Espírito Santo	2,8	-4,3	-3,9	-16,2	-15,0
Amapá	12,2	1,3	-0,2	-12,4	-16,3
Brasil	8,0	3,6	-1,7	-8,6	-8,7

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

8.4 Análise do Comércio Varejista por Atividades

Pela análise desagregada de cada atividade que compõe o varejo nacional e cearense, observa-se que, desde 2015, os efeitos da crise macroeconômica afetaram as vendas do varejo nacional à exceção de apenas uma atividade, Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos que apresentou variação positiva. No estado do Ceará, três atividades ainda conseguiram registrar tal desempenho: Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; Tecidos, vestuário e calçados e Outros artigos de uso pessoal e doméstico.

Todavia, em 2016, nota-se uma acentuação da crise, com agravamento sobre o quadro de desemprego, redução da massa de salários, elevação do endividamento e escalada de

preços, o que afetou diretamente todos os setores do varejo nacional e local.

Os setores que apresentaram as maiores variações negativas no país foram: Livros, jornais, revistas e papelaria (-16,1%); Veículos, motocicletas, partes e peças (-14,0%); e Eletrodomésticos (-12,8%), para listar as maiores quedas. Enquanto isso, no varejo cearense, as maiores quedas foram observadas nos Eletrodomésticos (-28,2%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-21,6%) e em Material de construção (-21,4%).

Sete das treze atividades investigadas apresentaram queda superior no estado relativamente ao desempenho do país. Os Eletrodomésticos apresentaram uma diferença na queda de +15,4 p.p. contra o estado, seguido por Material de construção (+10,7 p.p.); Livros, jornais, revistas e papelaria (+5,5 p.p.); Móveis e eletrodomésticos (+5,1 p.p.); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+3,1 p.p.); Veículos, motocicletas, partes e peças (+2,7 p.p.) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+2,1 p.p.) (Tabela 8.3).

Tabela 8.3: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista por atividades – Brasil e Ceará – 2012 a 2016

Setores	Brasil					Ceará				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Móveis	11,9	-1,6	0,5	-16,5	-12,1	17,2	23,9	7,8	-8,0	-1,9
Hipermercados e supermercados	8,9	1,9	1,3	-2,6	-3,1	7,4	-0,5	2,4	-4,7	-2,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,4	1,9	1,3	-2,5	-3,1	7,5	-0,4	2,0	-5,2	-3,1
Tecidos, vestuário e calçados	3,5	3,4	-1,1	-8,6	-10,9	8,7	6,3	9,4	2,1	-3,3
Combustíveis e lubrificantes	6,9	6,3	2,6	-6,1	-9,2	22,3	12,2	9,8	-4,4	-4,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,3	10,1	9,0	3,0	-2,1	13,2	17,1	4,4	6,1	-5,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	7,0	6,9	-1,7	-1,8	-12,3	-23,6	-0,2	3,9	-25,1	-10,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	9,3	10,3	7,9	-1,3	-9,5	-1,6	3,1	15,3	0,4	-11,6
Veículos, motocicletas, partes e peças	7,3	1,5	-9,4	-17,8	-14,0	6,8	-8,1	-0,3	-18,2	-16,7
Móveis e eletrodomésticos	12,2	4,9	0,6	-14,1	-12,6	22,0	5,9	6,7	-10,8	-17,7
Material de construção	8,0	6,9	0,0	-8,4	-10,7	15,8	3,5	7,8	-6,4	-21,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	5,4	2,6	-7,7	-10,9	-16,1	-4,3	-1,5	-8,4	-11,7	-21,6
Eletrodomésticos	11,3	8,6	0,9	-13,0	-12,8	25,3	-3,6	5,8	-12,5	-28,2

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

8.5 Considerações Finais

Pela análise dos dados referentes às vendas do comércio nacional e cearense é possível concluir que a piora na conjuntura econômica se refletiu diretamente sobre a massa salarial do pessoal ocupado no varejo, afetando drasticamente as vendas tanto no varejo comum quanto no ampliado em diferentes níveis nos vários estados. Observa-se que todos os setores registraram variação negativa no último ano, fato esse nunca observado na história da pesquisa mensal do comércio.

9 COMÉRCIO EXTERIOR

Ana Cristina Lima Maia*

Colaboração:

Lilian de Sousa Pereira**

9.1 Balança Comercial

A Balança Comercial do estado do Ceará registrou déficit nos anos de 2012 e 2016. Nestes anos também se verificou saldo negativo na balança comercial da região Nordeste, conforme pode ser visto na Tabela 9.1.

No Ceará, o maior déficit foi registrado no ano de 2016, explicado pelo aumento das importações, que alcançaram o montante de US\$ 3,49 bilhões, maior valor observado no período de 2012 a 2016. As importações cearenses tiveram um comportamento diferenciado em 2016, pois nesse ano ocorreu um grande valor importado de máquinas e equipamentos, voltados para a instalação da siderúrgica, o que causou essa alta no valor das importações. Na região Nordeste, verificou-se uma redução tanto das exportações quanto das importações no ano de 2016, comparado ao ano de 2012, registrando também um menor déficit. Cabe notar que, em 2012, as exportações registraram o valor de US\$ 18,7 bilhões, caindo para US\$ 12,8 bilhões em 2016, significando uma redução de 31,7%.

Com relação ao Brasil, o saldo da balança comercial permaneceu positivo nos anos de 2012 a 2016, com exceção ao ano de 2014, quando apresentou o primeiro déficit após 13 anos de superávit. Em contrapartida, o ano de 2016 apresentou o maior superávit registrado na série histórica, em virtude da maior magnitude da queda das importações.

Em comum, tem-se que o Nordeste e o Brasil tiveram quedas em sua corrente de comércio que leva em conta a composição das exportações e importações. O Ceará, no entanto, obteve aumento na sua corrente de comércio, com o valor de US\$ 4,1 bilhões em 2012 para US\$ 4,78 bilhões em 2016, apresentando crescimento de 15,8% nesse período.

Tabela 9.1: **Balança Comercial – CE/NE/BR – 2012 – 2016(*)**

Descrição	2012			2016		
	Ceará	Nordeste	Brasil	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	1.267	18.773	242.578	1.294	12.814	185.235
Importação	2.864	26.007	223.183	3.490	17.540	137.552
Saldo	-1.597	-7.233	19.395	-2.196	-4.726	47.683
Corrente de Comércio	4.131	44.780	465.761	4.784	30.353	322.787

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE. (*) Valores em US\$ 1.000.000 FOB.

*Mestre em Economia Rural (MAER-UFC) e Assessora Técnica da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE

**Graduanda em Economia (UFC) e Estagiário da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

Ao analisar o comportamento da balança comercial ao longo dos anos de 2012 a 2016, verificou-se que o Ceará apresentou desempenho acima da região Nordeste e do Brasil, quando registrou taxa média de crescimento de 0,43% das exportações e 4,03% das importações. O Nordeste e o Brasil tiveram taxas médias negativas nesse mesmo período para as exportações, bem como para as importações. Com isso, a Corrente de Comércio do Ceará foi a que teve a melhor taxa média (2,98%), enquanto que para o Nordeste essa variação foi de -7,48% e para o Brasil (-7,07%) (Tabela 9.2).

Tabela 9.2: **Taxa média de Crescimento da Balança Comercial – CE/NE/BR – 2012 – 2016**

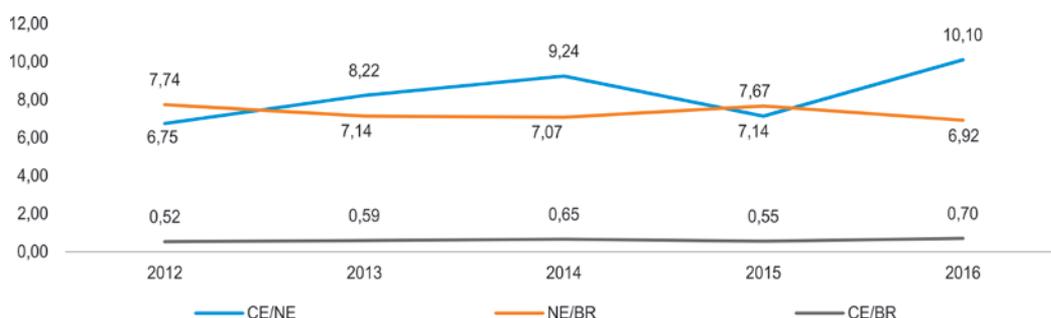
Descrição	Crescimento (%) 2012-2016		
	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	0,43	-7,35	-5,25
Importação	4,03	-7,58	-9,23
Corrente de Comércio	2,98	-7,48	-7,07

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

A participação das exportações cearenses em relação à brasileira apresentou ganho em 2013 e 2014. Porém, em 2015, voltou ao patamar próximo de 2012. Já em 2016 a participação aumentou mais intensamente, atingindo o percentual de 0,70% (Gráfico 9.1)

Já a participação das exportações cearenses em relação ao Nordeste registrou a mesma trajetória, com aumento nos anos de 2013 e 2014, queda em 2015, alcançando seu máximo em 2016, com participação de 10,10%.

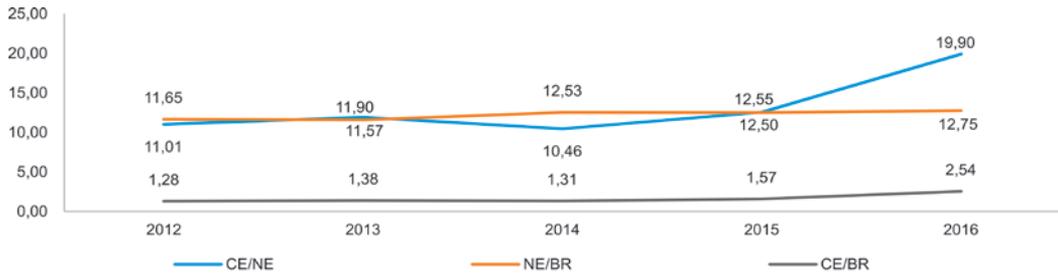
Gráfico 9.1: **Evolução da Participação (%) das Exportações – CE/NE/BR – 2012 - 2016**



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

As importações cearenses também apresentaram ganho de participação em relação às importações brasileiras, conforme apresentado no Gráfico 9.2. Em 2012, a participação era de 1,28%, passando para 2,54% em 2016, quase o dobro da participação de 2012.

Em relação à participação das importações cearenses em relação ao Nordeste, verificou-se um ganho ainda maior, passando de 11,01%, em 2012, para 19,9%, em 2016. Portanto, as importações cearenses representam quase um quinto do total das importações do Nordeste.

Gráfico 9.2: **Evolução da Participação (%) das Importações – CE/NE/BR – 2012 – 2016**

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

9.2 Exportações por Produtos

O grupo de calçados se destacou como principal produto da pauta de exportação cearense, tanto em 2012 como em 2016, com participação de 26,73% e 22,47%, respectivamente. Calçados e suas partes respondem por mais de um quinto de tudo que é exportado pelo estado do Ceará. Nos cinco anos observados verifica-se queda gradual no valor exportado, com exceção do ano de 2016, quando se observou crescimento em relação a 2015. Porém, o valor das exportações de calçados apresentou queda de 14,1% em 2016, relativamente a 2012.

Com o início das exportações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) no segundo semestre de 2016, a pauta exportadora cearense experimentou uma grande mudança, passando os produtos metalúrgicos a integrar o ranking dos principais produtos exportados pelo Ceará. Sendo assim, em 2016, os Produtos Metalúrgicos aparecem como o segundo principal produto exportado, representando 15,23% do total exportado pelo estado, contra 2,59% em 2012. No período de 2012 a 2016, o Ceará aumentou em 499,79% às exportações de produtos metalúrgicos, encerrando o ano de 2016 com valor de US\$ 197,1 milhões.

Couros e peles continuam como um dos principais produtos exportados pelo Ceará, ocupando o terceiro lugar no ranking de 2016, embora venha apresentando queda no valor exportado sucessivamente nos cinco anos observados, com exceção do ano de 2014, quando registrou o valor de US\$ 218,2 milhões. Couros e Peles perderam participação na pauta, caindo de 16,27%, em 2012, para 11,26% em 2016, enquanto o valor exportado desse segmento sofreu redução de 29,34%.

Tabela 9.3: **Principais Produtos Exportados pelo Ceará – 2012 – 2016(*)**

Principais produtos	2012		2016		Var% (2016/2012)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Calçados e suas partes	338.648.951	26,73	290.800.034	22,47	-14,13
Produtos Metalúrgicos	32.870.245	2,59	197.152.711	15,23	499,79
Couros e Peles	206.179.451	16,27	145.690.821	11,26	-29,34
Castanha de caju	148.575.140	11,73	103.206.128	7,97	-30,54
Frutas	108.391.032	8,56	99.378.636	7,68	-8,31
Produtos Ind. de Alim. e Beb.	73.525.653	5,80	87.985.593	6,80	19,67
Máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos.	17.095.748	1,35	69.840.222	5,40	308,52
Ceras Vegetais	66.842.620	5,28	56.286.195	4,35	-15,79
Combustíveis minerais	18.759.585	1,48	51.131.202	3,95	172,56
Têxteis	72.854.456	5,75	48.742.523	3,77	-33,10
Demais produtos	183.219.629	14,46	143.921.638	11,12	-21,45
Ceará	1.266.962.510	100,00	1.294.135.703	100,00	2,14

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Dos cinco principais produtos exportados pelo Ceará no período de 2012 a 2016, o que mais sofreu em termos relativos, foi a Castanha de caju que perdeu participação em 2016, caindo para 7,9%, além de uma queda no valor das exportações equivalente a 30,5%. Essa redução está relacionada com a baixa produção de castanha tanto no Ceará, como em outros estados, tendo muitas vezes que importar para abastecer as empresas beneficiadoras desse produto.

As exportações de frutas vinham em ritmo de crescimento de 2012 a 2015. No entanto, a crise hídrica do estado afetou as exportações desses produtos em 2016. A participação das exportações de frutas diminuiu, passando de 8,56% em 2012 para 7,68% em 2016, enquanto suas exportações caíram 8,31% entre 2012 e 2016.

Em termos de variação, o grupo de Máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos (308,5%), Combustíveis minerais (172,5%) e Produtos da Indústria de Alimentos e Bebidas (19,6%) foram os que mais cresceram em 2016, quando comparados a 2012. Considerando os principais itens comercializados, observou-se que os dez primeiros grupos responderam, em 2016, por 88,9% do total destinado ao exterior, demonstrando uma grande concentração na cesta de produtos exportados.

9.3 Exportações por Países de Destino

Nos anos de 2012 e 2016, os Estados Unidos continuaram sendo o principal destino para as exportações cearenses, respondendo por um pouco mais de um quinto do total exportado em ambos os períodos (23,6% e 23,3 respectivamente). Dentre os principais produtos vendidos para os EUA em 2016, destacam-se Castanha de caju, Sucos de frutas, Calçados e suas partes e Ceras vegetais.

Nos anos de 2012 e 2016 houve algumas mudanças no quadro dos principais países para onde se destinam os produtos cearenses. Em 2012, no ranking dos dez principais países a China (4º) e Hong Kong (10º) participaram com 5,3% e 2,9%, respectivamente, do total das exportações cearenses. Ao longo dos cinco anos observados, China e Hong Kong vinham diminuindo suas exportações, reduzindo, conseqüentemente, suas participações que em 2016 foram de apenas 2,56% e 0,84% respectivamente, não entrando no ranking dos principais destinos das exportações do estado.

As exportações cearenses para México, Turquia e Tailândia tiveram um resultado contrário ao que ocorreu com os citados acima, ou seja, aumentaram suas compras, ampliando assim suas participações, para 4,14%, 4,0% e 2,84%, respectivamente. Vale ressaltar que esses países não apareciam entre os dez principais em 2012.

No ano de 2012, em torno de 67,43% de todas as exportações cearenses foram destinadas a dez países, no qual os EUA foi o que apresentou maior participação, enquanto Hong Kong o que deteve menor participação (2,9%). Já em 2016, os dez principais destinos das exportações cearenses responderam por 67,59%, ficando levemente mais concentrada. Os Estados Unidos continuam como principal destino e a Tailândia com a menor participação (2,75%) (Tabela 6.4).

Tabela 9.4: Principais Destinos das Exportações do Ceará – 2012 – 2016 (*)

Principais países	2012		2016		Var% (2016/2012)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Estados Unidos	299.150.343	23,61	301.633.199	23,31	0,83
Argentina	116.443.951	9,19	119.327.169	9,22	2,48
Alemanha	43.936.613	3,47	91.241.121	7,05	107,67
Países Baixos (Holanda)	105.686.126	8,34	68.720.947	5,31	-34,98
Hungria	45.479.447	3,59	57.029.883	4,41	25,40
México	30.257.320	2,39	53.528.419	4,14	76,91
Turquia	6.148.185	0,49	51.825.482	4,00	742,94
Itália	45.371.102	3,58	48.292.900	3,73	6,44
Reino Unido	57.165.162	4,51	46.337.649	3,58	-18,94
Tailândia	6.695.268	0,53	36.756.259	2,84	448,99
Demais países	510.628.993	40,30	419.442.675	32,41	-17,86
Ceará	1.266.962.510	100,00	1.294.135.703	100,00	2,14

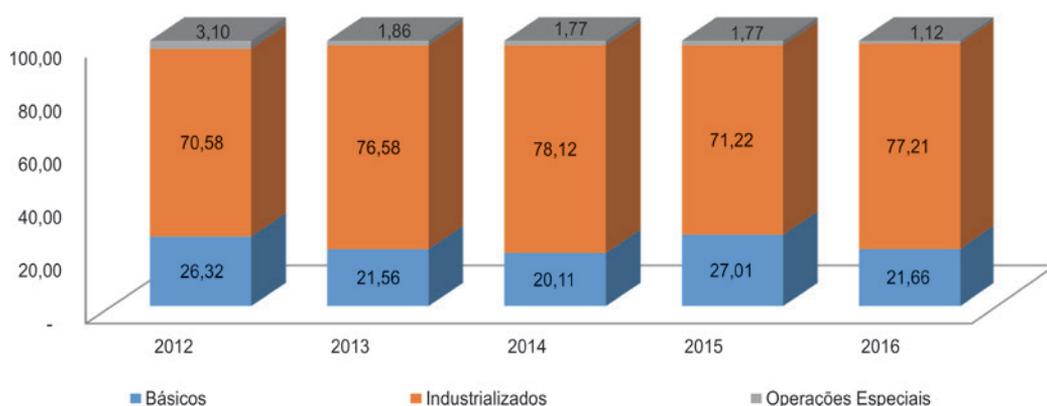
Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

9.4 Exportações por Fator Agregado

As exportações cearenses de produtos industrializados representaram, em 2012, 70,58% do total da pauta de exportações. Já em 2016, houve um incremento nas exportações de produtos industrializados, alcançando uma participação de 77,21% do total exportado.

Com relação às exportações cearenses de produtos básicos, observou-se uma queda na participação de 2012 para 2013, passando de 26,3% de participação para 21,56%. Esta trajetória de queda continuou em 2013 e 2014, somente em 2015 é que reverte essa trajetória, chegando a participação de 21,66%, em 2016 (Gráfico 9.3).

Gráfico 9.3: Exportações por Fator Agregado – Ceará – 2012 – 2016



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

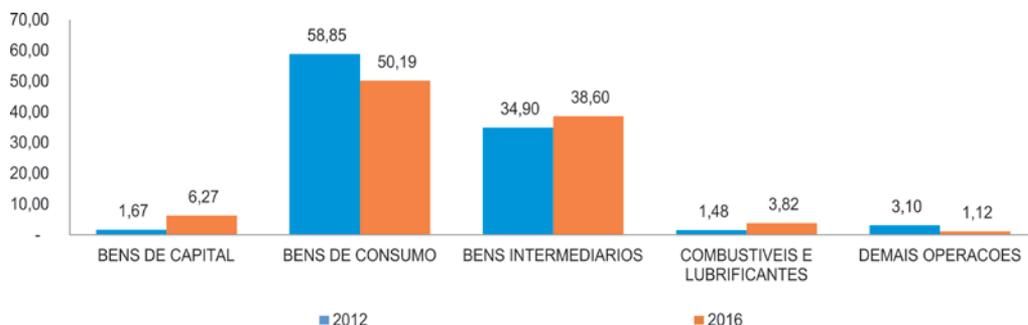
9.5 Exportações por Setores de Contas Nacionais

As exportações cearenses são predominantemente de Bens de Consumo, embora venha perdendo participação. Em 2012 quase 60% das exportações foram dessa categoria, mas

em 2016 essa participação caiu para 50,19%.

Os setores de Bens de Capital e Bens Intermediários no Ceará tiveram um ganho em suas participações no total das exportações, passando de 1,67% e 34,9% em 2012, para 6,27% e 38,6% em 2016, respectivamente. O setor de Combustíveis e Lubrificantes também aumentou a participação (Gráfico 9.4).

Gráfico 9.4: **Exportações por Setores de Contas Nacionais - Ceará - 2012 e 2016**



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE

9.6 Importações por Produtos

A pauta de importação cearense de 2016 foi liderada pelo grupo de Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes, com valor de US\$ 1,68 bilhão, com participação de 48,28%, respondendo assim por quase metade das importações do estado. Comparando o ano de 2016 com 2012, as importações desses produtos aumentaram 224,16%.

Combustíveis minerais permaneceram em 2016 como um dos principais produtos importados pelo Ceará. Em 2012 era o segundo no ranking participando com 13,7%, em 2016 passou a participar com 14,2%. Esse grupo apresentou variação positiva nas importações em 2016, com crescimento de 25,76%, comparado com 2012.

Em 2016, o item Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes ocupava o quarto lugar no ranking dos produtos importados pelo Ceará, com participação de 11%, representando US\$ 314,9 milhões. Em 2016, o item registrou o valor de US\$ 333,9 milhões, crescendo 6,04%, em comparação com 2012.

Com relação ao crescimento das importações cearenses nos anos de 2012 para 2016, podemos observar que dos dez principais produtos importados pelo estado, quatro produtos tiveram crescimento positivo, os três mais importados já mencionados acima e os Produtos da Indústria Química (2,7%).

Dentre os principais produtos importados, os que apresentaram maiores recuos nos valores importados entre 2012 e 2016, foram os Produtos Metalúrgicos (-75,5%), que passaram de US\$ 472,9 milhões de importações em 2012, para US\$ 115,9 milhões em 2016. Em seguida, vem a importação de Vidros e suas obras (-24,47%) e os Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (-17,7%) (Tabela 9.5).

Tabela 9.5: Principais produtos Importados pelo Ceará – 2012 – 2016(*)

Principais produtos	2012		2016		Var % (2016/2012)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, e suas partes	519.741.816	18,15	1.684.815.377	48,28	224,16
Combustíveis minerais	393.979.002	13,76	495.451.461	14,20	25,76
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	314.928.336	11,00	333.959.132	9,57	6,04
Cereais	232.159.857	8,11	219.492.416	6,29	-5,46
Produtos Ind. Química	189.785.320	6,63	194.928.402	5,59	2,71
Têxteis	158.148.735	5,52	132.276.485	3,79	-16,36
Produtos Metalúrgicos	472.940.888	16,51	115.907.262	3,32	-75,49
Plásticos, Borrachas e suas obras	75.861.080	2,65	69.005.262	1,98	-9,04
Veículos automóveis, tratores, ciclos e	25.981.811	0,91	21.393.210	0,61	-17,66
Vidro e suas obras	24.377.567	0,85	18.412.217	0,53	-24,47
Demais produtos	456.352.199	15,93	204.235.300	5,85	-55,25
Ceará	2.864.256.611	100,00	3.489.876.524	100,00	21,84

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

9.7 Importações por País de Origem

Dentre os principais países dos quais o Ceará importou, a Coreia do Sul foi o país que mais vendeu para o Ceará em 2016, com participação de 36% no total importado, registrando o valor de US\$ 1,2 bilhão. Em 2012, esse país participou com apenas 2,3% do total das importações. O crescimento das compras provenientes da Coreia do Sul foi de 1801% em quatro anos. Os principais produtos importados desse país foram: Reatores Nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes, representando 79,14% do total importado deste país e Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes representando 18,6%.

A China foi o segundo país de onde o estado mais importou em 2016, participando com 27,6% do total importado pelo Ceará em 2012, caindo para 14,87%, em 2016. O valor importado desse país registrou redução de 34,42% nesses quatro anos, passando de US\$ 791,2 milhões, em 2012, para US\$ 518,9 milhões em 2016 e 34,42% (Tabela 9.6).

Além da Coreia do Sul, mais quatro países entraram no ranking dos principais de onde o Ceará importa, foram eles: Áustria (5º), Espanha (8º) e Austrália (10º). Em 2016, juntos esses quatro países participaram com 45,7% do total importado pelo estado, enquanto em 2012 esses países participaram, conjuntamente, com apenas 7%. Os principais produtos importados desses países em 2016 foram: Reatores Nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes (da Áustria e Espanha) e da Austrália: Combustíveis minerais.

Dos dez principais países que o Ceará importou em 2016, apenas Argentina (-46,3%), Estados Unidos (-6,2%) e China (-34,42) tiveram o valor de suas importações reduzidas, relativamente a 2012. Em consequência, perderam posição no ranking.

As importações cearenses cresceram 21,8% em quatro anos. Em 2012, os dez principais países de onde o Ceará importou participaram com 62% do total importado, aumentando essa participação em 2016 para 83,7%, ampliando, portanto, a concentração.

Tabela 9.6: **Principais Origens das Importações do Ceará – 2012 – 2016(*)**

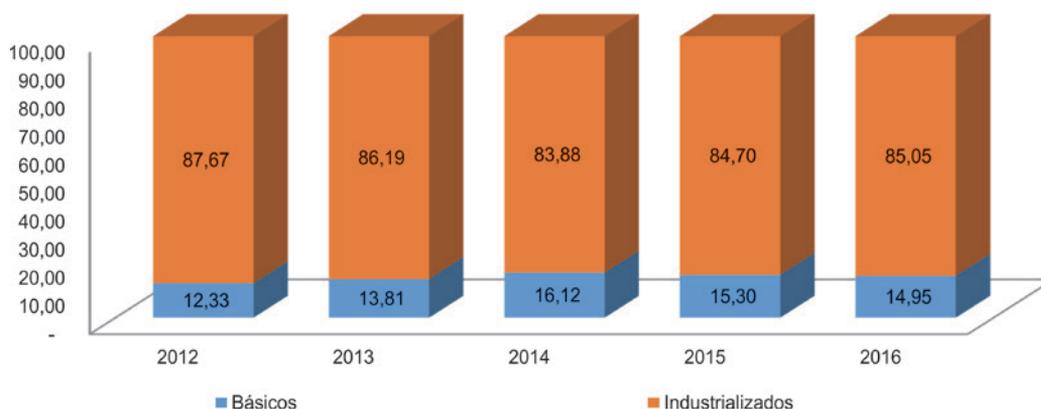
Principais países	2012		2016		Var% (2016/2012)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Coreia do Sul	66.180.405	2,31	1.258.662.839	36,07	1.801,87
China	791.210.664	27,62	518.912.616	14,87	-34,42
Estados Unidos	272.847.996	9,53	255.790.389	7,33	-6,25
Alemanha	92.402.252	3,23	201.709.800	5,78	118,30
Áustria	44.037.380	1,54	163.783.380	4,69	271,92
Colômbia	99.036.725	3,46	135.841.067	3,89	37,16
Argentina	251.036.922	8,76	134.783.880	3,86	-46,31
Espanha	49.092.695	1,71	104.006.153	2,98	111,86
Nigéria	68.576.738	2,39	80.319.683	2,3	17,12
Austrália	41.807.690	1,46	68.636.742	1,97	64,17
Demais países	1.088.027.144	37,99	567.429.975	16,26	-47,85
Ceará	2.864.256.611	100,00	3.489.876.524	100,00	21,84

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

9.8 Importações por Fator Agregado

Em 2012, as importações do Ceará de produtos industrializados representaram 87,67%, do total das importações, já em 2016, houve um decréscimo nas importações desses produtos, passando para 85,05% do total importado. A média dos anos de 2012 a 2016 das importações cearenses de produtos industrializados ficou em torno de 85,5% no período.

Com relação às importações cearenses de produtos básicos, verificou-se um aumento de participação de 2012 para 2014, passando de 12,3% para 16,1%. Já em 2016, houve uma pequena queda na participação das importações desses produtos, passando para 14,95% em 2016 (Gráfico 9.5).

Gráfico 9.5: **Importações por Fator Agregado - Ceará - 2012 e 2016**

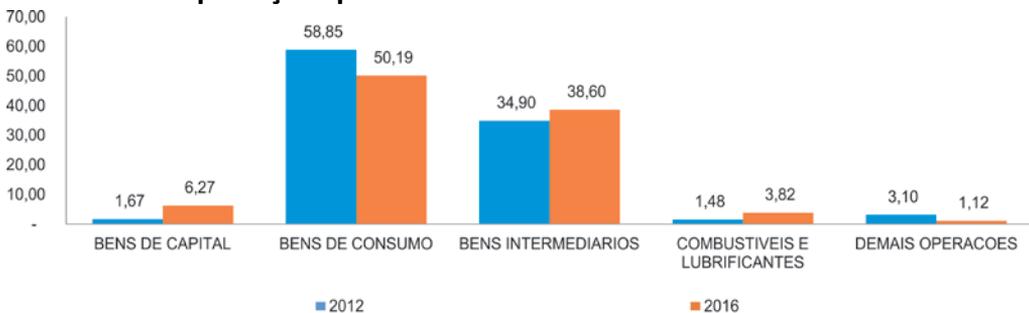
Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

9.9 Importações por Setores de Contas Nacionais

Na análise das importações quanto aos setores das contas nacionais, os Bens Intermediários foram os que tiveram maior participação em 2012 (48,95%), Bens de capital representaram 32,14%, Combustíveis e lubrificantes participou com 12,08% e Bens de consumo 6,82%.

Em 2016, o Ceará importou mais Bens de capital, com participação de 57,78%, indicando que o estado realizou elevados investimentos em capital nesse ano. Os Bens intermediários registraram 25,73% de participação, bem inferior à participação de 2012. Também foram verificadas diminuições de participações nas importações de Bens de Consumo e lubrificantes (Gráfico 9.6).

Gráfico 9.6: Importações por Setores de Contas Nacionais – Ceará – 2012 e 2016



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

9.10 Considerações Finais

As exportações e importações cearenses, ao longo do período analisado, registraram crescimento, ao passo que as exportações e importações nacionais e nordeste apresentaram queda. Em 2016, as exportações do Ceará representaram 0,7% do total brasileiro e 10,1% do total do Nordeste. Já as importações cearenses participaram com 2,54% do total nacional e 19,9% do total do Nordeste.

As exportações de calçados lideraram a pauta cearense nos anos de 2012 a 2016. O grande destaque foram as exportações de produtos metalúrgicos que cresceram 499,8% de 2012 para 2016, passando a ocupar o segundo lugar da pauta cearense. Por outro lado, as exportações de produtos tradicionais cearense, a maioria, registraram queda, principalmente os seguintes produtos: calçados, couros e peles, castanha de caju, frutas frescas, têxteis e ceras vegetais.

Estados Unidos e Argentina continuam sendo os principais destinos das exportações cearenses. Países como México, Turquia e Hungria passaram a ter maior representatividade na pauta de países de destino.

Com relação às importações verificou-se que as compras externas de reatores nucleares, caldeiras e máquinas mais que duplicaram de valor no período de 2012 para 2016. A importação de máquinas e equipamentos também cresceu nesse período. Com isso, a participação de bens de capital nas importações cearenses em 2016 foi de aproximadamente 60%. Dessa forma, pode-se dizer que as empresas do Ceará, nesses últimos anos, realizaram elevados investimentos em bens de capital.

10 MERCADO DE TRABALHO E EFEITOS NO CRESCIMENTO POTENCIAL NA ECONOMIA DO CEARÁ

Daniel Suliano*

Colaboração:

Matheus dos Santos Carvalho**

10.1 Introdução

Nesse capítulo, será analisado o fator de produção trabalho a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹. De acordo com o IBGE (2014), a PNAD Contínua faz parte do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que constitui um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares que visa executar e analisar a disseminação dos resultados de diversas pesquisas de forma coordenada².

Ressalte-se que a PNAD Contínua atende as recomendações metodológicas e conceituais da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSC) e da Organização Internacional do trabalho (OIT) de forma a produzir estatísticas de âmbito conjuntural relativas à Força de Trabalho para o país e as unidades federativas.

A PNAD Contínua teve início em 2012 em substituição a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no que tange às estatísticas do mercado de trabalho. Ao substituir a PME e a PNAD, a PNAD Contínua ampliou os resultados das duas pesquisas na medida em que abrange todo o território nacional e disponibiliza informações periódicas. Nesse contexto, a pesquisa visa produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução a médio e longo prazo da Força de Trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do país.

A população alvo da PNAD Contínua é constituída por pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes de vinte Regiões Metropolitanas (RM), a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina, cinco capitais e o Distrito Federal. O tama-

* Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

** Graduando em Economia (UFC) e Estagiário da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

¹ Para mais detalhes da PNAD Contínua ver IPECE (2017).

² Além da PNAD Contínua, o SIPD conta atualmente com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

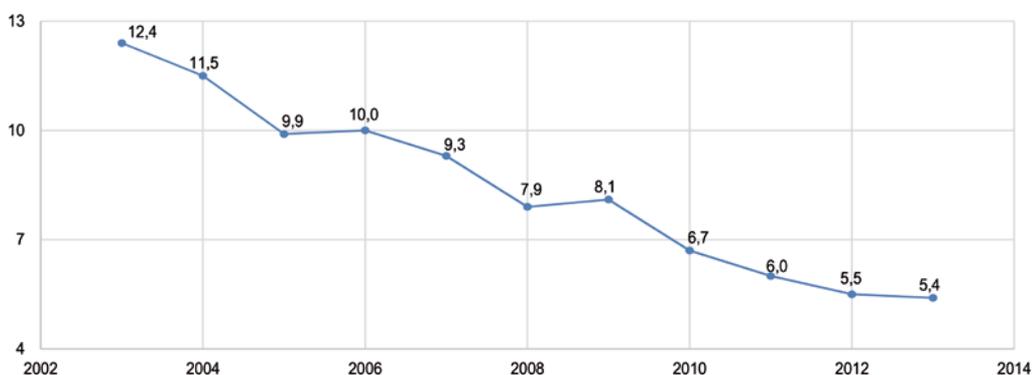
nho da amostra é de, aproximadamente, 211.344 domicílios particulares permanentes.

10.2 Demografia e Mercado de Trabalho

A mudança demográfica em curso no país tem reflexos diretos nas variáveis que fazem parte do Mercado de Trabalho. Como já dito acima, a PNAD Contínua inicia sua coleta de dados no ano de 2012, o que impossibilita o acompanhamento de uma série histórica maior no Ceará.

Por outro lado, o Gráfico 10.1 a seguir apresenta a evolução da Taxa de Desocupação (TD) do Brasil com base nos dados da PME, o que permite analisar a pressão no Mercado de Trabalho nacional ao longo da década de 2000 e sua transição para a década atual, quando teve início a PNAD Contínua.

Gráfico 10.1: **Evolução da Taxa de Desocupação – 2003/2013 – Brasil**

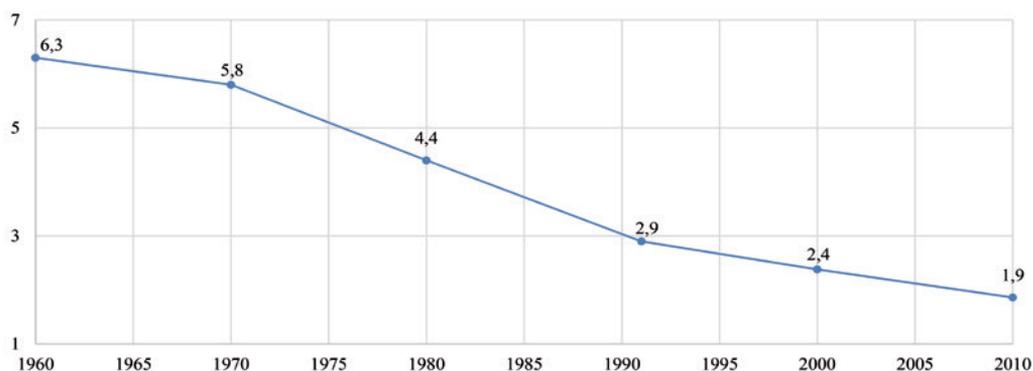


Fonte: IBGE/PME. Elaboração: IPECE.

Os dados da Gráfico 10.1 revelam que o Brasil atingiu a mínima histórica do desemprego no ano de 2013, o que também indica ser condizente com os dados da PNAD Contínua na seção seguinte no início do levantamento da pesquisa. Quando a Taxa de Desemprego chega a um valor mínimo da série histórica a economia encaminha-se para o regime de pleno emprego.

Parte deste comportamento do Mercado de Trabalho deve ser analisado sob a luz da questão demográfica. Para tanto, em complemento a análise, o Gráfico 10.2 a seguir apresenta a evolução da Taxa de Fecundidade do Brasil com base nos censos demográficos. Similar ao padrão observado nos países industrializados e urbanizados é clara a tendência de queda do indicador nacional nos últimos cinquenta anos.

Seguindo essa tendência, é evidente o processo de transição demográfica no qual o país irá passar nas próximas décadas. De acordo com Giambiagi (2017), a tendência ao envelhecimento gradativo da população, indo desde os países desenvolvidos até nações em desenvolvimento, ocorre em razão do menor número de filhos das mulheres comparativamente às práticas do passado.

Gráfico 10.2: **Evolução da Taxa de Fecundidade – 1960/2010 – Brasil**

Fonte: IBGE/Censos demográficos. Elaboração: IPECE.

Lisboa e Lima (2016) chamam a atenção que o Brasil passou por uma rápida transição demográfica tendo, neste contexto, não aproveitado o seu bônus demográfico, período em que há uma maior participação de trabalhadores na população total, para, assim, aumentar a geração de renda por meio de maior produtividade e acumulação de capital, diferentemente do caso dos países desenvolvidos.

No âmbito do mercado de trabalho, a queda da Taxa de Fecundidade é a menor Oferta de Trabalho e, por conseguinte, a redução do ritmo de crescimento da População em Idade de Trabalho (PIT). Nesses termos, uma economia que se encontra ou está a caminho do pleno emprego terá problemas na geração de novas ocupações em razão do estrangulamento da sua Oferta de Mão de Obra. Dada a Demanda de Trabalho, o resultado líquido será um baixo estoque do crescimento das ocupações considerando que os trabalhadores terão incentivos de aumentar a rotatividade entre os postos de trabalho.

Ademais, estimativas de Castro Souza (2013) para o crescimento médio do PIB nacional com base no crescimento médio do produto potencial revelam que após a extraordinária taxa de crescimento do PIB em 2010 a economia brasileira começava a operar próximo ao PIB potencial. Em situações desse tipo, a demanda por bens e serviços excede o produto potencial que, por sua vez, eleva a demanda por trabalhadores passando a exercer pressão nos salários. Finalmente, salários mais elevados pressionam preços, ocasionando inflação.

Giambiagi e Schwartzman (2014) a partir dos dados da PME mostram que neste período onde o desemprego atingia a mínima histórica, o intenso aquecimento do Mercado de Trabalho com salários crescendo acima da produtividade, alta dos custos no setor produtivo e aumento da demanda por bens e serviços além da capacidade de oferta da economia geraram elevação generalizada dos preços e, portanto, inflação.

10.3 Comportamento da Oferta Potencial de Trabalhadores

Como já descrito acima, o cenário no qual se inicia a presente análise se dá em um momento de mercado de trabalho aquecido, com desemprego próximo a sua taxa natural. A longa série histórica da PME e as evidências apresentadas na seção anterior permite conjecturar que entre 2012 e 2013 diversos fatores, principalmente aqueles ligados a demografia, aproximaram a economia brasileira do pleno emprego.

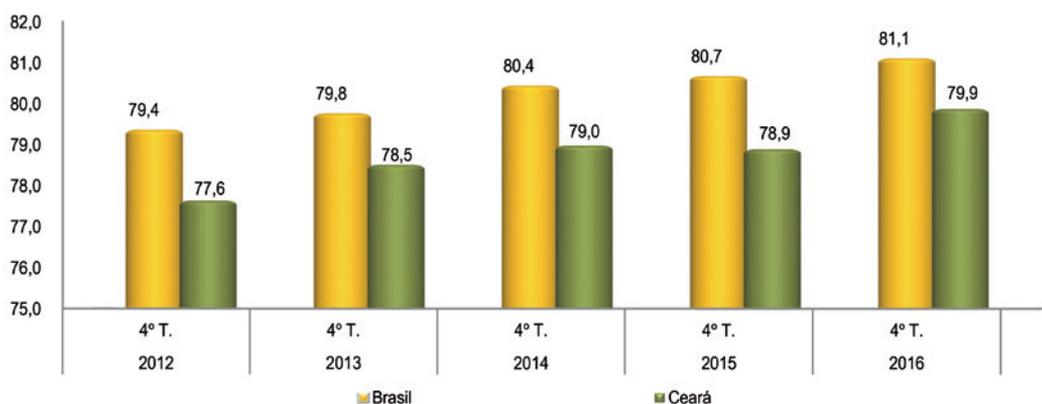
Por outro lado, como a PNAD Contínua se inicia em 2012, outras dimensões para se medir o desemprego bem como sua relação com seu desemprego estrutural são fundamentais na análise da pesquisa.

Adicionalmente, de acordo com o Comunicado de agosto de 2015 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos³ (CODACE), foi identificado a ocorrência de um pico no ciclo de negócios brasileiro no primeiro trimestre de 2014. Como enfatizado pelo Comitê, o pico representa o fim de uma expansão econômica que durou 20 trimestres (entre o segundo trimestre de 2009 e o primeiro trimestre de 2014) sinalizando a entrada do país em uma recessão a partir do segundo trimestre de 2014.

Portanto, dados da PME conjugado ao Comunicado do CODACE evidenciam que o início da coleta de dados da PNAD Contínua dar-se-á em um contexto de demanda agregada pressionada e mercado de trabalho aquecido, diferentemente do final do período no qual se encerra a análise, onde observar-se-á desemprego elevado e identificação, de acordo novamente com o Comunicado do CODACE de outubro de 2017, de um vale, representando o fim da recessão, que teve duração de 11 trimestres, e entrada do país em um período de expansão a partir do primeiro trimestre de 2017.

Em que pese todos esses fatores, inicialmente a análise dar-se-á a partir da Oferta Potencial de Trabalhadores⁴, que se encontra disponível na Gráfico 10.3 a seguir utilizando dados da PNAD Contínua com base no último trimestre de cada ano. Como pode ser observado, Ceará e Brasil encontram-se ainda na etapa do Bônus Demográfico na medida em que a População em Idade de Trabalhar (PIT) expande-se mais velozmente que a População Total (PT).

Gráfico 10.3: **Oferta Potencial de Trabalhadores – 2012/2016 – Brasil e Ceará**



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

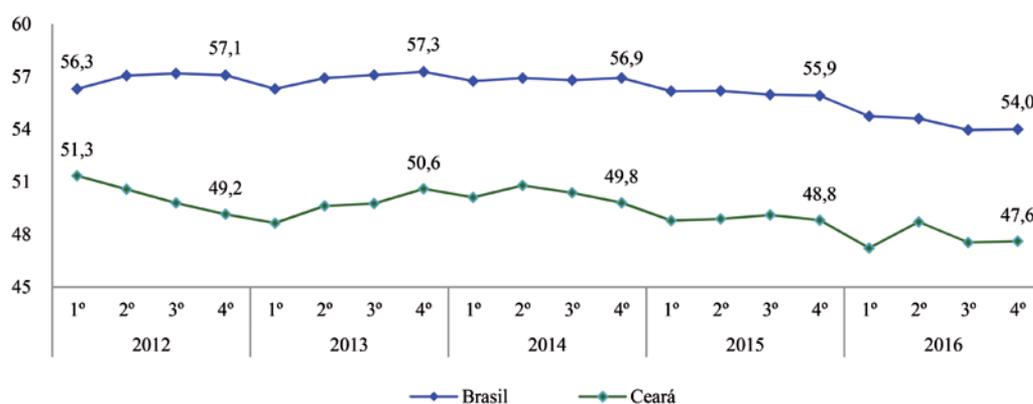
³ O CODACE é um comitê independente criado em 2008 com a finalidade de determinar uma cronologia de referência para os ciclos econômicos brasileiros, estabelecida pela alternância entre datas de picos e vales no nível da atividade econômica. A datação de ciclos vem sendo realizada pelo Comitê com base em estatísticas econômicas expressas em nível, ou seja, cada ponto de máximo local (pico) do ciclo equivale ao final de um período de expansão, que será seguido, no trimestre seguinte, pelo início de uma recessão; cada ponto de mínimo local (vale) equivale ao trimestre final de uma recessão, a ser seguido, no trimestre seguinte, pelo início de uma expansão econômica. O ciclo econômico expresso em nível é também conhecido como ciclo de negócios (business cycle). O Comitê é formado por sete membros com notório conhecimento em ciclos econômicos.

⁴ Ver Anexo com um glossário para o conceito de Oferta Potencial de Trabalhadores e outras terminologias utilizadas para o Mercado de Trabalho.

De acordo com os resultados observados, a Oferta Potencial de Trabalhadores do Ceará nesse período de quatro anos que vai do último trimestre de 2012 ao último trimestre de 2016, evoluiu de 77,6% para 79,9%, enquanto que nesse mesmo período no Brasil saiu de 79,4% para 81,1% – crescimento de 2,3 pontos percentuais (p.p.) e 1,7 pontos percentuais (p.p.), respectivamente. Adicionalmente, destaca-se que o ano de 2016 encerrou com uma Oferta Potencial de Trabalhadores do Brasil 1,2 p.p. acima do Ceará.

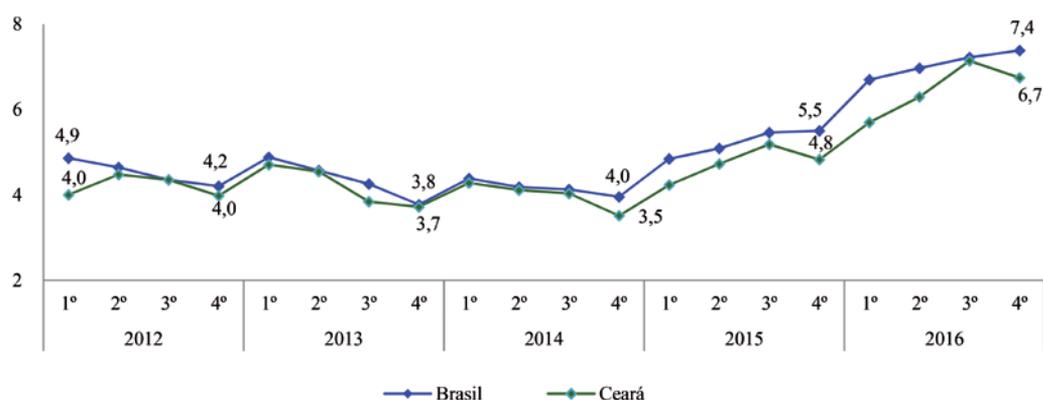
Em complemento a essa análise, o Gráfico 10.4 apresenta dados da evolução do Nível de Ocupação (NO), enquanto a Gráfico 8.5 mostra a evolução do Nível de Desocupação (ND) também para os dados do último trimestre de cada ano, semelhante aos dados do Gráfico anterior. Ressalta-se que ambas as variáveis são medidas com base na População em Idade de Trabalhar (PIT).

Gráfico 10.4: **Nível de Ocupação (NO) – 2012/2016 – Brasil e Ceará**



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Gráfico 10.5: **Nível de Desocupação (ND) – 2012/2016 – Brasil e Ceará**



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Em primeiro lugar, pode-se observar que a trajetória do Nível de Ocupação e do Nível de Desocupação em 2012 e em 2013 segue comportamento e tendência semelhante aos dados da PME revelando, portanto, que o mercado de trabalho tanto em âmbito nacional

como local, com base nos dados da PNAD Contínua, ainda encontrava-se pressionado. Adicionalmente, se observamos a evolução das séries, em particular a do Gráfico 10.5, o indicativo é de que já começa a se desenhar um maior crescimento da desocupação, principalmente para o Brasil.

De fato, observando a evolução da série a partir a partir do último trimestre de 2014 e primeiro trimestre de 2015 o crescimento do Nível de Desocupação se torna mais intenso a partir de então. Como visto acima, o CODACE havia registrado a entrada do país em uma recessão a partir do segundo trimestre de 2014, embora o recrudescimento dos desocupados se intensifique dois trimestres depois. Essas evidências corroboram com a literatura econômica, que associa hiato do produto com a taxa de desemprego [Okun (1962)]. Adicionalmente, estimativas nacionais, como de Gouveia e Feistel (2015), corroboram os resultados originais de Okun (1962) para a economia brasileira na medida em que o desemprego não responde automaticamente a queda da atividade econômica.

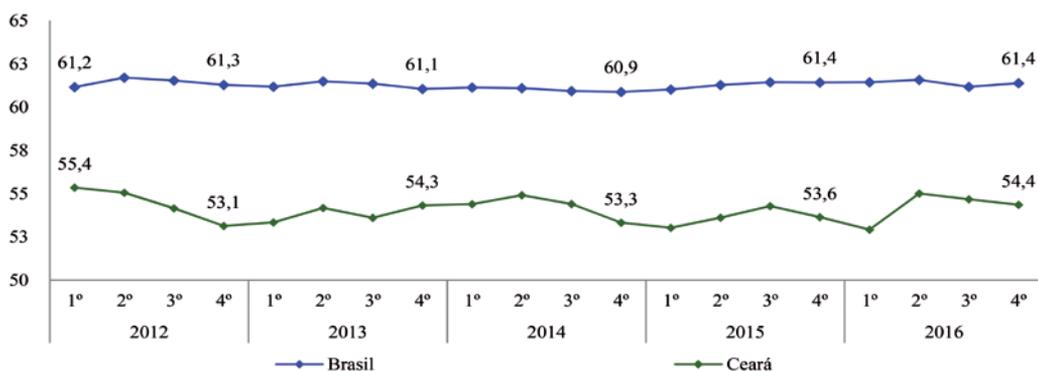
Por sua vez, também é importante destacar que o Nível de Ocupação do Ceará foi reduzido 3,7 p.p. no período de quatro anos, que vai do último trimestre de 2012 ao último trimestre de 2016, enquanto o Nível de Desocupação aumentou 2,7 p.p. Portanto, o aumento dos desocupados a partir da População em Idade de Trabalho (PIT) do estado do Ceará foi de 1,0 p.p. nesse intervalo de quatro anos.

10.4 Evolução da Oferta Efetiva do Trabalho e da Força de Trabalho

Os resultados do Gráfico 10.3 acima indica que a Oferta Potencial de Trabalhadores é resultante de variáveis de cunho demográfica e, portanto, independente da dinâmica do Ciclo de Negócios da economia e das forças de oferta e demanda de trabalhadores que equilibram o mercado de trabalho.

No Gráfico 10.6 a seguir é apresentada a evolução da Taxa de Participação (TP), também denominada de Taxa de Atividade, indicador que mede a Oferta Efetiva de Trabalhadores em relação ao contingente populacional que estar apto a trabalhar – razão entre a Força de Trabalho (FT) e a População em Idade de Trabalho (PIT). Um olhar mais atento sob a Gráfico 10.6 permite três considerações.

Gráfico 10.6: **Evolução da Taxa de Participação – 2012/2016 – Brasil e Ceará**



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Inicialmente observa-se que a Atividade tanto do Brasil com do Ceará embora tenham crescido, não apresentaram variação substancial ao longo da série histórica. De forma mais específica, destaca-se que para o estado do Ceará do último trimestre de 2012 ao último trimestre de 2016, a TP do Ceará variou de 53,1% para 54,4% (aumento de 1,3 p.p.); ou seja, crescimento muito semelhante ao 1,0 p.p. do aumento dos desocupados visto acima.

Em segundo lugar, resumidamente pode-se dizer que esse pequeno aumento da Atividade cearense é resultado de dois fatores: i) destruição de empregos que reduziu o número de ocupados (3,7 p.p.); ii) maior fluxo de pessoas desocupadas a procura por emprego (2,7 p.p.). Parte desse resultado pode também ser consequência da maior Oferta Potencial de Trabalhadores por conta do Bônus Demográfico, na medida em que mais trabalhadores passam a serem incrementados ao Mercado de Trabalho elevando de forma vegetativa o quantitativo de desocupados, na hipótese de ausência de crescimento de ocupações capaz de não absorver os novos entrantes.

Finalmente, destaca-se a existência de um gap entre Taxa de Participação do Brasil e a Taxa de Participação do Ceará. Nesta série histórica encerrada no último trimestre de 2016 essa diferença foi de 7,0 p.p. Por sua vez, é importante ressaltar que essa diferença chegou a ser de 5,8 p.p. no último trimestre de 2012.

Nessa diferença de 7,0 p.p. deve-se descontar 1,2 p.p. em razão da maior Oferta Potencial de Trabalhadores do Brasil com relação ao estado em razão do maior efeito do Bônus Demográfico. A diferença restante de 5,8 p.p. pode vir a ser explicado por questões relacionadas às especificidades do Mercado de Trabalho cearense. Por exemplo, benefícios assistenciais e previdenciários aliados a um menor custo de vida local pode estimular trabalhadores a deixar a Força de Trabalho contribuindo para uma menor Taxa de Participação no estado com relação ao país. Adicionalmente, algumas pessoas podem se retirar da Força de Trabalho alocando mais tempo aos estudos ou mesmo algum tipo de treinamento técnico profissional. É possível também, como será visto adiante, que esse contingente de trabalhadores esteja ocupado em subempregos exercendo algum tipo de trabalho precário e não exercendo atividades de busca por emprego sendo, portanto, não classificado na Força de Trabalho.

10.5 Uma Digressão Teórica: Fluxo da Força de Trabalho, Ciclo de Negócios e Seus Reflexos no Desemprego

Os efeitos decorrentes do Ciclo de Negócios pode alterar a Oferta Efetiva de Trabalho por meio da Taxa de Participação em razão da mudança de incentivos de busca por emprego. Por exemplo, em um ambiente recessivo trabalhadores podem sair da condição de não atividade para a condição de atividade como forma de compensar a queda da renda familiar daqueles que perderam emprego, ou, alternativamente, um Mercado de Trabalho deprimido pode levar desempregados que estão na Força de Trabalho a procura de ocupação desistir da busca, retirando-se da Força de Trabalho.

Neste primeiro caso, trabalhadores fora do Mercado de Trabalho tendem a ser incorporados na Força de Trabalho seguindo uma tendência contracíclica na medida em que eles

se deslocam na direção oposta ao Ciclo de Negócios. O Efeito do trabalhador adicional na Taxa de Atividade é denominado na literatura econômica de *added worker effect* (Efeito do Trabalhador Adicional).

Por outro lado, a Taxa de Atividade pode vir a apresentar uma tendência pró-cíclica reduzindo seu quantitativo na recessão e aumentando nos momentos de boom da economia. De fato, como a busca por emprego envolve custos diversos, muitos desempregados se retiram da Força de Trabalho esperando o fim da recessão. Na literatura de labor market classifica-se como trabalhadores desalentados ou “em desalento aqueles que se retiram da Força de Trabalho em decorrência das Flutuações Econômicas” [Borjas (2012)].

Para medir esse efeito com base na PNAD Contínua utiliza-se o conceito de Força de Trabalho a partir do contingente de pessoas que estão Fora da Força de Trabalho (FFT) ao se mensurar a Subutilização da Força de Trabalho (*labour underutilization*) a partir de uma melhor estimativa da Demanda por Trabalho em Ocupação (*employment*). A medida de *labour underutilization* capta também o desequilíbrio entre Oferta e Demanda por mão de obra no qual se traduz em necessidades insatisfeitas de ocupação da população.

De acordo com IBGE (2016) este tipo de indicador permite construir um panorama mais amplo e detalhado do impacto das transformações do cenário econômico no Mercado de Trabalho além da melhor compreensão das diferentes fases dos Ciclos de Negócios.

Na medida de Subutilização da Força de Trabalho são identificados três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois já integram a Força de Trabalho: i) os Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas e os ii) Desocupados. A eles se somam os que integram a iii) Força de Trabalho Potencial (FTP).

Quanto às pessoas Subocupadas por Insuficiência de Horas Trabalhadas na semana de referência, são aquelas com 14 anos ou mais de idade que: i) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único ou no conjunto de todos os seus trabalhos; ii) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; iii) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

Por sua vez, aqueles que fazem parte da Força de Trabalho Potencial (FTP) estão Fora da Força de Trabalho (FFT), mas possuem um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. Assim, as pessoas Fora da Força de Trabalho (FFT) podem ser classificadas como Força de Trabalho Potencial (FTP) ou Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP).

As pessoas que fazem parte da Força de Trabalho Potencial (FTP) estão fora da Força de Trabalho (FT), mas possuem um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. Portanto, a Força de Trabalho Potencial é formada pelas pessoas que realizaram busca efetiva de trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência e pelas pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência. Assim, a FTP inclui além dos trabalhadores desalentados as pessoas que começaram a procurar trabalho para começar num futuro, tais como: i) estudantes que buscam trabalho com a intenção de começar a trabalhar quando terminarem os estudos; ii) pessoas que estão

com algum impedimento, como, por exemplo: saúde, gravidez etc.

A partir destas variáveis, pode-se definir um conceito mais abrangente de Força de Trabalho. Denomina-se de Força de Trabalho Ampliada (FTA) aquela que é composta pela Força de Trabalho (FT) e pela Força de Trabalho Potencial (FTP).

Ao combinar todas essas novas variáveis, pode-se definir a Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho, um indicador mais amplo e abrangente da necessidade não satisfeita de trabalho na população. Assim, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho representa o percentual da população com interesse no Mercado de Trabalho, mas que expressa ter uma quantidade insuficiente de trabalho, seja em termos de Oferta de Postos de Trabalho, seja em termos de Insuficiência de Horas Trabalhadas. Em termos de notação, tem-se:

$$\text{Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho} = \frac{\text{Subocupados por Insuficiência de Horas} + \text{Desocupados} + \text{FTP}}{(\text{FT} + \text{FTP} = \text{FTA})}$$

A Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho ao incluir os trabalhadores desencorajados permite também mensurar o que a literatura classifica como “Desemprego Oculto”, dando uma maior amplitude do impacto do Desemprego durante as recessões mais severas ao longo das Flutuações Econômicas. De acordo com a OIT, este indicador é recomendado para fornecer um quadro mais completo da Subutilização da Força de Trabalho.

10.6 Evolução do Desemprego

Além da medida da Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho definida na seção anterior, o desemprego também é medido pela Taxa de Desocupação (TD), ou de Taxa de Desemprego, indicador este que mede diretamente a pressão sobre o Mercado de Trabalho de pessoas sem trabalho e que procuraram trabalho estando disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

De forma mais específica, as pessoas desocupadas são aquelas classificadas na semana de referência como sem trabalho e que geram rendimentos para o domicílio nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

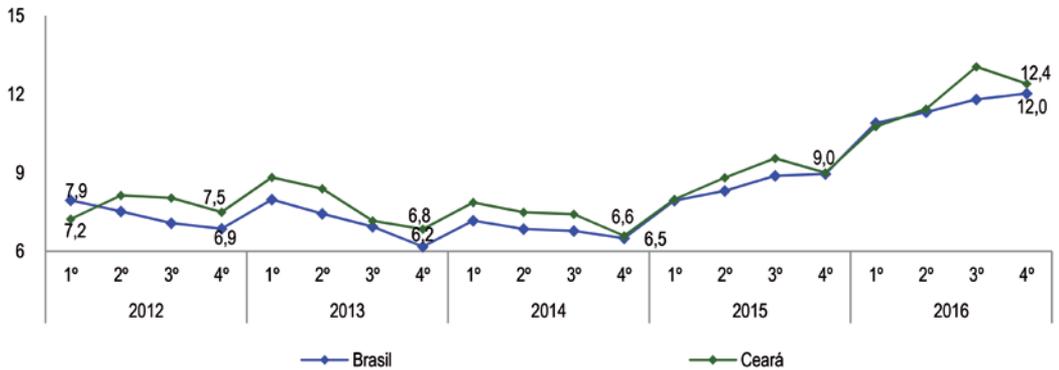
O Gráfico 10.7 apresenta a evolução da Taxa de Desemprego para o período de 2012 a 2016 para o estado do Ceará e o Brasil. Por sua vez, o Gráfico 10.8 são apresentados os dados da Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho⁵.

Como já observado a partir dos indicadores do Nível de Ocupação e do Nível de Desocu-

⁵ A descontinuidade que aparece na Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho a partir do quarto trimestre de 2015 no Gráfico 10.8 se deve a mudanças metodológicas. A partir deste período o IBGE passou a adotar as horas habitualmente trabalhadas ao contrário das horas efetivamente trabalhadas no cálculo da insuficiência de horas trabalhadas.

pação o desemprego local e nacional parecem obedecer a Lei de Okun (1962). De fato, o recrudescimento do desemprego ocorre a partir do quarto trimestre de 2014, tendo inclusive registrado retração no referido ano, resultado esse condizente com a identificação de um pico no Ciclo de Negócios brasileiro no primeiro trimestre de 2014 no Comunicado de agosto de 2015 do CODACE.

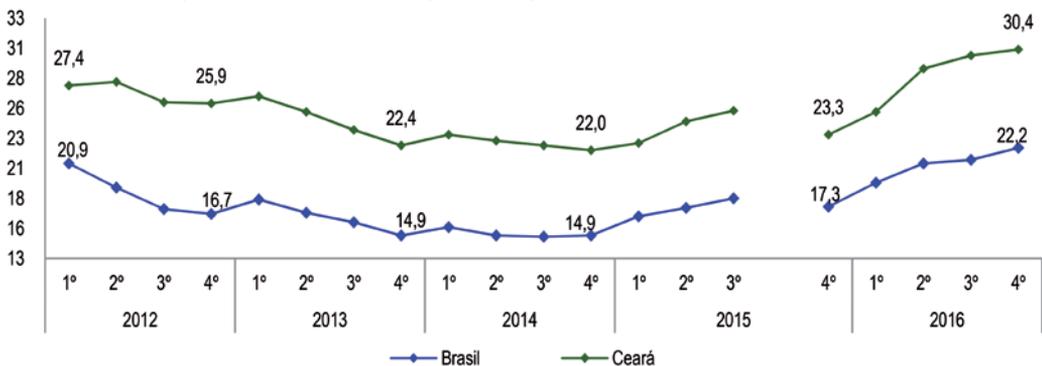
Gráfico 10.7: **Evolução da Taxa de Desemprego – 2012/2016 – Brasil e Ceará**



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Os dados para a Subutilização da Força de Trabalho como indicador de desemprego seguem tendência semelhante.

Gráfico 10.8: **Evolução da Taxa de Subutilização da Força de Trabalho – 2012/2016 – Brasil e Ceará**



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

A defasagem de um ou dois trimestres entre a queda da atividade econômica e a elevação do desemprego ocorre em razão da existência de custos de demissão. Assim sendo, mesmo diante de um quadro recessivo as empresas relutam em demitir, reduzindo, inicialmente, o ritmo de produção ou optando pela suspensão temporária do contrato de trabalho via lay-off. Outro motivo é que custa caro treinar novos empregados; por conta disso, as empresas preferem manter os funcionários atuais, em vez de suspender temporariamente o contrato de trabalho, quando o produto está abaixo do normal e pedir a eles

que façam horas extras, em vez de contratar trabalhadores quando o produto está acima do normal. Esse tipo de comportamento das empresas é chamado de entesouramento de mão de obra [Blanchard (2011)].

Os dados da Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho também apontam para uma diferença de 8,2 pontos percentuais entre a taxa nacional e a do Ceará. Conforme já destacado acima, existe também um gap entre o Nível de Ocupação do Ceará e o Nível de Ocupação do Brasil de 6,4 p.p., o que indica evidências de uma parcela significativa de trabalhadores cearenses com relação ao Brasil ocupados em trabalho precário.

10.7 Contabilidade do Crescimento Econômico e Força de Trabalho

Além de indicadores demográficos, medidas de Oferta de Trabalho, análise de Ciclo de Negócios e diferentes mensurações do desemprego, a PNAD Contínua e variáveis como a Força de Trabalho (FT) podem também auxiliar com indicadores de longo prazo, como a estimativa do produto potencial da economia.

Os tradicionais modelos de crescimento econômico desde o trabalho seminal de Solow (1956) revelam que as fontes do crescimento são resultantes de aumento dos insumos e incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo. De acordo com Solow (1956), laureado com o prêmio Nobel por essa contribuição, o crescimento do PIB de uma economia é resultante do progresso técnico, do aumento da Oferta de Trabalho e da acumulação de capital (nesta ordem). Já os elementos que compõem o crescimento do PIB per capita são o progresso técnico e acumulação de capital [Dornbusch, Fischer e Startz (2013)].

Ao final dos anos 1980, modelos de crescimento endógeno, como o de Lucas (1988), enfatizaram que o progresso tecnológico depende da taxa de poupança, com destaque para os investimentos em capital humano e em pesquisa e desenvolvimento.

De forma simplificada, a contabilidade do crescimento mostra uma função de produção que fornece uma relação quantitativa entre insumos (capital e trabalho) e produto. Nesses termos, o crescimento do produto se dá por meio de aumentos nos insumos (sendo um deles a Força de Trabalho) e elevação da produtividade, resultante do aperfeiçoamento da tecnologia. Em termos de notação, tem-se:

$$Y = Af(K, N) \quad (1)$$

de forma que o produto Y é função dos insumos capital (K) e trabalho (N) e do nível de tecnologia (A).

Por sua vez, o crescimento do produto pode ser descrito tal que:

$$\frac{\Delta Y}{Y} = [(1 - \theta) \times \frac{\Delta N}{N}] + (\theta \times \frac{\Delta K}{K}) + \frac{\Delta A}{A} \quad (2)$$

O lado esquerdo da equação mostra que o crescimento do produto ($\frac{\Delta Y}{Y}$) é igual participação do trabalho multiplicada pelo seu crescimento $[(1 - \theta) \times (\frac{\Delta N}{N})]$ adicionada a participação do capital multiplicada pelo seu crescimento $(\theta \times \frac{\Delta K}{K})$ e também adicionada ao progresso técnico $(\frac{\Delta A}{A})$.

A taxa de crescimento do progresso técnico, também denominada de taxa de crescimento da produtividade total dos fatores, refere-se ao aperfeiçoamento nos métodos produtivos mantendo os insumos constantes, de tal forma que os fatores de produção sejam usados de forma mais eficiente e produtiva. Por sua vez, os termos $(1 - \theta)$ e θ correspondem, respectivamente, às participações do trabalho e do capital na renda. Evidências de estudos passados revelam que para o Ceará a parcela do trabalho na renda é de 0,89, enquanto que a parcela do capital na renda é de 0,25 [Suliano e Bezerra (2007)].

Adicionalmente, é importante observar que tanto a taxa de crescimento do trabalho como a taxa de crescimento do capital são ponderadas por $(1 - \theta)$ e θ , respectivamente, fazendo com que esta primeira, em razão da sua ponderação, assuma papel fundamental no crescimento de longo prazo do estado.

De fato, de acordo com (2), o aumento no PIB é elevado em $(1 - \theta)$ ponto percentual em decorrência de cada ponto percentual a mais acrescido no fator trabalho. De forma mais específica, e utilizando as estimativas baseada em Suliano e Bezerra (2007) descritas acima, a parcela do trabalho na renda é 3,5 vezes que a parcela do capital.

Nesses termos, pode-se utilizar estimativas para o Brasil de Bacha e Bonelli (2014) de 1% para o progresso técnico, de Castro Souza (2013) para o crescimento do estoque de capital de 2%, também para o Brasil, além da tendência de crescimento de 2,3% da Oferta Potencial de Trabalhadores do Ceará a partir dos dados da PNAD Contínua para estimativas do crescimento potencial do estado. Assim, obtém-se uma taxa de crescimento do produto potencial tal que:

$$\frac{\Delta Y}{Y} = [0,89 \times 2,3\%] + [0,25 \times 2\%] + 1\%$$

$$\frac{\Delta Y}{Y} = [2,0\%] + [0,5\%] + 1\% = 3,5\%.$$

10.8 Considerações Finais

O presente capítulo analisou o fator de produção trabalho a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em primeiro lugar, os resultados aqui elencados chamam a atenção para o processo de transição demográfica no qual o país irá passar nas próximas décadas, tendência que ocorre não somente nos países desenvolvidos, mas também em nações em desenvolvimento em razão do menor número de filhos das mulheres comparativamente às práticas do passado.

Em que pese outros fatores, a menor Oferta de Trabalho por conta da transição demográfica ocasionou maior aquecimento no Mercado de Trabalho e com salários crescendo acima da produtividade acabou-se gerando pressão generalizada dos preços e inflação no início do período na análise aqui apresentada.

Assim, as evidências indicam que o início da coleta de dados da PNAD Contínua deu-se

em um contexto de demanda agregada pressionada e mercado de trabalho aquecido, diferentemente do final do período no qual se encerra a análise, quando se observou desemprego elevado.

Finalmente, as medidas de Força de Trabalho (FT) aqui analisadas permitiram estimar um produto potencial de longo prazo da economia cearense em 3,5%.

11 DINÂMICA DO EMPREGO CELETISTA

Alexandre Lira Cavalcante*

11.1 Introdução

A presente seção inicia com uma análise da dinâmica do saldo de empregos com carteira assinada para o Brasil e para as cinco grandes regiões nacionais no período de 2012 a 2016. Após isso, será feita uma análise para os vinte e sete estados da federação apresentando os estados que mais criaram e os que mais destruíram postos de trabalho com carteira assinada no referido período. Depois será apresentada a dinâmica do saldo de empregos com carteira assinada por setores que formam o mercado de trabalho cearense. Por fim, será apresentada uma análise regionalizada do saldo de empregos celetistas cearense entre os anos de 2012 a 2016.

11.2 Análise dos Empregos Celetistas no Contexto Nacional

Em 2012, o Brasil apresentou um número significativo de abertura de postos de trabalho com carteira assinada de 1.372.594 vagas, repetindo esse feito em 2013 (1.138.562 vagas), fortemente influenciado pelo bom desempenho da região Sudeste, e das demais regiões que também apresentaram saldos positivos de empregos.

Todavia, em 2014, a capacidade de geração de empregos na economia brasileira foi bastante afetada pela crise política que contaminou fortemente as expectativas dos agentes econômicos, em especial, os empresários que passaram a ficar mais cautelosos em relação ao futuro do país, afetando sobremaneira a decisão de contratação. O resultado disso foi uma forte desaceleração do ritmo de contratações no mercado de trabalho nacional. Nesse ano, o Brasil criou apenas 37% do saldo de empregos gerados um ano antes. Todas as regiões foram afetadas nesse novo quadro de crise que se instalara no país. Na comparação com 2013, a região Sudeste gerou um saldo de empregos 74% menor, o Centro-Oeste, 67% menor, o Norte, 59%, o Sul, 54% e o Nordeste 49% menor.

Em 2015, a conjuntura política e econômica piorou drasticamente devido ao quadro de instabilidade instalado na economia brasileira. Nesse ano observou-se o pior saldo de

* Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

empregos do país na história do CAGED, ou seja, um fechamento de 1.534.989 postos de trabalho com carteira assinada, agravando ainda mais a realidade social do país, que com a redução da massa salarial passou-se a ter um efeito em cadeia sobre outros setores da economia, em especial, a produção industrial e as vendas do comércio.

Em 2016, o país acentuou ainda mais o quadro de crise econômica passando a apresentar novo fechamento de postos de trabalho celetistas (1.328.565 vagas), número esse levemente inferior à queda registrada no ano de 2015. Com isso, o país já somava um fechamento acumulado de postos de trabalho de 2.863.554 vagas nos últimos dois anos.

Todas as regiões apresentaram fechamento de vagas de trabalho com carteira assinada em 2016, conforme apresentado na Tabela 11.1. A região que mais contribuiu para o saldo negativo de empregos no país foi a Sudeste (-791.719 vagas), seguida pelo Nordeste (-243.305 vagas); Sul (-147.178 vagas); Norte (-79.611 vagas) e Centro-Oeste (-66.752 vagas). No acumulado de 2015 e 2016, a região Sudeste apresentou um fechamento de 1.684.408 vagas, seguida pela região Nordeste (-494.565 vagas); Sul (-376.220 vagas); Norte (-176.722 vagas) e Centro-Oeste (-131.639 vagas).

Tabela 11.1: Evolução do saldo de empregos celetistas – Brasil e Regiões – 2012 a 2016

Regiões	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	81.421	66.489	27.445	-97.111	-79.611
Nordeste	214.363	214.257	109.755	-251.260	-243.305
Sudeste	679.307	471.425	124.332	-892.689	-791.719
Sul	238.255	255.247	116.479	-229.042	-147.178
Centro-Oeste	159.248	131.144	42.679	-64.887	-66.752
Brasil	1.372.594	1.138.562	420.690	-1.534.989	-1.328.565

Fonte: CAGED/MTb. Elaboração: IPECE.

Após análise da dinâmica dos empregos celetistas por regiões faz-se necessária uma desagregação por estados. No ano de 2015, todos os estados apresentaram destruição de postos de trabalho com carteira assinada na economia brasileira, os estados da região Sudeste foram os que apresentaram os maiores fechamento de vagas, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em função da pujança econômica e do significativo contingente de trabalhadores desses estados.

Os estados do Norte, por outro lado, foram os que apresentaram menor destruição de vagas, Roraima, Acre e Tocantins. Nesse ano, o Ceará (-34.336 vagas) apresentou o décimo segundo maior fechamento de vagas no país e terceiro do Nordeste, superado por Pernambuco (-87.207 vagas) e Bahia (-76.090 vagas) (Tabela 11.2).

Tabela 11.2: **Evolução do saldo de empregos celetistas – Brasil e Estados – 2012 a 2016**

Estados	2012	2013	2014	2015	2016
Rondônia	6.476	-2.685	-1.016	-15.763	-12.058
Acre	2.523	2.071	1.160	-1.848	-2.763
Amazonas	12.088	26.156	-3.829	-36.296	-17.790
Roraima	3.799	201	2.326	-124	246
Para	40.503	29.132	21.074	-36.387	-39.553
Amapá	6.273	4.151	-529	-4.628	-3.698
Tocantins	9.759	7.463	8.259	-2.065	-3.995
Maranhão	16.308	17.474	1.932	-15.351	-17.777
Piauí	12.471	12.945	11.558	-2.140	-12.670
Ceará	42.463	51.461	48.021	-34.336	-37.159
Rio Grande do Norte	13.207	14.093	10.757	-11.929	-15.696
Paraíba	20.040	16.052	16.888	-14.971	-11.978
Pernambuco	52.256	35.068	-9.566	-87.207	-47.795
Alagoas	3.307	-628	-2.362	-4.303	-11.604
Sergipe	10.888	13.978	9.654	-4.933	-15.333
Bahia	43.423	53.814	22.873	-76.090	-73.293
Minas Gerais	148.963	85.313	15.253	-196.576	-118.079
Espírito Santo	25.949	19.799	10.091	-44.835	-37.920
Rio de Janeiro	157.127	105.896	54.123	-183.151	-238.590
São Paulo	347.268	260.417	44.865	-468.127	-397.130
Paraná	89.251	89.109	39.861	-76.162	-60.951
Santa Catarina	63.763	75.852	53.017	-58.639	-32.700
Rio Grande do Sul	85.241	90.286	23.601	-94.241	-53.527
Mato Grosso do Sul	24.824	19.422	2.043	-11.535	-1.938
Mato Grosso	38.507	26.451	3.741	-14.551	-18.003
Goiás	69.818	63.716	27.376	-23.731	-19.428
Distrito Federal	26.099	21.555	9.519	-15.070	-27.383
Brasil	1.372.594	1.138.562	420.690	-1.534.989	-1.328.565

Fonte: CAGED/MTb. Elaboração: IPECE.

Em 2016, essa realidade não foi tão diferente, quando apenas o estado de Roraima, com 246 vagas, apresentou saldo positivo de empregos com carteira assinada. Os maiores fechamentos de vagas, novamente, foram observados nos estados do Sudeste do país, São Paulo (397.130 vagas); Rio de Janeiro (-238.590 vagas); e Minas Gerais (-118.079 vagas). Em quarto lugar vem o representante da região Nordeste, a Bahia, com fechamento de 73.293 vagas. O Ceará, que destruiu 37.159 vagas, apresentou o décimo maior fechamento de vagas no país e terceiro da região Nordeste sendo superado também por Pernambuco (-47.795 vagas).

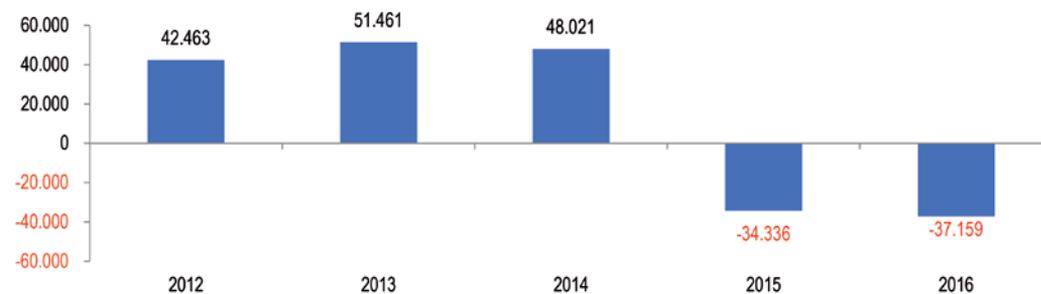
Vale destacar que ao contrário da Bahia e Pernambuco a destruição de vagas de trabalho com carteira assinada cearense aumentou entre os anos de 2015 e 2016. Esse fato foi observado em outros onze estados, revelando um agravamento da crise econômica e fis-

cal nesses estados. Em especial, tem-se o Rio de Janeiro, que fechou a mais 55.439 vagas na comparação com 2015, seguido pelo Distrito Federal, com 12.313 vagas a mais, Piauí (10.530 vagas); e Sergipe (10.400 vagas), para listar os maiores crescimentos no fechamento de vagas na comparação dos últimos dois anos.

11.3 Análise dos Empregos Celetistas por Setores na Economia Cearense

A dinâmica do saldo de empregos com carteira assinada da economia cearense pode ser observada no Gráfico 11.1 a seguir. Nota-se que entre os anos de 2012 e 2014, o estado abriu vagas de maneira consecutiva. Todavia, em 2015, a crise econômica nacional afetou profundamente o estado que passou a registrar saldos negativos de empregos, cujos efeitos se mantiveram até 2016.

Gráfico 11.1: **Evolução do saldo de empregos celetistas – Ceará – 2012 a 2016**



Fonte: CAGED/MTb. Elaboração: IPECE.

Para se conhecer melhor o efeito da crise sobre a capacidade de geração de empregos com carteira assinada no estado, faz-se necessária uma análise mais desagregada também por setores para saber quais deles foram os mais afetados pela perversa conjuntura macroeconômica observada a partir de 2014.

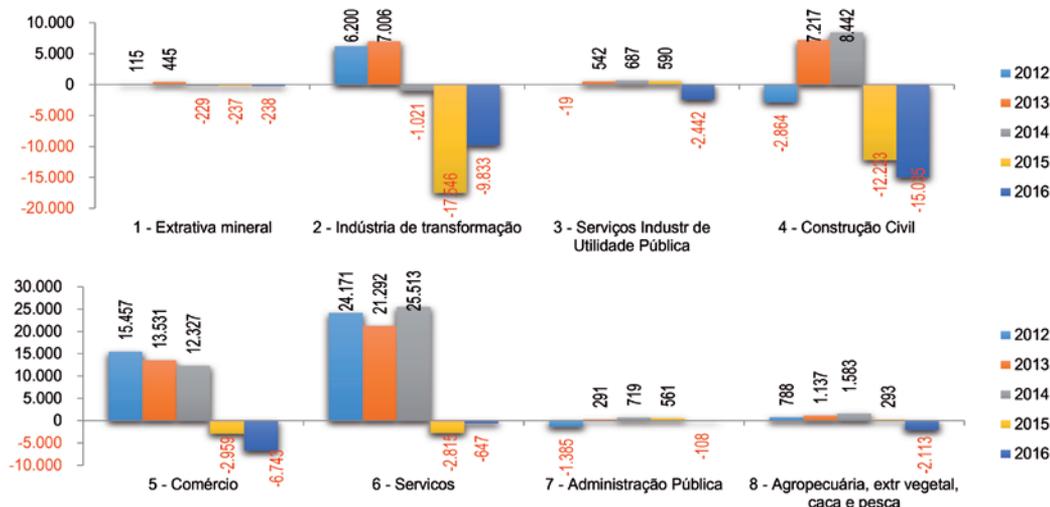
Os resultados da dinâmica setorial dos empregos celetistas da economia cearense podem ser vistos no Gráfico 11.2 abaixo. Em 2012, o setor da Construção civil cearense já mostrava os primeiros sinais de retração de suas atividades tendo fechado 2.864 vagas.

Todavia, em 2013 e 2014, esse setor apresentou um quadro de recuperação passando a registrar novas aberturas de vagas, 2013 (7.217 vagas) e 2014 (8.442 vagas). No entanto, nos anos que se seguiram o referido setor voltou a demitir em massa entrando de vez num período de forte estagnação.

Em 2016, o setor que mais fechou postos de trabalho na economia cearense foi justamente o da Construção civil (15.035 vagas). Vale destacar que todos os oito setores apresentaram destruição de postos de trabalho na economia local. A Indústria de transformação veio logo em seguida com fechamento de 9.833 vagas, seguida pelo Comércio (-6.743 vagas); Serviços industriais de utilidade pública (-2.442 vagas); Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca (-2.113 vagas); Serviços (-647 vagas); Extrativa mineral (-238 vagas) e Administração pública (-108 vagas). A exceção dos Serviços industriais de utilidade pública; Administração pública e Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca, todos os demais

havam apresentado fechamento de vagas também em 2015, revelando uma piora na realidade do mercado de trabalho cearense em 2016.

Gráfico 11.2: **Evolução do saldo de empregos celetistas por setores – Ceará – 2012 a 2016**



Fonte: CAGED/MTb. Elaboração: IPECE.

11.4 Análise Regional dos Empregos Celetistas Cearenses

Após analisado a dinâmica do saldo de empregos pelos principais setores da economia cearense, cabe agora observar a distribuição regional desses mesmos empregos dentro do território do estado.

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), também conhecida como Grande Fortaleza, composta atualmente por dezenove municípios (Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi) está localizada no estado do Ceará e foi criada pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, que instituiu, também, outras regiões metropolitanas no país. Com 4.019.213 habitantes em 2016, a Grande Fortaleza é a mais populosa do Norte-Nordeste, sendo ainda a sexta maior região metropolitana do Brasil em termos populacionais.

De acordo com o IBGE, a Grande Fortaleza fechou 2014 com um PIB de R\$ 80,4 bilhões. Esse número colocou a RMF naquele ano como a terceira mais rica do Norte-Nordeste atrás da Grande Salvador e do Grande Recife - e a 11ª do Brasil. O município de Caucaia é o maior em área, com 1.227,895 km². Pindoretama, desmembrado de Cascavel, em 1987, o menor, com apenas 72,85 km². São Luís do Curu é o menos populoso, com apenas 12.519 habitantes.

Justamente por causa de sua pujança econômica e populacional é que a Região Metropolitana de Fortaleza foi a mais afetada pela crise macroeconômica nacional dentro do estado do Ceará ao registrar o maior fechamento de postos de trabalho com carteira assinada em 2015 e em 2016. Já a Região Metropolitana do Cariri que é formada por nove municípios, ou seja, Barbalha, Caririçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte,

Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri apresentou menor fechamento de postos de trabalho nos mesmos anos (Tabela 11.3).

Tabela 11.3: **Evolução do saldo de empregos celetistas por regiões metropolitanas – Ceará – 2012 a 2016**

Regiões Metropolitanas	2012	2013	2014	2015	2016
RMC	2.132	834	5.555	-1.820	-1.673
Interior	9.035	16.570	10.568	-2.271	-4.433
RMF	31.296	34.057	31.898	-30.245	-31.053
Ceará	42.463	51.461	48.021	-34.336	-37.159

Fonte: CAGED/MTb. Elaboração: IPECE.

A Tabela 11.4 apresenta a evolução do saldo de empregos com carteira assinada distribuída pelas regiões de planejamento do estado do Ceará. Nota-se que em oito das catorze regiões de planejamento foi observada destruição de vagas de emprego com carteira assinada. Depois da Grande Fortaleza (-31.053 vagas), o Sertão de Sobral (-2.192 vagas); Litoral Leste (-1.975 vagas); Cariri (-1.479 vagas); e Vale do Jaguaribe (-1.066 vagas) foram outras regiões que apresentaram significativo fechamento de postos de trabalho celetista revelando que a crise observada na economia cearense se espalhou por quase todo o território do estado.

Tabela 11.4: **Evolução do saldo de empregos celetistas por regiões de planejamento – Ceará – 2012 a 2016**

Regiões de Planejamento	2012	2013	2014	2015	2016
Litoral Oeste / Vale do Curu	1.774	-58	919	-187	902
Sertão Central	197	850	892	113	386
Maciço de Baturité	283	554	2	-204	229
Sertão de Canindé	117	325	628	41	92
Sertão dos Inhamuns	155	255	301	-169	46
Sertão dos Crateús	326	500	316	340	15
Serra da Ibiapaba	-396	1.453	823	355	-206
Centro Sul	1.197	1.042	504	-646	-424
Litoral Norte	580	470	1.369	583	-434
Vale do Jaguaribe	1.802	1.716	1.233	-889	-1.066
Cariri	1.388	3.012	7.210	-1.890	-1.479
Litoral Leste	442	651	1.879	1.157	-1.975
Sertão de Sobral	3.302	6.634	47	-2.695	-2.192
Grande Fortaleza	31.296	34.057	31.898	-30.245	-31.053
Ceará	42.463	51.461	48.021	-34.336	-37.159

Fonte: CAGED/MTb. Elaboração: IPECE.

As Tabelas 11.5 e 11.6 a seguir apresentam os vinte melhores e os vinte piores saldos de

empregos com carteira assinada nos municipais cearenses. Diante do quadro de crise econômica apresentado anteriormente, alguns municípios como Itapipoca (+976 vagas); Pereiro (+534 vagas); Jijoca de Jericoacoara (+349 vagas); Brejo Santo (+292 vagas); e Senador Pompeu (+278 vagas) ainda conseguiram se destacar na criação de vagas de trabalho celetista no ano de 2016. (Tabela 11.5).

Por outro lado, as maiores perdas foram observadas nos municípios de Fortaleza (-17.617 vagas); Caucaia (-3.779 vagas); São Gonçalo do Amarante (-3.304 vagas); Sobral (-2.232 vagas); e Maracanaú (-2.167 vagas), para listar as maiores. (Tabela 11.6).

Tabela 11.5: Evolução do saldo de empregos celetistas – 20 Melhores saldos municipais - Ceará – 2012 a 2016

Região Metropolitana	Região de Planejamento	Município	2012	2013	2014	2015	2016
Interior	Litoral Oeste / Vale do Curu	Itapipoca	125	-617	667	32	976
Interior	Vale do Jaguaribe	Pereiro	37	112	89	204	534
Interior	Litoral Norte	Jijoca de Jericoacoara	132	167	307	237	349
Interior	Cariri	Brejo Santo	-153	1.324	1.025	-308	292
Interior	Sertão Central	Senador Pompeu	175	209	49	-114	278
Interior	Sertão dos Crateús	Santa Quitéria	69	169	144	-192	189
Interior	Litoral Leste	Icapuí	263	369	522	717	168
Interior	Sertão Central	Quixeramobim	154	272	290	22	149
RMF	Grande Fortaleza	Aquiraz	1.420	817	-597	-42	140
Interior	Litoral Norte	Cruz	32	6	36	37	111
Interior	Serra da Ibiapaba	Croatá	44	14	-1	9	108
Interior	Sertão de Canindé	Canindé	-26	148	398	130	96
Interior	Maciço de Baturité	Acarape	192	168	-80	-116	95
Interior	Serra da Ibiapaba	Ipu	100	75	23	125	94
Interior	Sertão de Sobral	Forquilha	-487	56	69	-24	93
Interior	Sertão dos Inhamuns	Tauá	83	141	305	-66	91
Interior	Litoral Norte	Granja	-5	-11	98	116	87
Interior	Sertão Central	Solonópole	34	54	130	67	82
Interior	Litoral Norte	Martinópole	-3	0	37	15	77
Interior	Litoral Norte	Bela Cruz	12	61	19	29	74
20 Melhores Saldos			2.198	3.534	3.530	878	4.083
Demais Municípios			40.265	47.927	44.491	-35.214	-41.242
Ceará			42.463	51.461	48.021	-34.336	-37.159

Fonte: CAGED/MTb. Elaboração: IPECE.

Tabela 11.6: Evolução do saldo de empregos celetistas – 20 piores saldos municipais - Ceará – 2012 a 2016

Região Metropolitana	Região de Planejamento	Município	2012	2013	2014	2015	2016
RMF	Grande Fortaleza	Fortaleza	27.098	22.443	23.470	-21.948	-17.617
RMF	Grande Fortaleza	Caucaia	943	2.713	4.814	-175	-3.779
RMF	Grande Fortaleza	São Gonçalo do Amarante	-1.058	379	2.122	667	-3.304
Interior	Sertão de Sobral	Sobral	3.039	6.082	-575	-2.857	-2.232
RMF	Grande Fortaleza	Maracanaú	2.210	3.020	13	-2.611	-2.167
RMF	Grande Fortaleza	Eusébio	1.266	2.325	2.426	-2.031	-2.005
Interior	Litoral Leste	Aracati	226	282	1.010	449	-1.517
RMF	Grande Fortaleza	Pacajus	630	331	118	-512	-895
RMC	Cariri	Crato	985	806	886	-530	-887
Interior	Vale do Jaguaribe	Russas	-103	611	704	-1.389	-844
Interior	Litoral Leste	Jaguaruana	-238	84	214	-114	-532
RMF	Grande Fortaleza	Pacatuba	489	727	-117	-173	-491
RMC	Cariri	Juazeiro do Norte	1.806	100	2.916	-243	-487
Interior	Litoral Norte	Itarema	-25	-12	97	131	-418
Interior	Centro Sul	Iguatu	747	518	200	-820	-351
Interior	Litoral Norte	Acaraú	171	-10	305	16	-336
Interior	Sertão dos Crateús	Crateús	148	120	211	459	-335
Interior	Serra da Ibiapaba	Tianguá	197	701	551	288	-320
RMC	Cariri	Barbalha	-584	-147	999	-480	-279
RMF	Grande Fortaleza	Itaitinga	242	91	145	-204	-262
20 Piores Saldos			38.189	41.164	40.509	-32.077	-39.058
Demais Municípios			4.274	10.297	7.512	-2.259	1.899
Ceará			42.463	51.461	48.021	-34.336	-37.159

Fonte: CAGED/MTb. Elaboração: IPECE.

11.5 Considerações Finais

A crise econômica que se instalou no país desde 2014 afetou sobremaneira a capacidade dos estados de gerarem novos empregos. Todas as regiões do país, especialmente as mais dinâmicas, foram bastante afetadas pelos efeitos negativos que a atual crise gerou sobre as expectativas dos empresários, limitando a expansão das vendas do comércio e da produção industrial, o que casou nítida destruição de postos de trabalho nos últimos dois anos da série. O estado do Ceará não esteve alheio a este momento pelo qual passou a economia brasileira, registrando fechamento de postos de trabalho em todos os setores analisados, em especial, na Construção civil, Indústria de transformação e no Comércio e em quase todas as regiões de planejamento do estado, com destaque para a Grande Fortaleza que concentrou grande parte das vagas fechadas.

12 NOTAS CONCLUSIVAS

Em relação ao panorama econômico internacional verificou-se que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média a um nível superior a 3% entre os anos de 2012 e 2016. Já em relação ao cenário econômico nacional verificou-se que o desempenho da economia brasileira apresentou um quadro de desaceleração a partir de 2015, registrando uma queda de -3,5% em relação a 2014, e uma nova retração em 2016 da ordem de -3,6% em relação a 2015. Esse período de recessão nacional vivenciado nos últimos dois anos foi puxado, principalmente, pelos fracos desempenhos das atividades da indústria e serviços. Apesar do quadro recessivo apresentado em 2015 e 2016, foi observado, no período mais recente, uma leve melhora do nível confiança de consumidores e empresários, retorno da inflação abaixo do teto da meta, valorização cambial e escalada da taxa básica de juros da economia.

Verificou-se ainda que com a crise macroeconômica brasileira iniciada em 2014, houve também fortes quedas do PIB do Ceará em 2015 (-3,85%) e 2016 (-5,33%). A crise econômica do estado afetou sua participação no PIB nacional, passando de 2,18%, em 2014, para 2,10%, em 2016, implicando também na queda da participação em termos per capita, passando de 50,02%, em 2014, para 48,22%, em 2016.

Analisando-se as participações dos valores adicionados (VA) dos setores da economia do Ceará, verificou-se um considerável crescimento do setor de serviços, uma vez que em 2012 a sua participação no VA do Ceará era 74,13%, passando para 75,95% em 2015. A participação do setor da agropecuária reduziu de 4,69%, em 2011, para 4,49%, em 2015. Essa participação era de 6,51% em 2011. Esta considerável queda, na comparação de 2011 com 2015, é explicada pela dependência do setor às condições climáticas, tendo em vista que nos anos de seca verificada no período 2012-2015, a produção de grãos ficou comprometida por compreender, predominantemente, culturas de sequeiro. Já o setor da indústria também apresentou queda, passando de 21,19%, em 2012, para 19,56%, em 2015, perdendo participação para o setor de serviços.

Em relação a distribuição espacial do PIB do Ceará constatou-se que de acordo com as quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará (Tabela 3) verificou-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do Ceará, apresentando, em 2015, 64,94% do PIB do Ceará. As outras duas regiões metropolitanas do Ceará são representadas pelas macrorregiões do Cariri (7,93%) e Sertão de Sobral (4,52%). As participações de todas as macrorregiões, na comparação de 2015 com 2012, mantiveram-se com ganhos e perdas menores do que 1%, sendo o maior ganho o registrado pela macrorregião do Cariri (0,42 p.p.), enquanto que a maior perda foi registrada pela Grande Fortaleza (-0,87 p.p.). O grande volume de investimentos públicos registrados no período 2012-2015 contribuiu para aumentar a participação do PIB do interior do Ceará, já que grande parte desses investimentos foi alocada fora da macrorregião Grande Fortaleza.

Os anos analisados encaixaram-se com o período de seca que ocorreu no Ceará, atingindo assim a maioria das atividades do setor agropecuário. O estado do Ceará foi um dos mais vulneráveis a seca, sofrendo grandes oscilações na produção agrícola. Em 2016, o

Ceará registrou o menor nível de produção de cereais, leguminosas e oleaginosas de todo período de pesquisa do IBGE, ainda assim foi o quarto maior produtor dessas culturas da região Nordeste.

O milho foi a cultura que mais apresentou perdas no período analisado, por ser altamente dependente de chuvas regulares. O feijão também apresentou perdas, mas numa proporção menor quando comparado ao milho. O cultivo de arroz vem sendo desestimulado por ser uma cultura altamente dependente de água.

As frutas também foram prejudicadas com a falta de água, apresentando redução na quantidade produzida, principalmente das culturas de melão, melancia, abacaxi e maracujá. Apenas o coco-da-baía e o mamão tiveram aumento na produção.

Com relação à pecuária, observou-se uma redução no rebanho bovino e um leve aumento no rebanho de suíno e ovino-caprino. A produção de leite também apresentou bom desempenho, em virtude de avanços tecnológicos utilizados para o aumento da quantidade e qualidade do leite. Já a produção de tilápia foi fortemente afetada pela escassez de água nos açudes; a produção de camarão também registrou queda em consequência de problemas na criação.

Esses cinco anos de chuvas bem abaixo da média deixou o Ceará em situação bastante vulnerável diante da baixa quantidade de armazenamento de água, cujo volume, ao final de 2016, ficou em aproximadamente 6% da capacidade total do estado. Esse cenário acendeu mais uma vez o sinal vermelho quanto à gestão dos recursos hídricos do Ceará, havendo necessidade de se desenvolver uma política de gestão para o uso da água na ótica do consumo humano, agrícola e indústria.

Como resultado do ambiente econômico instável, a indústria de transformação cearense, no tocante ao seu valor adicionado à economia, amargou anos seguidos de retração que acabaram reduzindo sua participação. A atividade da construção civil, apesar das reduções na produção nos últimos anos, ganhou espaço, elevando seu peso na economia cearense em detrimento do segmento de transformação. Apesar do movimento desfavorável em termos de valor adicionado, a manufatura cearense aumentou sua participação na indústria nacional quando se considera o valor bruto da produção. Neste particular, as atividades tradicionais da indústria local sustentaram o desempenho relativamente melhor do que o parque manufatureiro nacional.

Com relação a estrutura produtiva do setor de serviços foi observado que em termos de Receita Operacional Bruta o segmento dos serviços prestados às empresas no Ceará apresentou crescente participação ao longo da série histórica em análise, sendo ainda o mais hegemônico para esta variável.

Em termos de números de empresas, foi observado que o segmento serviços prestados às famílias, serviços profissionais, administrativos e complementares e serviços prestados às empresas são os segmentos predominantes em termos de número de empresas.

No que tange a distribuição percentual do pessoal ocupado, os serviços profissionais, administrativos e complementares para o Brasil são hegemônicos, enquanto no Ceará a predominância ocorre nos serviços prestados às empresas.

Finalmente, destaca-se, ainda, que o salário médio real nacional encontra-se acima do

salário médio no estado do Ceará. Em 2015, por exemplo, o salário médio total do Brasil era de R\$ 1.911, enquanto no Ceará esse valor era de R\$ 1.888. Por sua vez, sendo um segmento que reúne empresas em ampla maioria intensivas em capital e com elevados investimentos em infraestrutura, os serviços de informação e comunicação são aqueles com salário médio acima dos demais tanto no Brasil como no Ceará.

Ao se analisar a dinâmica das vendas do setor de serviços através da Pesquisa Mensal de Serviços destaca-se que o referido setor no estado do Ceará seguiu a tendência de expansão e retração da atividade econômica nacional tendo em ambos os casos uma maior defasagem com relação ao agregado em geral no início de uma recessão.

Embora existam algumas particularidades nos segmentos compostos pela PMS, a tendência de estagnação e expansão segue o quadro geral do setor, principalmente em termos nacional e menos intensamente no Ceará. No caso das atividades turísticas, o segmento cearense tende a apresentar maior intensidade na oscilação quando comparado à atividade nacional.

Pela análise dos resultados da Pesquisa Anual do Comércio foi possível constatar que a região Nordeste apresentou redução no número de unidades locais com receita de revenda entre os anos de 2012 e 2015. Isso resultou em perda de participação nacional. O Ceará apresentou a maior perda de participação no total de empresas comerciais nacionais.

Com relação à receita bruta de revenda a região Nordeste conseguiu registrar leve ganho de participação (0,13 p.p.) passando a responder por 15,3% do total da receita bruta de revenda do país, superada pela região Sudeste (51,5%) que apresentou significativa redução de participação e Sul (20,0%) que registrou o maior ganho de participação dentre todas as regiões. O estado do Ceará seguiu o ritmo da região Nordeste também apresentando ganho de participação na receita bruta de revenda. Todavia, no tocante a margem de comercialização a região Nordeste foi a que apresentou a maior perda de participação nos últimos quatro anos (0,9 p.p.) Diferente da região Nordeste o estado do Ceará registrou ganho de participação na margem de comercialização tanto no país quanto dentro da própria região Nordeste.

Em relação à massa salarial paga a região Nordeste também apresentou leve queda na participação apesar do aumento do contingente de trabalhadores empregados entre os anos de 2012 e 2015. Novamente, divergindo do Nordeste o Ceará apresentou leve ganho de participação na massa salarial paga, acompanhado por um significativo aumento de contratações de pessoal.

Pela análise dos dados referentes às vendas do comércio nacional e cearense é possível concluir que a piora na conjuntura econômica se refletiu diretamente sobre a massa salarial do pessoal ocupado no varejo, afetando drasticamente as vendas tanto no varejo comum quanto no ampliado em diferentes níveis nos diferentes estados. Observa-se que todos os setores registraram variação negativa, no varejo ampliado esse fato nunca havia sido observado na história da pesquisa mensal do comércio.

Na ótica do comércio exterior, as exportações e importações cearenses, ao longo do período analisado registraram crescimento. Em 2016, as exportações do Ceará representaram 0,7% do total brasileiro e 10,1% do total do Nordeste. Já as importações cearenses participaram com 2,54% do total nacional e 19,9% do total do Nordeste.

As exportações de calçados lideraram a pauta cearense nos anos de 2012 a 2016. O grande destaque foram as exportações de produtos metalúrgicos que cresceram 499,8% de 2012 para 2016, ocupando o segundo lugar na pauta cearense. Enquanto que as exportações de produtos tradicionais da pauta cearense, a maioria registrou queda, destacando-se: calçados, couros e peles, castanha de caju, frutas frescas, têxteis e ceras vegetais.

Estados Unidos e Argentina continuam sendo os principais destinos das exportações cearenses. Países como México, Turquia e Hungria passaram a ter maior representatividade na pauta de países de destino.

Com relação às importações verificou-se que as compras externas de reatores nucleares, caldeiras e máquinas mais que duplicaram de valor no período de 2012 para 2016. A importação de máquinas e equipamentos também cresceu nesse período. Com isso, a participação de bens de capital nas importações cearenses de 2016 foi de aproximadamente 60%. Dessa forma, pode-se dizer que as empresas do Ceará, nesses últimos anos, realizaram elevado investimento em bens de capital.

Na análise do mercado de trabalho, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chama a atenção o processo de transição demográfica no qual o país irá passar nas próximas décadas, tendência que ocorre não somente nos países desenvolvidos, mas também em nações em desenvolvimento em razão do menor número de filhos das mulheres comparativamente às práticas do passado. Em que pese outros fatores, a menor Oferta de Trabalho por conta da transição demográfica ocasionou maior aquecimento no Mercado de Trabalho e com salários crescendo acima da produtividade acabou-se gerando pressão generalizada dos preços e inflação no início do período na análise aqui apresentada.

Assim, as evidências indicam que o início da coleta de dados da PNAD Contínua deu-se em um contexto de demanda agregada pressionada e mercado de trabalho aquecido, diferentemente do final do período no qual se encerrou a análise, quando se observou desemprego elevado. As medidas de Força de Trabalho (FT) aqui analisadas permitiram estimar um produto potencial de longo prazo da economia cearense em 3,5%.

Para finalizar, a crise econômica que se instalou no país desde 2014 afetou sobremaneira a capacidade dos estados de gerarem novos empregos. Todas as regiões do país, em especial, as mais dinâmicas foram bastante afetadas com os efeitos negativos que a atual crise gerou sobre as expectativas dos empresários, relacionado a expansão das vendas do comércio e da produção industrial, o que casou nítida destruição de postos de trabalho nos últimos dois anos da série. O estado do Ceará não esteve alheio a este momento pelo qual passou a economia brasileira registrando fechamento de postos de trabalho em todos os setores analisados, em especial, na Construção civil, Indústria de transformação e no Comércio e quase todas as regiões de planejamento do estado, com destaque para a Grande Fortaleza que concentrou grande parte das vagas fechadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, José Roberto. Uma abordagem macroeconômica: investimentos públicos. IN: Seminário Sociedades de Propósito Específico na área de energia. Rio de Janeiro: TCU e FGV/CERI. 2016. 22 PG.
- BACHA, E.; BONELLI, R. Novas Estimativas do Produto Potencial. Valor Econômico, 3 de novembro, 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores econômicos consolidados. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acessado em: 22/11/2017.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1. Brasília: BCB, 2017. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acessado em: 22/11/2017.
- BLANCHARD, O. Macroeconomia. São Paulo: Perason, 2011.
- BORJAS, G. J. Economia do Trabalho. Porto Alegre: AMGH Editora, 2012.
- CASTRO SOUZA, J. R. Produto Potencial: Onde Estamos? Para Onde Vamos?. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (ORG). Propostas para o Governo 2015/2018. Agenda para um País Próspero e Competitivo. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- CERQUEIRA, Bráulio Santiago. Política fiscal, demanda agregada, crescimento e crise: o investimento federal e o investimento da Petrobras no período 2003-2015. IE-UFRJ DISCUSSION PAPER: TD 027 – 2016. Disponível em:<<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>>. Acessado em: 22/11/2017.
- Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. (CODACE), 30 de outubro de 2017.
- Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. (CODACE), 4 de agosto de 2015.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Índice de confiança do empresário industrial (ICEI): Geral. São Paulo: CNI. 2017.
- DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.
- FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Índice de confiança do consumidor (ICC). São Paulo: Fecomércio SP. 2017.
- GIAMBIAGI, F. O Pano de Fundo: O Contexto Demográfico. In: GIAMBIAGI, F.; MANSUETO, F. A. Jr. (ORG). Retomada do Crescimento. Diagnóstico e Propostas. Rio de Janeiro: Campus, 2017.
- GIAMBIAGI, F.; SCHWARTSMAN, A. Complacência. Entenda por que o Brasil Cresce Menos do que Pode. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
- GOUVEIA, J. M. A.; FEISTEL, P. R. Uma Aplicação da Lei de Okun no Brasil (1996-2013). Rev. Econ. do Centro-Oeste, Goiânia, v.1, n.1, p.81-90, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores IBGE: Contas

Nacionais Trimestrais, 4º tri/2016- Indicadores de Volume e Valores Correntes, Outubro / Dezembro 2016. Rio de Janeiro. IBGE. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais, 4º tri/2016- Indicadores de Volume e Valores Correntes, Outubro / Dezembro 2016. Rio de Janeiro. IBGE. 2017. 40 pg. (Contas Nacionais Trimestrais, 4º tri/2016).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Anual de Serviços, v. 16, p. 1-82, 2014. Rio de Janeiro: IBGE. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Anual de Serviços, v. 17, p. 1-14, 2015. Rio de Janeiro: IBGE. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Mensal de Serviços, v. 42, 2015. Rio de Janeiro: IBGE. 2015.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Caracterização das Pesquisas Domiciliares com Ênfase na PNAD Contínua. Nota Técnica 64. Fortaleza, 2017.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Ipece Conjuntura, v. 6, n. 02. Fortaleza: IPECE. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Carta de Conjuntura (33): 4º bimestre de 2016. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 24 pg.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Carta de Conjuntura (34): 1º Trimestre de 2017. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 13 pg.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Carta de Conjuntura (35): 2º Trimestre de 2017: SEÇÃO II Economia Mundial. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 9 pg.

IPECE CONJUNTURA. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, v. 4, n. 04. 2015.

IPECE CONJUNTURA. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, v. 5, n. 04. 2016.

LISBOA, M.; LIMA, D. Ficamos Velhos Antes de nos Tornarmos Ricos. Nexo Jornal, 5 de agosto, 2016.

LUCAS, R. On The Mechanics of Economic Development. Journal of Monetary Economics, v.22, p. 3-42, 1988.

LUCAS, R. On The Mechanics of Economic Development. Journal of Monetary Economics, v.22, p. 3-42, 1988.

MENEZES, A. S. B., PAIVA, W. L. Evolução das Atividades Econômicas In: BARRETO, F. A. F. D., MENEZES, A. S. B. Desenvolvimento Econômico do Ceará: evidências recentes e reflexões. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p. 58-114, 2014.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Balança comercial: Janeiro-dezembro 2016. MDIC: Secretaria de Comércio Exterior. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externor/estatisticas-de-comercio-externor/>>

balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=2205>. Acessado em: 05/12/2017.

OKUN, A. M. Potential GNP: It Is Measurement and Significance. Proceedings of the Business and Economic Statistics Section, p. 98-104, 1962.

PAIVA, W. L. A Indústria de Transformação Cearense em 2015. Enfoque Econômico nº 137. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2016.

PAIVA, W. L. Indústria In: CAVALCANTE, A. L., MAGALHÃES, K. A. Indicadores Econômicos do Ceará 2012. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p.41-52, 2014.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Medidas de Subutilização da Força de Trabalho. Rio de Janeiro: IBGE. 2016. 8p. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 1 de ago. 2017.

SCHWAB, K. A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Edipro, 2016.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2016. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2017, número 14. 63 pg.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Resultado do Tesouro Nacional: Resultado Fiscal do Governo Central - Estrutura Nova (Jan/1997-Out/2017). STN. 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/resultado-do-tesouro-nacional>. Acessado em: 22/11/2017.

SOLOW, R. A Contribution to the Theory of Economic Growth. Quarterly Journal of Economics, v.70, n.1, p. 65-94, 1956.

SULIANO, D. C.; ROCHA, M. E. B. Retornos de Escala e Elasticidades dos Insumos Capital e Trabalho; 1985-2005. Recife. Anais: V ENABER, 2007.

ANEXO A – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Segmento

Quadro 1: **Serviços Prestados Principalmente às Famílias**

Descrição	CNAE 2.0
Serviços de Alojamento Serviços de Alimentação Atividades Culturais, Recreativas e Esportivas	Hotéis e similares (55.10-8); Outros tipos de alojamentos não especificados anteriormente (55.90-6); Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (56.11-2); Serviços ambulantes de alimentação (56.12-1); Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada (56.20-1).
Serviços Pessoais Atividades de Ensino Continuado	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares (90.01-9); Criação artística (90.02-7); Gestão de espaço para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (90.03-5); Atividades de exploração de jogos de azar e apostas (92.00-3); Parques de diversão e parques temáticos (93.21-2); Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente (93.29-8); Gestão de instalação de esportes (93.11-5); Atividades de condicionamento físico (93.13-1); Atividades esportivas não especificadas anteriormente (93.19-1); Lavanderias, tinturarias e toalheiros (96.01-7); cabeleiros e outras atividades de tratamento de beleza (96.02-5); Atividades funerárias e serviços relacionados (96.03-3); Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente (96.09-2); Atividades de apoio à educação (85.50-3); Ensino de esportes (85.91-1); Ensino de arte e cultura (85.92-9); Ensino de idiomas (85.93-7); Atividades de ensino não especificadas anteriormente (85.99-6).

Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 2: **Serviços de Informação e Comunicação**

Descrição	CNAE 2.0
Telecomunicações Tecnologia da Informação Serviços Audiovisuais	Telecomunicações por fio (61.10-8); Telecomunicações sem fio (61.20-5); telecomunicações por satélite (61.30-2); Operadoras de televisão por assinatura por cabo (61.41-8); Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas (61.42-6); Operadoras de televisão por assinatura por satélite (61.43-4); Outras atividades de telecomunicações (61.90-6).
Edição e Edição Integrada à Impressão	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (62.01-5); Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (62.02-3); Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis (62.03-1); Consultoria em tecnologia da informação (62.04-0); Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (62.09-1); Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicações e serviços de hospedagem na internet (63.11-9); portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (63.19-4)
Agências de Notícias e Outros Serviços de Informação	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (59.11-1); Atividade de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (59.12-0); distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (59.13-8); Atividades de exibição cinematográfica (59.14-6); Atividades de gravação de som e edição de música (59.20-1); Atividades de rádio (60.10-1); Atividades de televisão aberta (60.21-7); Programadoras e atividades relacionados à televisão por assinatura (60.22-5); Edição de livros (58.11-5); Edição de jornais (58.12-3) Edição de revistas (58.13-1); Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos (58.19-1); Edição integrada à impressão de livros (58.21-2); Edição integrada a impressão de jornais (58.22-1); Edição integrada a impressão de revistas (58.23-9); Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos (58.29-8); Agências de notícias (63.91-7); Outras atividades de prestação de serviços de informação especificados anteriormente (63.99-2)

Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 3: **Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares**

Descrição	CNAE 2.0
Serviços Técnico-Profissionais	Atividades jurídicas, exceto cartórios (69.11-7); Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária (69.20-6); Atividades de consultoria em gestão empresarial (70.20-4); Agências de publicidade (73.11-4); Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente (74.90-1); Pesquisas de mercado e de opinião pública (73.20-3); Serviços de arquitetura (71.11-1); Serviços de engenharia (71.12-0); Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia (71.19-7); Testes e análises técnicas (71.20-1); Design e decoração de interiores (74.10-2); Atividades fotográficas e similares (74.20-0); (73.12-2) Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação; (73.19-0) Atividades de publicidade não especificadas anteriormente.
Aluguéis não Imobiliários e Gestão de Ativos Intangíveis não Financeiros	(77.11-0) Locação de automóveis sem condutor; (77.19-5) Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor; (77.21-7) Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos; (77.22-5) Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares; (77.23-3) Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios; (77.29-2) Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente; (77.31-4) Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; (77.32-2) Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; (77.33-1) Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório; (77.39-0) Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; (77.40-3) Gestão de ativos intangíveis não financeiros; (78.10-8) Seleção e agenciamento de mão de obra; (78.20-5) Locação de mão de obra temporária; (78.30-2) Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros;
Seleção, Agenciamento e Locação de Mão de Obra Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Outros Serviços de Turismo Serviços de investigação, Vigilância, Segurança e Transporte de Valores Serviços para Edifícios e Atividades Paisagísticas Serviços de Escritório e Apoio Administrativo Outros Serviços Prestados Principalmente às Empresas	77.11-0 Locação de automóveis sem condutor; 77.19-5 Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor; 77.21-7 Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos; 77.22-5 Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares; 77.23-3 Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios; 77.29-2 Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente; 77.31-4 Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; 77.32-2 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; 77.33-1 Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório; 77.39-0 Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; 77.40-3 Gestão de ativos intangíveis não-financeiros; 78.10-8 Seleção e agenciamento de mão-de-obra; 78.20-5 Locação de mão-de-obra temporária; 78.30-2 Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; 79.11-2 Agências de viagens; 79.12-1 Operadores turísticos; 79.90-2 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente; 80.11-1 Atividades de vigilância e segurança privada; 80.12-9 Atividades de transporte de valores; 80.20-0 Atividades de monitoramento de sistemas de segurança; 80.30-7 Atividades de investigação particular; 81.11-7 Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; 81.21-4 Limpeza em prédios e em domicílios; 81.22-2 Imunização e controle de pragas urbanas; 81.29-0 Atividades de limpeza não especificadas anteriormente; 81.30-3 Atividades paisagísticas; 82.11-3 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; 82.19-9 Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo; 82 SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS; 82.20-2 Atividades de teleatendimento 82.30-0 Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos 82.91-1 Atividades de cobrança e informações cadastrais 82.92-0 Envasamento e empacotamento sob contrato 82.99-7 Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 4: **Transportes, Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio**

Descrição	CNAE 2.0
Transporte Ferroviário e Metroviário Transporte Rodoviário Transporte Rodoviário de Passageiros Transporte Rodoviário de Cargas Transporte Dutoviário Transporte Aquaviário Transporte Aéreo Armazenamento e Atividades Auxiliares aos Transportes	Transporte ferroviário de carga (49.11-6); Transporte metro ferroviário de passageiros (49.12-4); Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana (49.21-3); Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional (49.22-1); Transporte rodoviário de táxi (49.23-0); Transporte escolar (49.24-8); Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente (49.29-9); Transporte rodoviário de carga (49.30-2); Transporte duto viário (49.40-0); Trens turísticos, teleféricos e similares (49.50-7); 50.11-4 Transporte marítimo de cabotagem; 50.12-2 Transporte marítimo de longo curso; 50.21-1 Transporte por navegação interior de carga; 50.22-0 Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; 50.30-1 Navegação de apoio; 50.91-2 Transporte por navegação de travessia; 50.99-8 Transportes aquaviários não especificados anteriormente. 51.11-1 Transporte aéreo de passageiros regular; 51.12-9 Transporte aéreo de passageiro não regular; 51.20-0 Transporte aéreo de carga 52.21-4 Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados 52.22-2 Terminais rodoviários e ferroviários 52.23-1 Estacionamento de veículos 52.29-0 Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente 52.31-1 Gestão de portos e terminais 52.32-0 Atividades de agenciamento marítimo 52.39-7 Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente 52.40-1 Atividades auxiliares dos transportes aéreos 52.50-8 Atividades relacionadas à organização do transporte de carga
Correios e Outras Atividades de Entrega	52.11-7 Armazenamento; 52.12-5 Carga e descarga; 52.21-4 Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados; 52.22-2 Terminais rodoviários e ferroviários; 52.23-1 Estacionamento de veículos; 52.29-0 Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente; 52.31-1 Gestão de portos e terminais; 52.32-0 Atividades de agenciamento marítimo; 52.39-7 Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente; 52.40-1 Atividades auxiliares dos transportes aéreos; 52.50-8 Atividades relacionadas à organização do transporte de carga; 53.10-5 Atividades de Correio; 53.20-2 Atividades de malote e de entrega.

Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 5: **Atividades Imobiliárias**

Descrição	CNAE 2.0
Compra, Venda e Aluguel de Imóveis Próprios Intermediação na Compra Venda e Aluguel de Imóveis	(6810-2); Compra, venda e aluguel de imóveis próprios - inclusive terrenos e loteamento - não incluir a incorporação de empreendimentos imobiliários (4110-7). (6821-8); Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis de terceiros - inclusive avaliação de imóveis e administração de imóveis de terceiros - não incluir administração de condomínios e de shopping centers (6822-6). (6822-6); Administração de condomínios, de shopping centers, centros comerciais - não incluir condomínios prediais (8112-5).

Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 6: **Serviços de Manutenção e Reparação**

Descrição	CNAE 2.0
Manutenção e Reparação de Veículos Automotores	(4520-0); Manutenção e reparação de veículos automotores (oficinas mecânicas, lanternagem, regulagem eletrônica, borracheiros, lavagem de veículos, manutenção de ar-condicionado para automóveis, instalação de acessórios, conversão de motores, aplicação de películas em vidros, capoteiros, adaptações para necessidades especiais de portadores de deficiência, etc.) - não incluir retífica de motores (2950-6); blindagens de veículos (2930-1). (4543-9); Manutenção e reparação de motocicletas - não incluir manutenção de bicicletas (9529-1).
Manutenção e Reparação de Equipamentos de Informática e Comunicação	(9511-8); Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos - inclusive equipamentos para escritório eletrônicos e informáticos - não incluir manutenção de equipamentos para escritórios não eletrônicos (3314-7). 9512-6 Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação (telefone; fax; modems e roteadores; rádio de transmissão e recepção; câmaras de televisão e de vídeo de uso profissional).
Manutenção e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos	(9521-5); Manutenção e reparação de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico (televisores, rádios, máquinas de lavar, fogões, geladeiras, filmadoras, etc.) - não incluir a reparação e manutenção de aparelhos telefônicos fixos e celulares (9512-6). (9529-1); Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente (reparação de calçados, vestuário, jóias, relógios, bicicletas, artigos do mobiliário, artigos de viagem, brinquedos, artigos de borrachas, instrumentos musicais, chaveiros, estofador).

Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 7: **Outros Atividades de Serviços**

Descrição	CNAE 2.0
Serviços Auxiliares da Agricultura, Pecuária e Produção Florestal Serviços Auxiliares Financeiros, dos Seguros e da Previdência Complementar	01.61-0 Atividades de apoio à agricultura 01.62-8 Atividades de apoio à pecuária 01.63-6 Atividades de pós-colheita 02.30-6 Atividades de apoio à produção florestal 66.11-8 Administração de bolsas e mercados de balcão organizados 66.12-6 Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias 66.13-4 Administração de cartões de crédito 66.19-3 Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente 66.21-5 Avaliação de riscos e perdas 66.22-3 Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde 66.29-1 Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente 66.30-4 Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão
Esgoto, Coleta, Tratamento e Disposição de Resíduos e Recuperação de Materiais	37.01-1 Gestão de redes de esgoto 37.02-9 Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 38.11-4 Coleta de resíduos não perigosos 38.12-2 Coleta de resíduos perigosos 38.21-1 Tratamento e disposição de resíduos não perigosos 38.22-0 Tratamento e disposição de resíduos perigosos 38.31-9 Recuperação de materiais metálicos 38.32-7 Recuperação de materiais plásticos 38.39-4 Recuperação de materiais não especificados anteriormente 39.00-5 Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos

Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

ANEXO B – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Grupo

Quadro 1: **Serviços Prestados às Famílias**

Descrição	CNAE 2.0
Serviços de Alojamento e Alimentação	Hotéis e similares (55.10-8); Outros tipos de alojamentos não especificados anteriormente (55.90-6); Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (56.11-2); Serviços ambulantes de alimentação(56.12-1); Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada (56.20-1).
Outros Serviços Prestados às Famílias	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares (90.01-9); Criação artística (90.02-7); Gestão de espaço para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (90.03-5); Atividades de exploração de jogos de azar e apostas (92.00-3); Parques de diversão e parques temáticos (93.21.2); Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente (93.29-8); Gestão de instalação de esportes (93.11-5); Atividades de condicionamento físico (93.13-1); Atividades esportivas não especificadas anteriormente (93.19-1); Lavanderias, tinturarias e toalheiros (96.01-7); cabelereiros e outras atividades de tratamento de beleza (96.02-5); Atividades funerárias e serviços relacionados (96.03-3); Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente (96.09-2); Atividades de apoio à educação (85.50-3); Ensino de esportes (85.91-1); Ensino de arte e cultura (85.92-9); Ensino de idiomas (85.93-7); Atividades de ensino não especificadas anteriormente (85.99-6).

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 2: **Serviços de Informação e Comunicação**

Descrição	CNAE 2.0
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC Telecomunicações	Telecomunicações por fio (61.10-8); Telecomunicações sem fio (61.20-5); telecomunicações por satélite (61.30-2); Operadoras de televisão por assinatura por cabo (61.41-8); Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas (61.42-6); Operadoras de televisão por assinatura por satélite (61.43-4); Outras atividades de telecomunicações (61.90-60).
Serviços de Tecnologia da Informação	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (62.01-5); Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (62.02-3); Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis (62.03-1); Consultoria em tecnologia da informação (62.04-0); Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (62.09-1); Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicações e serviços de hospedagem na internet (63.11-9); portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (63.19-4)
Serviços Audiovisuais, de Edição e Agências de Notícias.	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (59.11-1); Atividade de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (59.12-0); distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (59.13-8); Atividades de exibição cinematográfica (59.14-6); Atividades de gravação de som e edição de música (59.20-1); Atividades de rádio (60.10-1); Atividades de televisão aberta (60.21-7); Programadoras e atividades relacionados à televisão por assinatura (60.22-5); Edição de livros (58.11-5); Edição de jornais (58.12-3) Edição de revistas (58.13-1); Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos (58.19-1); Edição integrada à impressão de livros (58.21-2); Edição integrada a impressão de jornais (58.22-1); Edição integrada a impressão de revistas (58.23-9); Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos (58.29-8); Agências de notícias (63.91-7); Outras atividades de prestação de serviços de informação especificados anteriormente (63.99-2)

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 3: **Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares**

Descrição	CNAE 2.0
Serviços Técnico-Profissionais	Atividades jurídicas, exceto cartórios (69.11-7); Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária (69.20-6); Atividades de consultoria em gestão empresarial (70.20-4); Agências de publicidade (73.11-4); Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente (74.90-1); Pesquisas de mercado e de opinião pública (73.20-3); Serviços de arquitetura (71.11-1); Serviços de engenharia (71.12-0); Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia (71.19-7); Testes e análises técnicas (71.20-1); Design e decoração de interiores (74.10-2); Atividades fotográficas e similares (74.20-0);
Serviços Administrativos e Complementares	77.11-0 Locação de automóveis sem condutor; 77.19-5 Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor; 77.21-7 Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos; 77.22-5 Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares; 77.23-3 Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios; 77.29-2 Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente; 77.31-4 Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; 77.32-2 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; 77.33-1 Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório; 77.39-0 Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; 77.40-3 Gestão de ativos intangíveis não-financeiros; 78.10-8 Seleção e agenciamento de mão-de-obra; 78.20-5 Locação de mão-de-obra temporária; 78.30-2 Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; 79.11-2 Agências de viagens; 79.12-1 Operadores turísticos; 79.90-2 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente; 80.11-1 Atividades de vigilância e segurança privada; 80.12-9 Atividades de transporte de valores; 80.20-0 Atividades de monitoramento de sistemas de segurança; 80.30-7 Atividades de investigação particular; 81.11-7 Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; 81.21-4 Limpeza em prédios e em domicílios; 81.22-2 Imunização e controle de pragas urbanas; 81.29-0 Atividades de limpeza não especificadas anteriormente; 81.30-3 Atividades paisagísticas; 82.11-3 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; 82.19-9 Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo; 82 Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas;

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 4: **Transportes, Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio**

Descrição	CNAE 2.0
Transporte Terrestre	Transporte ferroviário de carga (49.11-6); Transporte metro ferroviário de passageiros (49.12-4); Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana (49.21-3); Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional (49.22-1); Transporte rodoviário de táxi (49.23-0); Transporte escolar (49.24-8); Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente (49.29-9); Transporte rodoviário de carga (49.30-2); Transporte duto viário (49.40-0); Trens turísticos, teleféricos e similares (49.50-7);
Transporte Aquaviário	50.11-4 Transporte marítimo de cabotagem; 50.12-2 Transporte marítimo de longo curso; 50.21-1 Transporte por navegação interior de carga; 50.22-0 Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; 50.30-1 Navegação de apoio; 50.91-2 Transporte por navegação de travessia; 50.99-8 Transportes aquaviários não especificados anteriormente.
Transporte Aéreo	51.11-1 Transporte aéreo de passageiros regular; 51.12-9 Transporte aéreo de passageiro não regular; 51.20-0 Transporte aéreo de carga.
Armazenagem, Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio	52.11-7 Armazenamento; 52.12-5 Carga e descarga; 52.21-4 Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados; 52.22-2 Terminais rodoviários e ferroviários; 52.23-1 Estacionamento de veículos; 52.29-0 Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente; 52.31-1 Gestão de portos e terminais; 52.32-0 Atividades de agenciamento marítimo; 52.39-7 Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente; 52.40-1 Atividades auxiliares dos transportes aéreos; 52.50-8 Atividades relacionadas à organização do transporte de carga; 53.10-5 Atividades de Correio; 53.20-2 Atividades de malote e de entrega.

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 5: **Outros Serviços**

Descrição	CNAE 2.0
Outros Serviços	68.10-2 Atividades imobiliárias de imóveis próprios; 68.21-8 Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis; 68.22-6 Gestão e administração da propriedade imobiliária; 45.20-0 Manutenção e reparação de veículos automotores; 45.43-9 Manutenção e reparação de motocicletas; 95.11-8 Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; 95.12-6 Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação; 95.21-5 Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico; 95.29-1 Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente; 66.11-8 Administração de bolsas e mercados de balcão organizados; 66.12-6 Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias; 66.13-4 Administração de cartões de crédito; 66.19-3 Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; 66.21-5 Avaliação de riscos e perdas; 66.22-3 Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde; 66.29-1 Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente; 66.30-4 Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão; 01.61-0 Atividades de apoio à agricultura; 01.62-8 Atividades de apoio à pecuária; 01.63-6 Atividades de pós-colheita; 02.30-6 Atividades de apoio à produção florestal; 37.01-1 Gestão de redes de esgoto; 37.02-9 Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; 38.11-4 Coleta de resíduos não-perigosos; 38.21-1 Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos; 38.22-0 Tratamento e disposição de resíduos perigosos; 38.31-9 Recuperação de materiais metálicos; 38.3 Recuperação de materiais

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 6: **Grupamentos do Índice de Atividades Turísticas – IATUR**

Descrição	CNAE 2.0
Alojamento e Alimentação	Hotéis e Similares; Outros Tipos de Alojamento Não Especificados Anteriormente; Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas; Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas; Serviços Ambulantes de Alimentação; Serviços de Catering, Bufê e Outros Serviços de Comida Preparada.
Atividades Culturais e de Recreação e Lazer	Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares; Criação Artística; Gestão de Espaços para Artes Cênicas, Espetáculos e Outras Atividades Artísticas; Atividades de Exploração de Jogos de Azar e Apostas; Parques de Diversão e Parques Temáticos; Atividades de Recreação e Lazer Não Especificadas Anteriormente.
Trens Turísticos, Teleféricos e Similares	Trens Turísticos, Teleféricos e Similares.
Transporte por Navegação Interior de Passageiros	Transporte por Navegação de Travessia.
Transporte Aéreo de Passageiros	Transporte Aéreo de Passageiros Regular; Transporte Aéreo de Passageiros Não Regular.
Transporte por Navegação de Travessia	Transporte por Navegação de Travessia.
Transportes Aquaviários Não Especificados	Transportes Aquaviários Não Especificados Anteriormente.
Locação de Automóveis Sem Condutor	Locação de Automóveis Sem Condutor.
Agências de Viagens e Operadoras Turísticas	Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas e Outros Serviços de Turismo Não Especificados Anteriormente.
Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipal, Interestadual e Internacional	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, sob Regime de Fretamento, e Outros Transportes Rodoviários Não Especificados Anteriormente.

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

ANEXO C – Termos Utilizados no Mercado de Trabalho

Potencial de Trabalhadores – Razão entre a População em Idade de Trabalhar (PIT) e a População Total (PT). Pode também ser denominada de Oferta Potencial de Trabalhadores.

População Total (PT) – População residente.

População em Idade de Trabalhar (PIT) – Pessoas de 14 anos ou mais na data de referência.

Taxa de Participação (TP) – A TP representa a razão entre a Força de Trabalho (FT) com relação à População em Idade de Trabalhar (PIT). A Taxa de Participação pode também ser denominada de Taxa de Atividade (TA).

Força de Trabalho – Pessoas Ocupadas + Pessoas Desocupadas na semana de referência.

Pessoas Ocupadas – São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se também como ocupadas aquelas temporariamente afastadas de trabalho remunerado que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Assim também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a 4 meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também, foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a 4 meses.

Pessoas Desocupadas – São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Bônus Demográfico – Situação na qual a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Nesta situação, há um grande contingente da população em idade produtiva (População em Idade de Trabalhar) e um menor número de idosos e crianças, que estão fora do mercado de trabalho. O Brasil encontra-se na fase final do seu bônus demográfico em razão da redução da taxa de fecundidade e aumento da

expectativa de vida. As estimativas para o encerramento do bônus demográfico brasileiro é por volta de 2024.

Fora da Força de Trabalho (FFT) – Força de Trabalho Potencial (FTP) + Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP).

Força de Trabalho Potencial (FTP) – Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. Esse contingente é formado por dois grupos: i) Pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; ii) Pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência. Assim, a Força de Trabalho Potencial inclui além dos trabalhadores desalentados as pessoas que começaram a procurar trabalho para começar num futuro, tais como: i) estudantes que buscam trabalho com a intensão de começar a trabalhar quando terminarem os estudos; ii) pessoas que estão com algum impedimento, como por exemplo: saúde, gravidez etc.

Força de Trabalho Ampliada (FTA) – Força de Trabalho (FT) + Força de Trabalho Potencial (FTP), na semana de referência.

Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho – É dada pela relação dos Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas adicionados aos Desocupados e a Força de Trabalho Potencial sobre a Força de Trabalho Ampliada. É um indicador geral da necessidade não satisfeita de trabalho na população. Nesses termos, representa o percentual da população com interesse no mercado de trabalho que expressa ter uma quantidade insuficiente de trabalho, seja em termos de Oferta de Postos de Trabalho, seja em termos de Insuficiência de Horas Trabalhadas.

Pessoas Subocupadas por Insuficiência de Horas Trabalhadas – Pessoas de 14 anos ou mais de idade que na semana de referência: i) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único ou no conjunto de todos os seus trabalhos; ii) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; iii) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.